



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO

Deliberado APROVAR / REJEITAR

por Unanimidade

25.11.2022

ACTA N.º 11/2021-2025

Sessão Ordinária de Setembro

Reunião - 30/09/2022

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Ílhavo reuniu em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, secretariada pelo Primeiro Secretário, Pedro José Catarino Senos Tróia, e pela Segunda Secretária, Irene Maria Ribau Esteves Tavares, contando com a presença dos seguintes Membros diretamente eleitos: pelo Grupo Municipal do **Partido Social Democrata**, Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário, António José Flor Agostinho, André Filipe Casqueira Guimarães, e Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves; pelo Grupo Municipal do Movimento Independente de Cidadãos '**Unir Para Fazer**', José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Pedro Miguel Cristo Graça, Ernesto Manuel Vidal Garrelhas, Cláudia Cristina Fernandes Reigota, e Daniela Ribeiro Alegria; pelo Grupo Municipal do **Partido Socialista**, Diana Catarina Anastácio Gandarinho e Domingos Manuel Ferreira Vilarinho; e pelo Grupo Municipal do Partido **CHEGA**, Sérgio Louro.

Estiveram igualmente presentes os seguintes Membros por inerência de função enquanto **Presidentes de Junta de Freguesia**: Luis Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação) e Carlos António das Neves Rocha (Freguesia da Gafanha da Nazaré). O Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador, João Eduardo Bonito Braga, foi substituído por João Pedro Magano Bastião, tesoureiro da Junta de Freguesia.

Pela **Câmara Municipal de Ílhavo** estiveram presentes o Presidente da Câmara, João António Filipe Campolargo, o Vice-presidente, João Diogo da Silva Semedo; e os Vereadores, Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes.

Justificadas as respetivas faltas pelo Presidente da Assembleia Municipal: no Grupo Municipal do PSD, o eleito Hugo Filipe Casqueira Coelho foi substituído pela sucedânea Sara Marina Tomé Fernandes. No grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unira Para Fazer', o eleito João Pedro Ribau Casqueira (**UPF**) foi substituído pelo sucedâneo Rui Manuel da Rocha Rufino, confirmada igual ausência da primeira sucedânea Mariana da Silva Lopes. No Grupo Municipal do PS, o eleito Luís Pedro Vilarinho Leitão Figueiredo foi substituído pela segunda sucedânea Mariana Alvelos Silva; o eleito António Pedro Oliveira Martins foi substituído pela quinta sucedânea Sónia Alexandra Fernandes Gomes - confirmadas as ausências dos sucedâneos antecedentes (Carla Maria Madaíl Gandra Santos e Alfredo Joaquim Alves de Sousa); e o eleito Modesto Manuel dos Santos, justificando a sua ausência, não pode ser substituído por impossibilidade de convocação atempada de elemento suplente.

Os trabalhos desta Sessão Ordinária repartiram-se pelos seguintes pontos da Ordem do Dia:

Ponto 1. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01JUN22 a 31AGO2022". Apreciação;

Ponto 2. "Autorização de despesa plurianual para abertura de procedimento para implementação de Sistema de Gestão de Eficiência Energética com partilha de poupança no Edifício dos Paços do Concelho". Aprovação;

Ponto 3. "Transferência de competências no domínio da Ação Social". Conhecimento;

Ponto 4. "1.º e 2.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia". Conhecimento;

Ponto 5. "Proposta para a extinção da taxa de resíduos sólidos urbanos no Município de Ílhavo" (Grupo Municipal do CHEGA). Aprovação.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte a gravação vídeo)

Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (5':40")

«Minhas senhoras e meus senhores. Boa noite. Dou as boas vindas. Gostaria também de cumprimentar o nosso público aqui presente, a comunicação social e todos aqueles que nos seguem em casa, através da transmissão via streaming desta Sessão Ordinária de setembro da Assembleia Municipal. Consequentemente dou a sessão como aberta. Peço à Segunda Secretária que faça a chamada.»

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata. (6':20")

Aprovação da Ata

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (08':15")

«Vamos proceder à aprovação da Ata n.º 10 que foi remetida para conhecimento prévio dos membros desta Assembleia, para conhecimento prévio.»

José Pinto Reis - UPF: (08':41")

«Sr. Presidente. Permita-me apenas uma observação que tem a ver com o cumprimento regimental da autorização que o Público terá que prestar no âmbito do RGPD. Era só para saber se tinha sido dada essa autorização pelo interveniente do público e que fez a sua intervenção na passada sessão. Como não foi feito à nossa frente. É só um pedido de esclarecimento para que não volte a acontecer, se for esse o caso. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09:30")

«Foi feito no final. O Núcleo de Apoio providenciou essa autorização.

*Coloco então a Ata a aprovação a Ata n.º 10, referente à Sessão de junho. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, a Ata n.º 10 foi aprovada por **UNANIMIDADE**.*

Expediente

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09:56")

«Os serviços de Apoio à Assembleia Municipal rececionaram, entre junho e setembro, a seguinte correspondência que pode ser consultada junto do nosso Núcleo de Apoio:

- Várias Ações de Formação promovidas pela ANAM, através do CVEL, e devidamente divulgadas junto dos autarcas eleitos e da Câmara Municipal;*
- Uma exposição da Associação ADIG sobre poluição na Ria e que foi, também, devidamente divulgada junto dos autarcas eleitos e da Câmara Municipal;*
- Vários convites do Presidente da Câmara Municipal, do Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador, das Paróquias de Ílhavo, Gafanha da Encarnação e Carmo, dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, de Associações Culturais e Desportivas do Município, dirigidos à Mesa da Assembleia Municipal para representação do órgão Municipal, aceites dentro da disponibilidade possível;*
- Convite para a Cerimónia de Tomada de Posse do novo Capitão do Porto de Aveiro*
- e ainda a apresentação dos novos Órgãos Sociais do Clube de Vela da Costa Nova.*

Aproveito esta referência à Correspondência e Documentação dirigidas à Assembleia Municipal para dar duas notas breves.

A primeira, tem a ver com o projeto da Assembleia Municipal Jovem de Ílhavo e a realização da segunda reunião de trabalho, que envolveu o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a sua Chefe de Gabinete, a Mesa da Assembleia, os Líderes dos Grupos Municipais e, obviamente, as Diretoras dos três Agrupamentos de Escolas do Município. A primeira conclusão é que o empenho, a vontade e a forma como todos os intervenientes abraçaram este projeto, muito em particular as Escolas, faz perspetivar um interessante sucesso da iniciativa. De tal forma que a Proposta de Regimento e das Regras da Assembleia Municipal Jovem foi considerada como válida - será, no devido momento, aprovado pelos jovens eleitos; o tema de trabalho foi igualmente definido e será, para este ano letivo e de lançamento do projeto: "Este Município também é meu!"; já está definida a data da primeira das duas sessões letivas, que será no período da tarde do dia 14 de dezembro (destaco que as sessões são públicas e, por isso, abertas à comunidade).

Mas mais importante... já há Escolas a integrar este projeto noutros projetos e atividades associadas à promoção da cidadania.

Por último, ficou ainda estabelecido que as conclusões dos trabalhos da Assembleia Municipal Jovem serão comunicadas à Assembleia Municipal, para conhecimento e apreciação.

A segunda nota, prende-se com a minha presença, por convite da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, no Encontro Nacional de Autarcas, que teve lugar no dia 17 de setembro, em Viseu.

Esta é, a seguir ao Congresso, a segunda reunião magna dos Presidentes de Câmara, de Junta de Freguesia e das Assembleias Municipais, que, no caso concreto, se revestiu de particular importância pelas temáticas em discussão face aos desafios que se colocam, hoje, aos Municípios: Gestão e Financiamento Local - sobre os Fundos Comunitários, o Plano de Resiliência e a Lei das Finanças Locais; e, naturalmente, a

continua preocupação com o processo de Descentralização de Competências que tem estado na origem de muitas das controvérsias e diferenças no seio do Poder Local.

Dos documentos distribuídos (e que são, igualmente, do vosso conhecimento) e das intervenções proferidas no Encontro - da casa quase cheia - destaco:

- a relevância que foi dada à necessidade de ser revisto o Estatuto dos Eleitos Locais, que já tem 35 anos, ajustando-a aos novos compromisso e funções dos Autarcas e às novas realidades e desafios;

- as propostas da ANMP para a discussão do Orçamento do Estado para 2030, com particular incidência nos impactos financeiros e orçamentais da Descentralização (principalmente na Educação, Saúde e Ação Social) e com a importância de dotar o Fundo de Financiamento da Descentralização com previsão capaz de dar resposta às necessidades das Autarquias;

- A necessária revisão e adaptação do atual asfixiante para a gestão autárquica que é a Contratação Pública;

- A urgente implementação de medidas que mitiguem e suavizem os colossais impactos e constrangimentos decorrentes da inflação e da crise energética que, apesar de transversais à economia e às famílias, afeta, com especial incidência, a sustentabilidade financeira do Poder Local;

- E, por fim, mas não menos relevante, dado todo o mediatismo e polémica que se vai gerando, a avaliação e perspetivas quanto à concretização dos Acordos Setoriais que a ANMP foi celebrando, e continuará a celebrar (por exemplo, no domínio da Ação Social), com o Governo, com vista a uma melhor concretização da Lei-Quadro da Transferência de Competências.»

Período de Intervenção do Público

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (14':49")

«Abriria agora as inscrições para as possíveis intervenções do Público. E pergunto ao público se há alguém que pretenda usar da palavra. Muito bem. Há uma pessoa.

Dar-lhe aqui nota de que este período tem o limite de 5 minutos, no máximo, de intervenção. Solicita-se que a mesma se centre sobre assuntos diretamente relacionados com a vida municipal e que seja apresentado de forma mais sucinta possível.

Além disso, no âmbito da transmissão em direto e por força do regulamento geral de Proteção de Dados, é importante, para defesa de todos, que tenha sido dado consentimento formal, através do preenchimento do impresso Anexo 1 do Regulamento de Transmissões, para a respetiva difusão da imagem, e que o Núcleo de Apoio disponibilizará.»

Do Público

Municípe, António Carlos da Silva: (17':24")

«Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Restantes membros. O assunto que me prende aqui, tem mesmo a ver com a Câmara Municipal e com o estacionamento subterrâneo do Centro Cultural. Já não é a primeira vez que falo nas reuniões de Câmara sobre este assunto. Ultimamente, tive a oportunidade, na presença do Primeiro-ministro, de dizer ao Sr. Campolargo, Presidente da Câmara que era importante resolver o problema do elevador. E disse-lho na presença do Primeiro-ministro para que ele não

se esqueça que é mesmo muito importante. E é muito importante porquê? Porque ou nós temos consciência de que esta história que anda aí na boca do mundo em relação à mobilidade é verdadeira, que não é uma história, que é uma realidade muito importante, ou então temos que nos considerar incapazes de resolver um problema que, no meu entender, é gravíssimo. O elevador do Parque de Estacionamento não funciona há quantos anos? Não sei. Há pessoas que dizem que há mais de 10 anos. Não sei. Mas uma coisa eu sei: eu próprio já fui guarda de estacionamento no meio da estrada, de uma pessoa que pretendia aceder aos seus escritórios que tem junto ao Parque, e como não podia estacionar aqui próximo, em lado nenhum, teve que parar no meio da estrada e pedir ajuda. Eu disse-lhe que fazia de polícia, que não havia problema nenhum. Mas perguntei-lhe porque é que não ia para o Parque. E ele respondeu que se fosse não conseguia sair de lá porque tinha feito, recentemente, uma operação à naca e não podia sair pelas escadas. Como o elevador não funciona, estava preso a esta situação. Isto já foi há três ou quatro anos.

Também tenho que dizer aqui que, uma vez, numa conversa com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, numa conversa informal, ainda ele nem pensava concorrer à Câmara para presidente, ele respondeu-me assim: 'o Presidente da Câmara não fecha o Parque porque não quer'. Estão a ver o alcance da resposta. O senhor, atualmente, é Presidente da Câmara. Já é a terceira ou a quarta vez que eu falo no assunto e o assunto não é resolvido, é empurrado com a barriga para a frente. Eu queria dizer-vos uma coisa. Do Presidente eu já não espero que coloque o elevador a funcionar, apesar de vir dele a responsabilidade porque é o Presidente da Câmara, mas a vocês, que são os Vereadores e os Deputados eleitos, quanto a mim, têm toda a responsabilidade da situação em que se encontra o elevador. Não há desculpas. Os deficientes não são uma coisa qualquer. Eu sou pai de uma deficiente. Não é uma deficiente motora, mas se fosse estava na mesma situação. E ninguém quer cair numa situação dessas. Se há proteção aos deficientes, meus senhores, vocês são todos responsáveis, como eu. Todos e todas, somos responsáveis nesta situação. É um assunto que, a mim, me fere muito. Talvez por eu ser pai numa situação destas. Não é uma situação motora, mas é um problema e só quem passa por ele é que sabe como é que as coisas se passam 24 horas.

Apelo à Assembleia que trabalhe este assunto com a seriedade e o respeito que ele merece. Se não, para a próxima vez, tenho que dizer de novo ao Presidente da Câmara, na presença do Primeiro-ministro ou do Presidente da República, que a situação se mantém. Não sei se é isso que ele quer, não sei se com mais barulho ou com mais espalhafato na rua. Talvez isso servisse para alguma coisa.

Não me interessa o que é que acontece com o elevador. Interessa-me é que ele esteja em ordem. [interpeção do Presidente da Mesa para conclusão da intervenção].

Sim, eu vou concluir só com um assunto muito importante.

Eu fui consultar o contrato de concessão do Parque. A rua do antigo Mercado tem um estacionamento o qual não está mencionado no contrato.

Sr. Presidente, obrigado. Para a próxima vez poderei dar mais informações.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (23':06")

«Muito obrigado. Passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente o Executivo, João Campolargo: (23:16")

«Boa noite a todos. Cumprimentar também toda a gente que se encontra em casa, nomeadamente, e por referência também do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, os elementos da Assembleia Municipal Jovem e que possam estar, hoje, a assistir a esta Assembleia, a pedido das nossas Diretoras de Agrupamento. Para eles também um cumprimento especial, nesta preparação para aquilo que são os desafios que nós queremos provocar para que eles se tornem mais envolvidos nestas ações democráticas e naquilo que são os interesses coletivos para a melhoria do nosso Município. Cumprimentar todos os Autarcas presentes, colegas, também os membros do Executivo.

Uma nota muito rápida sobre este assunto que nada tem de novo para muitos dos autarcas que andam aqui há alguns anos, na Assembleia Municipal, e que também já exerceram outras funções de ordem autárquica.

Isto é um processo judicial que decorre de problemas do género do que é evidenciado por este município. A Câmara Municipal tem estado atenta a este processo. Temos a convicção que esta situação, hoje, pode estar mais perto da resolução, do que propriamente do problema demorar mais algum tempo a resolver. Pelos esforços que fizemos de contacto com a empresa concessionário do Parque, mas também temos a noção da gravidade daquilo que foram os resultados do não compromisso, de ambas as partes, que levaram a um processo judicial.

Portanto, não tenho muito mais a dizer sobre este assunto. Fico contente por os serviços da Câmara prestarem a possibilidade de consulta dos documentos. Estamos a avaliar. Esta atenção dos munícipes para estes problemas são importantes e elevam, cada vez mais, as nossas responsabilidades sobre a gestão autárquica que queremos fazer.

Deixando só uma nota especial. Gosto muito de ouvir determinadas coisas, outras não gosto de ouvir tantas vezes e repetidas tantas vezes, e como este senhor também tem estado nas reuniões de Câmara e agora também vem às assembleias municipais, gostava que contasse tudo aquilo que diz às outras pessoas e que não contasse só aquilo que lhe dizem, porque era importante que as pessoas conhecessem a pessoa e os argumentos que essa pessoa usa em muitas das suas conversas com este Autarca que também foi de Freguesia e que hoje é do Município de Ílhavo. Portanto, remeto-me ao meu silêncio sobre essas matérias porque não jogo de igual para igual. Muito obrigado, Sr. Presidente.»

Período de “Antes da Ordem do Dia”

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (26:16")

«Entramos no período de “Antes da Ordem do Dia”, conhecido como PAOD, para que as pessoas se continuem a familiarizar com algum da nossa terminologia.

Este período está reservado à apresentação dos Votos de Pesar e Louvor, bem como aos temas não coincidam com o Ponto 1 da Ordem do Dia que é a comunicação do Sr. Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal.

Tendo o Núcleo de Apoio à Assembleia e a Mesa rececionado, no cumprimento do estipulado no Regimento, QUATRO Votos de Louvor e UM de Pesar, propostos pelo Partidos Socialista e pelo 'Unir Para Fazer', eu coloco desde já à consideração dos dois Grupos Municipais a possibilidade de existir uma fusão de duas propostas que incidem sobre o mesmo Voto e a mesma distinção a Carolina Lopes.

*Não faz, de todo, qualquer sentido em ser votado o mesmo Voto de Louvor e ser remetido à homenagem duas comunicações.
Gostava de ouvir o que o José Pinto Reis e a Diana Gandarinho têm a dizer sobre esta questão, antes de avançarmos.»*

Diana Gandarinho, PS: (27:43")

«Boa noite a todos os presentes e a quem nos assiste. Nós íamos propor exatamente isso, assim que percebemos que havia estas duas propostas. Íamos sugerir à Mesa que se fizesse um articulado das duas, com conhecimento da bancada do UPF, claro, e entregar um só.»

José Pinto Reis, UPF: (28:12")

«Nós concordamos plenamente com a solução. Acho que é o mais coerente. Podíamos ter resolvido esta situação previamente. Falhou-nos a todos. Temos que, na próxima vez, melhorar este tipo de comunicação. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (28:27")

«Muito bem. Vamos então passar ao primeiro voto de louvor vice-campeã mundial de Karaté GojuRyu, proposto pelo Partido Socialista e pelo Unir Para Fazer. Algum dos Grupos Municipais não proponentes subscreve a proposta?»

António Flor Agostinho, UPF: (29:17")

«Sr. Presidente, permita-me. Boa noite a todos. Era para dizer que o Grupo Municipal do PSD também gostaria de subscrever o Voto de Louvor. E mais... gostaríamos que fosse a Mesa a redigir o texto final. Incumbir a Mesa de redigir o texto final.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (29:37")

«Então, eu faço uma outra proposta. É a Mesa redigir a proposta final com o Unir Para Fazer e com o Partido Socialista.»

José Pinto Reis, UPF: (29:49")

«Eu peço desculpa por estarmos a fazer este tão mau serviço à homenagem, mas eu não concordo. Acho que devem ser os dois Grupos (PS e UPF) a fazer essa redação final e a apresentarem-na. Se acharem que não é o momento oportuno, teremos que solicitar um intervalo para fazermos essa redação.»

Diana Gandarinho, PS: (30:19")

«Eu concordo com esta versão que deveria ser articulada entre os dois grupos que fizeram a proposta e, eventualmente, se o Partido Social Democrata quiser subscrever pode voltar a fazê-lo.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (30:30")

*«Muito bem. Vamos avançar. PS e UPF, por favor, articulem a redação. O Partido Social Democrata subscreve. O CHEGA também subscreve. Acreditando na redação final, vamos então proceder à votação. quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, o Voto de Louvor a Carolina Lopes foi aprovado por **unanimidade**. Voto de Louvor proposto pelo Grupo Municipal do PS a Filomena Sacramento dos Santos Grave, pela distinção como Profissional do Ano, no âmbito dos Prémios AHRESP 2022. Alguém se quer pronunciar?»*

José Pinto Reis, UPF: (29':49")

«O Unir Para Fazer subscreve a proposta apresentada.»

António Flor Agostinho, PSD: (31':51")

«Era também para referir que pretendemos subscrever mais este Voto.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (31':58")

*«O Sérgio Louro não precisa de vir ao púlpito para também dizer isso, pois não? Muito bem. Então vamos proceder à votação: quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? O Voto de Louvor proposto pelo Grupo Municipal do PS a Sacramento dos Santos Grave foi aprovado por **unanimidade**.»*

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (32':19")

*«Outro Voto de Louvor proposto pelo Grupo Municipal do PS a Renata Caetano, pelo título nacional de Kick Light, no Campeonato Nacional de Kickboxing. Alguém se quer pronunciar? Algum dos Grupos Municipais não proponentes subscreve a proposta? Muito bem, é subscrito por todos. Então vamos proceder à votação: quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Voto de Louvor proposto pelo Grupo Municipal do PS a Renata Caetano foi aprovado por **unanimidade**.»*

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (33':02")

*«E por último, temos um Voto de Pesar proposto pelo Grupo Municipal do PS a Rosa Cecílio dos Santos Rato, fundadora do Grupo Folclórico "O Arrais" e distinguida honorificamente com a Medalha do Concelho, em 2009. Alguém se quer pronunciar? É, também, subscrito por todos os Grupos Municipais. Vamos proceder à votação: quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? O Voto de Pesar proposto pelo Grupo Municipal do PS a Rosa Cecílio dos Santos Rato foi aprovado por **unanimidade**.»*

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (33':47")

«Pedia ao nosso Núcleo de Apoio que providenciasse as respetivas comunicações aos distinguidos ou às suas famílias. Obrigado. Vamos então passar à outra vertente do PAOD, com as intervenções que se centrem em assuntos de relevância para o Município e que não coincidam com as temáticas apresentadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal no Relatório da Atividade Municipal, constante do Ponto 1 da Ordem do Dia. Tal como fizemos na Sessão de junho, vamos manter regra de iniciar, em cada sessão, a rotatividade das intervenções pelo princípio de menor representatividade para a maior. Sendo que se a sessão tiver continuidade na próxima reunião, será dada continuidade à rotação que concluir esta reunião. Portanto, neste momento, temos o CHEGA, o Partido Socialista, o Unir Para Fazer e, por fim, o Partido Social Democrata. Abria, então, as inscrições.»

Sérgio Louro, CHEGA: (35':26")

«Boa noite a todos. Eu queria começar por dar os parabéns ao Executivo pelo facto de nestas inscrições para as Piscinas Municipais, pela primeira vez, ter sido corrigida uma injustiça, que acontecia nos anos anteriores, que era as nossas crianças ficarem de fora pela disponibilidade das Piscinas ser ocupada por crianças fora do Município. Pela primeira vez, que eu saiba, deu-se prioridade, na primeira semana, a quem morava cá. Só depois as restantes vagas foram ocupadas por pessoas que não do Município.»

Temos na ordem de trabalhos um tema relacionado com a eficiência energética e quero questionar o Executivo quanto ao ponto de situação relativamente à turbina que o Município detém, uma turbina de cogeração da marca 'Capstone'. Aproveito para explicar aos presentes que eventualmente não entendam o que é uma turbina a gás. Basicamente é assim: os nossos equipamentos, como por exemplo as piscinas, para aquecerem a água e aquecerem o espaço, uma parte da energia é gás natural. O que quer dizer que se queirmos 1 kW de gás natural ele vai produzir 1 kW de energia. Usando a turbina a gás, que tem uma turbina, como o nome sugere, em tudo idêntica a um motor a jato de um avião, e, portanto, o gás, ao ser queimado, vai fazer rodar essa turbina e também vai produzir energia elétrica, além de energia calorífica. Dessa forma, obtém-se um excedente de energia que é a chamada cogeração. Vivemos momentos difíceis com preços de energia bastante elevados. Eu gostaria de saber o ponto de situação. Se a turbina que há uns anos lá esteve instalada, mas que nunca foi posta a funcionar - por má vontade, diria eu - que depois, por vontade própria, andou a dar uns passeios por aí; entretanto, por informação direta do Sr. Presidente, já voltou aos Armazéns, e mais não sei.

Para terminar esta minha intervenção, é lamentável voltar-se a falar no parque de Estacionamento, mas é, realmente, um assunto para resolver. Acontece que há tempos pude observar que andavam a mexer no motor dos elevadores. O Sr. Presidente sabe qual o ponto de situação? Se os motores saíram para reparar? Qual o ponto de situação?»

Diana Gandarinho, PS: (38':26")

«Um assunto que chegou ao meu conhecimento e que considero pertinente, relativo à Gafanha da Nazaré. Na altura da construção do Intermarché na Gafanha da Nazaré, estamos a falar de 2016, a Câmara Municipal de Ílhavo assumiu o compromisso da construção do acesso ao hipermercado, que hoje conhecemos como Rua Maria da Luz Rocha - "Luz Facica".

De acordo com os relatos recebidos, o compromisso incluía a continuação desta rua até à D. Dinis, no endereço do cruzamento com a S. Paulo, e colocava em prática uma estratégia de loteamentos que foi formulada na altura, resultante das permutas e negociações de terrenos para a construção do hipermercado e respetivo acesso.

No entanto, volvidos 6, 7 anos, a Rua Maria da Luz Rocha permanece igual, interrompida por blocos de betão na zona da esperada continuação. E os proprietários e envolvidos questionam-se sobre o desenvolvimento da situação.

Isto tem trazido alguns problemas óbvios, como a falta de gestão e limpeza dos terrenos, mas o mais importante é o compromisso adiado e o potencial que estamos a perder.

Por um lado, o potencial de urbanização e o desenvolvimento que isso traz à Freguesia e ao Município. E por outro lado porque há potencial para promover a mobilidade ciclável, em especial por melhorar a segurança de circulação dos jovens que se deslocam da Escola Secundária da Gafanha da Nazaré para a Gafanha da Encarnação. Portanto, questiono se o Sr. Presidente da Câmara e restante Executivo se têm conhecimento desta situação, ou se existe mesmo algum plano de resolução. Obrigada.»

Sónia Fernandes, PS: (38':26")

«Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia. Ex.mo Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores. Caros Colegas da Assembleia Municipal. Caro Público.

No dia 15 de junho, nesta mesma Assembleia, alertei para os variados problemas com que os moradores da Praia da Barra se deparam todos anos na época balnear. Problemas esses que são continuamente colocados de lado e ignorados.

Terminada esta época é com grande lamento que digo que nada foi feito, que nada mudou.

Foi, no entanto, um gosto ter visto o Sr. Presidente a passear pelas nossas praias, pena mesmo que isso não tenha contribuído para uma posição forte e empenhada deste Município na resolução dos nossos problemas. A boa notícia, Senhor Presidente, é que tem mais 10 meses para mostrar trabalho, para mostrar interesse, e de fato mostrar que a Barra não serve apenas para 'turista ver'.

Outro ponto, e este mais uma vez relacionado com a nossa localidade e com os nossos jovens, diz respeito ao Transporte Escolar promovido pela Câmara Municipal, mas que na verdade é apenas um transporte, porque de escolar não tem nada ou muito pouco. Ou melhor, tem muito pouco ou mesmo nada.

Ora de acordo com a definição da Câmara Municipal no seu site institucional, e passo a citar: "O transporte escolar consiste na oferta de serviço de transporte entre o local da residência e os estabelecimentos de ensino da rede pública".

Pois bem, gostava que o Senhor Presidente explicasse a esta Assembleia e ao público que aqui está presente, assim como lá em casa, que Escola existe a Avenida José Estevão, para que todas as paragens sejam feitas nesse percurso. Bem sei que o transporte é articulado com a Transdev, mas cabe à Câmara Municipal defender os interesses dos seus jovens estudantes e promover pressão para que o Transporte Escolar seja realizado até à escola, seja ela secundária ou a do ensino básico. O ano letivo já arrancou e todos gostaríamos de saber do Senhor Presidente o que está previsto, e se há um compromisso claro da parte deste Município em arranjar soluções, e rápidas.

Aproveito também para sugerir ao Senhor Presidente que faça o percurso da Rua Afonso Albuquerque, entre as 8:20 e as 8:30 da manhã, desde a rotunda do Intermarché até à Escola Secundária, e diga aos munícipes da Gafanha da Nazaré se aquela rua tem condições de segurança rodoviária para que todos os jovens que nela circulam, tanto a pé como de bicicleta, o possam fazer em segurança.

Senhor Presidente, a Gafanha da Nazaré merece mais, os nossos jovens, merecem mais, as nossas famílias merecem mais.»

José Pinto Reis, UPF: (42':59")

«Mais uma vez, boa noite a todos. Boa noite ao sr. Presidente da Câmara e respetivo Executivo. Boa noite ao sr. Presidente da Assembleia e respetiva Mesa. Boa noite a todos os Membros da Assembleia Municipal. Ex.mo Público aqui presente e nas suas residências.

Completa-se, hoje, o primeiro ciclo de cinco reuniões ordinárias anuais que completam um ano de Poder Autárquico. Por isso, compete-nos, hoje, fazer, também, uma autoavaliação. Neste sentido, temos que dizer que o grupo Municipal do Unir Para Fazer teve sentido de responsabilidade. Apesar de não ter sido possível obter os apoios para que o Presidente da Assembleia Municipal fosse eleito pela mesma força política que o Presidente da Câmara, apresentámos a nossa candidatura. Não vencemos. E assim, pela primeira vez, no nosso Município, os dois Órgãos Municipais são liderados por diferentes forças políticas. Mas isto é a democracia. Também é a democracia a funcionar não termos sido convidados para a composição da Mesa. Respeitamos de forma vigilante, mas respeitamos. Também a este respeito, gostaríamos de dar nota que sentimos a necessidade de alertar para que a Conferência de Líderes funcionasse devidamente, apesar de sabermos da dificuldade que teremos em fazer passar algumas das nossas propostas nesta Conferência. Mais uma vez é a democracia a funcionar.

Fomos também ingénuos. Como nada tínhamos negociado nos bastidores para garantir aprovações ou alterações ao Regimento, não apresentámos qualquer alteração nesta sede. Estávamos convictos que o PSD iria manter a sua posição dos últimos anos.

Pretendíamos apenas, e só, não contribuir para um início de mandato conturbado. Enganámo-nos e as propostas, de longa data, que o PS vinha defendendo vieram a ser aprovadas por todos os partidos. Foi um Regimento aprovado por unanimidade.

Apesar de ter sido aprovado por todos, continuam a tentar fazer passar a imagem de que o Unir Para Fazer não concorda com o Regimento. Mais uma vez fomos ingénuos. Fomos, também, inexperientes. Quais caloiros fomos sentados nesta sala onde os veteranos acharam que seria o nosso lugar. Demonstrámos a nossa inexperiência quando demos a oportunidade a que nos interrompam intervenções por, alegadamente, não respeitarmos os assuntos em discussão e, ainda, quando logo de seguida, o mesmo acontece com elementos de outras bancadas e nós não temos o mesmo comportamento.

Esses mesmos veteranos que nos deram uma primeira cátedra quando apresentámos o primeiro voto de pesar, nesta Assembleia. Uma vez que o voto foi aprovado por unanimidade, e independentemente da impertinência dos reparos feitos, era evitável terem sido feitos naquele momento, durante a discussão e apreciação do Voto de Pesar, ainda por cima, estando nesta Assembleia, familiares do Homenageado.

Fomos coerentes com o nosso compromisso no apoio e fiscalização do trabalho do Executivo. Apesar de desconhecermos as mochilas, nem o caos se instalou, nem o comboio perdeu velocidade. Gostávamos de realçar algumas características que o Unir Para Fazer tem imprimido à sua governação: as contas certas; o rigor e a transparência que podem ser verificados nos documentos que nos apresentam; realçamos ainda a proximidade com os cidadãos, uma vez que é evidente o aumento do recebimento dos cidadãos por parte dos Vereadores, promovendo a resolução real dos seus problemas. Este Executivo respeitou o trabalho feito no passado e, por isso, apostou na manutenção e na melhoria dos eventos e dos serviços que a Câmara Municipal presta aos seu Municípios. A adesão que estes eventos e serviços têm tido é a prova disso.

Nós, Grupo Municipal do Unir Para Fazer, apoiamos a aposta feita na melhoria das instalações dos equipamentos municipais. Desta forma, promovem e respeitam um património que é de todos.

Felicitemos ainda o dinamismo no aproveitamento das oportunidades de financiamento disponíveis e para as quais o Município tem condições para se candidatar. Outras haverá às quais se que poderia candidatar, mas que, infelizmente, não dispõe dessas condições.

Somos, também, conscientes. Temos consciência de que há muito para fazer. O trabalho ainda agora começou.

Consideramos, também, que fomos ponderados, educados e evitámos o conflito. Temos intervindo, nesta Assembleia, da melhor forma que sabemos e que podemos, com elevação e respeito democrático.

Tentámos ser inovadores e otimistas. Realizámos as nossas Jornadas Municipais abertas à comunidade e que foram um sucesso quanto ao conteúdo, mas que apesar de bem concorridas, assumimos que gostaríamos que tivessem tido mais participação popular.

Somos um Grupo Municipal constituído por elementos que iniciaram funções com pouquíssima ou nenhuma experiência, mas que julgamos ter dignificado os nossos eleitores e esta Assembleia. Nós somos assim, com as nossas qualidades, com os nossos defeitos, assumimos as forças e as fraquezas quando o temos que assumir.

Hoje estamos mais maduros, mais experientes, mas com os mesmos valores e os mesmos princípios, com a mesma determinação de implementação do compromisso eleitoral com o Município e com os Eleitores. Muito obrigado.»

Ana Raquel Simões, UPF: (49':47")

«Boa noite a todos. Aproveitava para dar uma palavra especial para quem nos está a ver online, em particular para todos os alunos dos três Agrupamentos de Escola que foram convidados pelos seus diretores de turma para assistirem a esta Assembleia como forma de motivar este grupo para uma vivência democrática ativa através da Assembleia Municipal Jovem de Ílhavo. Que esta seja uma forma de lhes transmitir a vontade de se envolverem mais nestas dinâmicas e, também, para conhecerem este órgão que é a Assembleia Municipal.

Decorre, anualmente, a nível europeu, de 16 a 22 de setembro a Semana Europeia da Mobilidade, que é a principal campanha da Comissão Europeia para a consciencialização dos atores urbanos sobre mobilidade urbana sustentável, onde cidadãos europeus têm a oportunidade de usufruir de atividades dedicadas à mobilidade dita limpa, alertando-se, assim, para a necessidade de mudança de comportamentos que tenham por base a promoção do desenvolvimento sustentável, a mitigação do aquecimento global, a redução do ruído, etc.

Sete anos depois da última participação, damos os parabéns ao Executivo por ter voltado a participar e a aderir naquela que é a Semana Europeia da Mobilidade com um programa que pretendeu promover o uso da bicicleta, de que já se falou, também, aqui, hoje, criando espaços para o seu estacionamento junto de algumas valências, a promoção do uso de capacete - ainda está a decorrer um concurso para as crianças do 1.º Ciclo acerca da importância do seu uso - e por múltiplas iniciativas de sensibilização à comunidade com atividades da EMER, etc., e, ainda, a sinalização de zonas que privilegiem os peões e a circulação não motorizada.

A partir desta semana, foi uma atividade que decorreu não só nesta semana, mas será até ao final do ano, segundo nos foi dado a conhecer, iniciou-se a sinalização das zonas "30" e de zonas de coexistência, de forma a promover a deslocação pedonal.

Damos, de novo, os parabéns ao Executivo o envolvimento nesta semana, realçando a importância de continuar a apostar na mobilidade sustentável, com benefícios para a saúde de todos, com custos mais reduzidos para os Municípios e, ainda mais, num momento de inflação que estamos a viver, com o aumento de custos e a necessidade clara, para todos, de redução de taxas poluentes oriundas do excessivo uso do transporte privado em detrimento do transporte público.»

Pedro Cristo, UPF: (52':31")

«Boa noite a todos. Ex.mo Sr. Presidente da Mesa e restantes Membros. Ex.mo Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores. Caros colegas, Membros desta Assembleia. Caro público que se encontra aqui presente e todos aqueles que se encontram em suas casas.

O tema que me traz a este púlpito é uma partilha de uma preocupação que estamos a viver atualmente e cuja a perspetiva é de forte agravamento. Falo-vos da nossa economia. Nas empresas andamos há três anos a sofrer impactos negativos que começou com o surto da COVID e, agora, a guerra.

A realidade alterou-se substancialmente. Pagamos mais pelas matérias primas e quem aqui está sabe que isso acontece em toda a indústria. No meu caso, em particular, pago o dobro pelos materiais que compro do que pagava há pouco tempo atrás. E podíamos elencar, quase sem fim, todas as matérias primas que estão bem mais caras. Faltam determinados materiais no mercado., por exemplo, chips para o setor automóvel, inclusive garrafas para o setor vinícola, etc. O custo da energia disparou para valores incomportáveis e pensando em indústrias do nosso Concelho - sim, do nosso Concelho, aqui - muito dependentes do gás, como é o caso do setor da cerâmica, muito esforço tem sido feito para manter a operacionalidade. Tendo, em alguns casos, a informação que recebi de que algumas terão reduzido o número de fornos que estão a operar. O

custo dos transportes disparou, ou seja, como somos um país periférico da Europa tornámo-nos menos competitivos. O custo do dinheiro, que funcionou nos últimos anos como uma positiva almofada, está a caminho de se transformar num pesadelo, em face dos aumentos sucessivos das taxas orientadores do BCE [Banco Central Europeu]. A falta de mão de obra é uma realidade vivida no nosso Concelho e em todos os concelhos limítrofes. A taxa de desemprego é baixa. O entusiasmo dos mais jovens em fazerem carreiras profissionais na mesma empresa também é baixo, e a culpa, se calhar, também é das próprias empresas. A procura, como é elevada, existe uma grande volatilidade dos quadros, prejudicando a constituição de equipas e, conseqüentemente, a sua produtividade. Mesmo com todas estas dificuldades, as empresas foram conseguindo ultrapassar esta fase pois o mercado ainda estava dinâmico e ainda foi possível fazer negócio. O problema é agora. Já se nota o abrandar de encomendas por parte dos clientes. Apesar dos indicadores ainda não o evidenciarem, já existem listas internacionais a falarem de recessão para 2023. Todos os fatores que anunciem anteriormente mantêm-se. Indicadores apontam para uma recessão especial do consumo privado. E, pior ainda, negativa, evolução negativa para o consumo público. Ou seja, estamos a caminhar para uma tempestade perfeita.

Como cidadãos não nos é apresentado um melhor cenário. Taxa de inflação a penalizar a capacidade de subsistência, agravando a nova classe de pobres - sim, aqueles que são pobres chamamos agora de pobres possuindo emprego. Taxas de juro a subir a penalizar encargos com a habitação. Falta, no mercado, de habitações o que provoca o aumento do valor das mesmas desproporcional à capacidade financeira das famílias. Carga fiscal sem qualquer alívio, custo da energia a crescer, custos do material a crescer, etc., etc.

As medidas tomadas pelo poder central para apoiar nesta conjuntura, quer para as empresas, quer para os particulares, não se deslumbram capazes de gerar qualquer conforto quanto ao que aí vem.

E que perspetivas temos para a nossa Câmara Municipal em face de tudo isto?

As receitas não deverão subir, é quase certo. Mas o certo é que os custos vão continuar a crescer, por exemplo em pessoal, com regularizações de quadros - a nossa Câmara tem, regularmente, contratações em curso - e aumento anual de vencimentos, que estimo que cresçam algumas centenas de milhares de euros. Só para termos uma noção, se o aumento dos ordenados for na ordem de 1%, estamos a falar num crescimento de 100 mil euros de despesa. Se for de 2%, de 200 mil euros de despesa, e assim sucessivamente.

Todos sabemos do aumento de custos da energia; todos sabemos do aumento de custos em combustíveis; serviços prestados, da RSU; e outros, etc.

Concluindo, estamos perante um potencial problema económico e social, e, ainda, um potencial agravamento das contas de exploração da nossa Câmara.

Assim, gostaria de saber se o Sr. Presidente, pressupondo que concorda com esta minha perspetiva, já definiu ou pensou nalguma estratégia que se possa colocar em marcha tendo em conta estas graves situações que perspetivamos para as famílias, inclusive também para as empresas do nosso Concelho.

E para terminar, Sr. Presidente, o senhor tem anunciado, com pompa e circunstância que a situação financeira da Câmara Municipal de Ílhavo é excelente. E nós temos confirmado essa situação pelos relatórios que aqui nos apresenta. Gostaria de saber se, por acaso, já teve oportunidade de estudar e analisar o que nos espera o futuro, face à atual conjuntura e agravamento previsível, mais particularmente para 2023, no que se refere às contas do nosso Município. Muito obrigado.»

Margarida Alves, PSD: (57':59")

«Boa noite a todos. Caro Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo. Ex.mos Secretários. Caro Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo. Ex.mos Vereadores. Caros Membros das bancadas da Assembleia Municipal de Ílhavo. Digníssimo público. Digníssima Comunicação Social.

Faz hoje um ano que os eleitores do Município de Ílhavo decidiram, por voto democrático, dar a vitória ao movimento Unir Para Fazer no comando da nossa Câmara Municipal. Facto. Também decidiram e mandataram o PPD/PSD que liderasse a Assembleia Municipal, no mandato a decorrer. Estamos aqui para construir, apresentar soluções e denunciar, quando for necessário, de e para as pessoas. Facto. É preciso saber perder e ganhar com dignidade também se exige.

O Unir Para Fazer presenteou-nos com intervenções na comunicação social, num evento de um ano após as eleições autárquicas, que me preocupam como política e, acima de tudo, como cidadã deste Município, acusando o PPD/PSD de formar uma coligação negativa com o Partido Socialista, por razões táticas. Táticas?! Para mim tal afirmação é desenquadrada e descabida. Considerando que, neste último ano, os projetos concluídos e iniciados foram obra deixada pelo PPD/PSD.

E preocupa-me ainda mais quando afirmam que temos um inimigo comum que é o Unir Para Fazer. Como assim?! Na política nós temos adversários. Inimigos é um termo com o qual não nos identificamos e que nos repudia.

Meus caros, na política não vale tudo e a leviandade verbal não faz parte de um Estado Democrático. Falo de 48 anos de história democrática, onde o PPD/PSD é fundador e responsável para que a democracia se mantenha e se cumpra. Onde, como e quando o PSD de Ílhavo teve esse papel de que nos acusam? Querem melhor exemplo do legado que vos deixámos? Não me recordo de termos votado contra ou termos chumbado projetos e/ou documentos estruturais que visam a melhoria de vida dos cidadãos. Pelo contrário.

O Unir para Fazer não tem feito tudo para concretizar o que deixámos pronto para implementar. Mas já lá irei.

Os chamados 2100 dias de governação já passaram. O estado de graça rapidamente finda e o populismo leva ao desvario e à ineficiência no compromisso que assumem com os cidadãos. Consequência... a cobrança, por parte da população, que, a devido tempo, fará o seu escrutínio.

Agora, gostaria de apresentar dois assuntos pertinentes e de valia considerável para os nossos cidadãos - e para mim, também, como cidadão deste Município.

Obra de Requalificação da Marginal dos Bacalhoeiros na Gafanha da Nazaré. Há mais ou menos três anos, a Administração do Porto de Aveiro prometeu concretizar a obra de requalificação da Marginal dos Bacalhoeiros, na Gafanha da Nazaré, para prevenir inundações e alterações climáticas. Nomeadamente, que iria subir a cota da estrada para evitar o seu alagamento, designadamente na praia-mar das marés vivas, pelo facto da subida dos níveis de água deixar toda Marginal intransitável durante o período das marés vivas. Foi afirmado pela Presidente cessante da Administração do Porto de Aveiro que o trabalho de requalificação iria antecipar os piores cenários que podem advir do impacto das alterações climáticas. Em junho de 2021, a Administração do Porto de Aveiro abriu concurso público para a elaboração do projeto de requalificação da chamada Avenida da Marginal do Porto de Pesca ou Porto Bacalhoeiro como é também conhecido na Gafanha da Nazaré, onde a empresa que vier a ser selecionada tem 180 dias para entregar o projeto de empreitada. Em finais de novembro de 2021, o Porto de Aveiro adjudica o projeto de recuperação da Marginal ao Cais dos Bacalhoeiros. Ou seja, em março de 2022, este ano, o projeto da empreitada deveria estar concluído.

Questiono: ao fim de 6 meses o Executivo camarário foi informado do ponto de situação do início da obra e o prazo da mesma? Se tal não aconteceu, devemos exigir aos novos

órgãos executivos que tornem esta obra prioritária e urgente, tendo em conta os danos que traz às empresas que ali operam e aos seus trabalhadores, com danos materiais e financeiros. É nossa obrigação, pela sustentabilidade e segurança das empresas e das pessoas. A recém nomeada Administração do Porto de Aveiro deve esclarecer a Autarquia e os seus Autarcas, e nós devemos exigir, definitivamente, a obra da Marginal dos Bacalhoeiros.

Outro ponto. Este sim, prontinho de entrega.

Desfibrilhação automática externa, o suporte básico de vida. Anualmente, na Europa morrem mais de 700 mil pessoas vítimas de doença cardiovascular, sendo que 40% morrem de morte súbita cardíaca, antes mesmo de chegarem ao Hospital, e atinge pessoas de todas as idades e condições físicas. E sem aviso. Infelizmente, vi um colega falecer com a minha idade, há pouco tempo. Muitas destas vidas podem ser salvas onde existe o 'DAI' [desfibrilhador automático externo], permitam-me a sigla, e quando aplicado nos três minutos após o colapso a taxa de sobrevivência é superior a 74%. Poderia falar aqui em vários dados estatísticos. O que é certo é que no Município de Ílhavo - e foi opção política do PPD/PSD quando liderava o Município - na promoção do bem-estar, maior segurança na prática desportiva e na preservação da saúde, nos espaços culturais e via pública, este processo teve o seu início em maio de 2021, e foi apresentado publicamente pelo Vereador com o pelouro, com o representante do INEM e dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, todos os parceiros, Clubes e Associações desportivas, e Agrupamentos de Escolas, em julho, agosto de 2021, de forma a iniciar a formação e certificação em finais de 2021. O atual Presidente de Câmara foi alertado pela Vereação do Partido Social democrata da necessidade e importância de se concluir este processo. Todos os requisitos estavam cumpridos. Dossier prontinho para ir para o terreno e para o respetivo licenciamento pelo INEM. A saber: 1. médico responsável pelo Programa 'VAI'; 2. definição dos locais onde colocar os 10 dispositivos - 10 dispositivos - em pavilhões, piscinas, complexos desportivos. O Vista Alegre, GDG - Grupo Desportivo da Gafanha e NEGE já têm o equipamento, mas também seriam contemplados por causa da formação e certificação dos utilizadores. Ou seja, os equipamentos desportivos municipais partilhados pelas escolas, associações desportivas e clubes; 3. 80 pessoas ficariam operacionais não médicos para serem formados. A designar: professores de educação física, treinadores, coordenadores desportivos, assistentes operacionais das escolas e funcionários dos pavilhões. Esta formação iria dotar, ou irá dotar, porque eu acredito que possa, a curto prazo, vir a ser implementada, os operacionais com competências para reconhecer uma paragem cardiorrespiratória e responder em caso de emergência e ganhar tempo para a vítima; 4. contrato adjudicado: mais ou menos 20 mil euros.

Dar nota que as diretoras dos Agrupamentos, os presidentes dos clubes, o pessoal não docente, os professores ficaram satisfeitos e reconheceram que era de primordial importância e pertinência esta aposta do Executivo do Partido Social Democrata. Para quando a sua concretização? O dossier está prontinho, basta fechar as inscrições, formar e certificar. Obrigada.»

André Guimarães, PSD: (57':59")

«Boa noite a todos. estamos, aqui, em setembro, numa altura pós férias. Eu, pelo menos, não tive férias no verão, mas admito que muitos de vós tereis tido e, portanto, é ótimo ter um momento de pausa para conseguirmos ter aquela tranquilidade que precisamos para retomar. E é nesta retoma que eu gostava de lembrar algo que se faz muito nas férias, que é ler notícias. Nós, normalmente, lemos mais notícias nas férias do que quando estamos a trabalhar. Parece que temos mais tempo, temos mais gosto. Outro problema das notícias nas férias, sobretudo no verão, é que elas estão muito mais sujeitas à questão da silly season, portanto, aos sensacionalismos, às questúnculas;

àquelas questões que nós não sabemos se são verdade ou não. É nesse sentido que eu trago um assunto que me preocupa que é a questão da segurança no nosso Município. De facto, basta abrirmos um site noticioso da imprensa local ou até nacional e deparamo-nos com notícias de situações que me afligem e como me afligem a mim, afligirão, certamente, os nossos munícipes. Digo certamente porque muitos já falaram connosco e perguntam-nos o que é que anda a ser feito para controlar isto. Eu não estou a dizer, realmente, que há mais insegurança, que estamos em perigo, mas não podemos ficar alheios quando vemos notícias de que há violência na rua, que há assaltos em estabelecimentos, que há carros vandalizados, que há extorsão, que há esfaqueamentos, que há, enfim, um conjunto de questões que nós não podemos, porque temos responsabilidades neste Município, ficar alheios.

Aquilo que eu venho aqui não é dizer que está tudo mal ou que está tudo bem. Aquilo que eu venho aqui é, realmente, confirmar, ou melhor... pedir uma confirmação daquilo que podia ser uma situação de silly season ou, de facto, algo que nos deve preocupar e muito.

Eu pedia, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, o que é que tem a dizer sobre esta questão e se, realmente, dispõe de dados concretos, fidedignos que, de uma perspetiva objetiva e racional, nos permitam concluir se estamos perante um aumento ou uma diminuição da segurança no nosso Município. E se estamos numa trajetória de aumento o que é que a Câmara pretende fazer para controlar esta situação.

Viver num Município seguro, onde todos nos sentimos bem, é, e tem que ser, a nossa primeira objetiva e a nossa primeira necessidade.»

António Flor Agostinho, PSD: (01:10:24")

«Mais uma vez, boa noite a todos. Em especial, saudar os presentes e saudar aqueles que nos estarão a ver através da comunicação social, através dos meios de comunicação, em especial, tanto quanto sei, os pais e os alunos do Agrupamento de Ílhavo que foram convidados para assistirem a estas sessões. Saudar essa juventude que o que se pretende com aquilo que está a ser programado, que é o nosso Parlamento Jovem de Ílhavo, que é aumentar a participação dos jovens na política e chegar ao final deste processo e termos mais jovens dedicados à política e integrarem as juventudes políticas e a participaram, ativamente, nas suas escolas, nas suas questões políticas e a debaterem assuntos políticos. Tudo aquilo que fazemos, quer queiram, quer não, é política. Todos os nossos atos são políticos. Todos os nossos atos têm um condão político porque é uma opção e quando nós tomamos uma opção de vida, uma opção de emprego, uma compra, estamos a tomar uma opção política. Este é um dado que é inegável.

Eu vinha aqui só para falar numa questão que me preocupou este ano que foi a situação das autocaravanas nas parias do nosso Concelho. Eu vinha perguntar ao Sr. Presidente se verificou o que se passou, se verificou a existência de autocaravanas por tudo quanto é sítio, em especial na Barra. Os parques de estacionamento estavam, muitos deles, ocupados por autocaravanas. Não tenho nada contra as caravanas, contra as autocaravanas, atenção; já fui inscrito numa associação, também já tive. Agora, eu espero que a Câmara, para o ano, tome atitudes, re programe tudo isto, que faça reordenamento dos estacionamentos. O que nós assistimos, logo à entrada da Barra, era autocaravanas permanentemente estacionadas em parques de estacionamento que deveriam ser para automóveis. Como sabemos, uma autocaravana, normalmente, ocupa o espaço de dois carros, o que é incomportável. Depois temos as cenas a que assistimos de manhã ou ao final da tarde, com o veste e despe, que não são nada reconhecidas; com o lavar e o tomar banhos nas torneiras que estão à disposição dos banhistas. Eu pretendia saber se o Sr. Presidente tem já umas ideias do que vai fazer para o ano. Era bom que comesçassem a pensar em destinar espaços próprios para

estacionamento das autocaravanas e não criar aquela amálgama de termos autocaravanas por tudo quanto é sítio.

Depois disto não posso também de deixar de dizer qualquer coisa ao Pinto Reis, nomeadamente às críticas que faz. Eu continuo a não perceber. Eu acho que o Movimento tem o complexo, não sei se é de inferioridade, se do que é.

Eu sempre disse que o Movimento que ganhou as eleições, e bem., para mim é o partido que tem mais políticos. Vejamos... dois candidatos a comissões políticas por um partido, membros filiados em vários partidos deste concelho, participação política em muitos partidos, e depois criticam os outros por serem os partidos do antigamente, por terem táticas, por terem jogadas de bastidores. Eu devo dizer ao Pinto Reis que logo na primeira reunião de líderes não combinei nada com o Pedro Martins, não falámos nada com o Pedro Martins, nada foi negociado quanto ao Regimento e fomos para lá, de peito feito, discutir o assunto.

E ainda agora, recentemente, com os testemunhos da Mesa e do Sr. Presidente da Câmara estivemos a discutir o regulamento do Parlamento Jovem de Ílhavo e, se bem me parece, quem apresentou uma posição política foi o Movimento. Quando o Movimento quis colocar políticos no Órgão de Gestão do Parlamento Jovem estava a politizar tudo aquilo. E os três representantes dos três partidos políticos lá presentes recusaram. Disseram não, isto é para os jovens. Quem vai controlar tudo isto são os jovens, as suas escolas, com o Presidente da Câmara e com a Mesa da Assembleia. Os políticos aqui não intervêm, não têm participação nisto. Quando chegámos ao final e propusemos que aquilo que saísse destas reuniões fosse aqui apreciado, discutido, o Unir também não quis. Quer dizer... mas qual é o problema? Nós, com a máxima franqueza, nós que somos chamados de políticos, no fundo, não somos políticos. Nós estamos aqui com interesse no Concelho, nos assuntos do Concelho e o Pinto Reis continua a querer inverter a situação. Eu já estou... os decanos, os velhos, o não sei o quê. Eu fui vereador durante quatro anos, há muitos anos, e depois limitei-me a ser membro da Assembleia Municipal. Aquilo que eu aqui transmito é o interesse da população. Eu ouço a população, eu estou com a população, eu ouço as pessoas lá fora e tento transmitir, aqui, nesta Assembleia, as suas preocupações. Ponto final parágrafo. Aqui não há políticos, não há diretivas que venham de Lisboa. Eu nunca recebi nenhuma diretiva do partido, de Lisboa. Estou à vontade para responder. O que se passou no PS não é comigo, o que se passa nos outros partidos não é comigo. Nós, no PSD, não recebemos orientações de Lisboa; nunca recebemos.

Portanto, o Pinto Reis tem que mudar um pouco o seu discurso porque isto não faz sentido, as pessoas não se reveem neste discurso. As pessoas conhecem-nos e sabem que nós estamos nas Associações não é com carácter político, não é politizar as Associações. Estamos lá para defender os interesses das Associações. Nós estamos nos organismos a defender os interesses da população.

Enfim... não percebo, Pinto Reis. Peço-lhe imensa desculpa, mas há que dar a volta ao texto.

A Margarida já respondeu, e muito bem, a maior parte dos assuntos foram aprovados por nós. A maior parte dos assuntos apresentados pelo Unir Para fazer, na Câmara, foram aprovados pelo PSD. Não se onde está este declive, este azimute, esta constante e permanente perseguição aos políticos e aos partidos políticos.

Ao Pedro Cristo, que eu conheço há muitos anos, o que é que eu lhe hei-de dizer? Bem-vindo à nossa luta. Eu acho que o Pedro Cristo está mal situado. Talvez fosse melhor estar ali ao nosso lado porque eu comungo das suas posições. Você tem toda a razão. É o Governo que temos. No futuro não sabemos o que é que vai acontecer. Não há atuação. O PRR está a zero. O António Costa diz que já executou não sei quantos. O que ele executou sabe o que foi? O adiantamento de verbas às instituições. As instituições executaram zero e vamos, assim, desperdiçar milhões. E o Pedro fez aqui

algumas críticas, trouxe aqui algumas preocupações, como sabe são as nossas. Nós estamos consigo, nós estamos com as empresas, nós estamos com os empresários. Não é a consentir mais empréstimos ou dar empréstimos a juros mais elevados que vamos resolver o assunto. Nós temos as nossas instituições de Solidariedade Social com acréscimos de custos de eletricidade e de aquecimento e o que é que o Governo faz? Tapa os olhos. O que é que o Governo pretende fazer a esta gente? Ninguém sabe. Isto é o Governo que temos.

Lá está, eu não devia estar a dizer isto porque sou parceiro. Eu não devia estar a dizer isto porque fiz uma coligação. Eu não devia estar aqui a criticar o PS. Mas estou. Porque isto é aquilo que nós sentimos na pele, é aquilo que nós sentimos no dia-a-dia. Tenho dito.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:18:48")

«Muito obrigado, Flor Agostinho. Passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:18:52")

«Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente àquilo que o Sr. Sérgio Louro afirmou relativamente ao processo das Piscinas não farei qualquer comentário sobre isso. Acho que o deu alguns sinais de melhoria, como referiu, mas muito ainda há para fazer sobre este processo. Num diagnóstico de 365 dias, com um primeiro trabalho da nossa responsabilidade, fico contente pela valorização que é dada. Mas mesmo assim tivemos algumas reuniões com pessoas que estão interessadas em ter os filhos nas Piscinas e não conseguimos responder. Eu e o meu Adjunto tivemos reuniões com essas pessoas e ouvimos as sugestões que elas deram e vamos acolhê-las. Penso que no próximo ano melhores resultados virão desse trabalho. Aqui, parabéns também, mais uma vez, os trabalhadores da Câmara que colaboraram intensamente, desde o mês de maio, na preparação do trabalho que se apresentou para a gestão desse processo, nomeadamente na Divisão de Educação.

Relativamente à turbina da cogeração, não vou adiantar mais nada. Já o convidei para ir comigo ao Armazém vê-la, se quiser trabalhar com ela, se quiser vistoriar, podemos fazer isso tudo. Dar-lhe-ei todas as respostas que o Sr. pretende e que depois pode transmitir nesta Assembleia. Está, mais uma vez, convidado por mim. Passamos, muitas vezes um pelo outro, em horas bem madrugadoras, podemos ir lá a essas horas e vimos isso.

A questão do Sr. dizer que é lamentável voltar a falar do Parque de Estacionamento. Eu referi isso, no primeiro momento em que tomei posse, e referi, muito antes disso, também, que haveria coisas que estariam dentro de uma mochila que eu não estava à espera de as conhecer todas. Esta era uma delas. Posso-lhe dizer que, ainda ontem, mandámos um mail para a empresa para saber qual era a posição do elevador. A única coisa que sabemos sobre esse assunto é que há um problema construtivo e que a caixa que aloja os equipamentos, normalmente, está cheia de água porque o poço não tem drenagem. Esse é um problema que nós sabemos. Mas cabe mesmo ao operador que está lá resolver o problema. E, portanto, não a nós.

Relativamente à Diana Gandarinho. Eu não tenho muito a dizer-lhe sobre isto. Se calhar conhece algumas das pessoas que possam ter terrenos ou outras coisas ali. Depreendo isso, do que conheço desse processo. Pelo menos sei que são pessoas muito conhecedoras daqueles espaços do terreno. Irei dar prioridade sim aos acessos às nossas Escolas. Vamos dar prioridade a esse trabalho, mas não sentimos tanta urgência

naquilo que está a dizer. Manifesto desagrado por não terem concluído a obra na altura. Mas tenho outras prioridades, neste momento. Se houver interessados em criarem a urbanização, estaremos disponíveis, como a Câmara sempre o fez, não é de hoje, para partilhar com eles esses investimentos. Se eles puserem dinheiro à frente para abrir essas estruturas, normalmente a Câmara dá logo viabilidade a essas situações. Está resolvida uma parte, fica a outra parte por resolver. Logo que haja interessados nessa parte a Câmara estudará a forma de investimento para que essa situação fique resolvida.

Relativamente aos problemas da Praia da Barra, referenciados pela Sónia. Eu fico contente por me ter apanhado ou visto pela única vez que eu fui à praia com os meus filhos, que foi num domingo à tarde. Fico muito contente. Eu, durante este verão, não fui mais nenhum dia à praia. E a Sra. viu-me logo naquele dia. Tiro certo, vou-lhe já dizer. Fiz o melhor que podia, neste período, e vou continuar a fazer. Se não foi do agrado de todos... tivemos uma reunião, uma presidência de Câmara aberta na Praia da Barra, onde nos referiram muita coisa e faremos o nosso, melhor, no próximo ano, para colmatar esses problemas. Mas há problemas que vão ser difíceis de resolver, nomeadamente o dos passadiços. Estamos cá para ver o que pode ser feito no próximo ano.

Relativamente ao transporte escolar, posso-lhe dizer que conseguimos uma situação de paragem perto do 'Beijo Docinho' que vai funcionar. Penso também que este transporta possa ter alterações no próximo ano, com uma nova empresa a operar este tipo de transportes. No entanto, sabemos que o transporte é conjugado, não é só escolar, é também de transporte de cidadãos. Sabemos perfeitamente que há comportamentos, da parte dos motoristas, que não são os corretos para com os nossos estudantes. A empresa também sabe, tem uma reunião com o Sr. Presidente, na próxima semana, para falarmos sobre isto. E que há atrasos nas horas de chegada às nossas Escolas. Estamos conhecedores desses assuntos todos. Agradeço ter trazido esse assunto para aqui. E todos aqueles que nos estão a ouvir, fora desta Assembleia, podem dirigir todas essas observações à Câmara Municipal, porque só assim conseguimos melhor perante os nossos operadores que estão contratualizados para este tipo de serviços e pelos quais pagamos.

Relativamente ao Sr. Pinto Reis, não tenho nada a referir sobre aquilo que mencionou. Na semana da mobilidade, as referências às ausências, pois surgiu o momento, fez-se. Deixaria aqui para o meu Vereador uma resposta sobre esse assunto.

Relativamente ao Sr. Pedro Cristo, e já vi que há outras pessoas também a comentar aquilo que falou e até a sua mudança de posição, onde está sentado. Fico satisfeito com isso porque há união entre o grupo e manifestam vontade de proximidade, o que é bom. Mas digo-lhe sinceramente. Preocupa-me tanto a mim, como a si, a situação que observa naquilo que é a economia internacional porque ela afeta muito a nossa economia nacional. E preocupa-me todas as notícias que têm sido dadas relativamente àquilo que possam ser os aumentos salariais no próximo ano e a inflação decorrente de todos os mercados que nós podemos assistir, seja de transações correntes, sejam e transações diria comerciais e financeiras. Isso preocupa-me muito. Acho que a Câmara já sofre uma escalada de preços grande naquilo que é a compra de matérias que vamos utilizando para a reabilitação e para a construção das nossas obras. Já tivemos também os nossos construtores a fazerem revisão de preços em algumas obras. Há uma preocupação nossa, constante, em fazermos uma racionalização de todas as despesas que vamos tendo, aqui, na Câmara, seja de água, seja de luz, seja de combustíveis. Já temos resultados visíveis sobre isso. A escalada de preços mostra que há um aumento, mas há uma baixa de consumos. Há uma preocupação ativa em todos os segundos que estamos presentes nesta Câmara. Toda a equipa da Câmara está a ser sensibilizada, todos os dias, para essas situações. Vamos ver o que isto vai dar. Há, realmente, uma

preocupação muito grande porque tenho uma fase, em outubro, de preparação de um orçamento. Tenho um compromisso eleitoral que assumi perante um Movimento e perante as pessoas que nos colocaram nesta posição, e isso preocupa-me muito para a criação do novo orçamento. Esta escalada de aumentos salariais e esta escalada de aumento de preços podem afetar gravemente aquilo que são as nossas despesas correntes e, portanto, as de capital podem ficar muito afetadas. Aquilo que pode ser a nossa participação ou a procura de fundos comunitários para financiamento dos nossos projetos que não tenham uma componente de financiamento a 100%, mas pensando nós que poderão ter uma componente de 75%, já olhando de uma forma otimista - porque há muitos projetos que já só vêm com 50% e, depois, com taxas de boa execução premiar mais 20%, depois mais 15% - e tudo isto pode por em causa aquilo que possa ser o futuro da Câmara. Serei sempre solidário com os meus colegas anteriores pelo trabalho que fizeram, mas as receitas podem estar muito afetadas.

E quando nós falamos de receitas, falamos, nomeadamente, naquilo que são as receitas vindas dos impostos. A não ser que o Governo possa ter aí uma decisão, e que nos diga, então, que o IMI, agora, a taxa mínima é de 0.35 e todos os municípios batem palmas porque não são eles que tomam a decisão, mas precisavam mesmo desse dinheiro. Por outro lado, todos os municípios tentam fazer o contrário, porque são compromissos eleitorais e tentam assumir essas questões - as taxas do IRS, as taxas do IMI, a Derrama, o IMT é uma coisa inacreditável porque este ano está a dar valores a todos os Municípios que ninguém estaria à espera - mas estou desejoso por chegar a esse momento de poder dar a conhecer a mim próprio o orçamento para 2023, com esses contratemplos todos que vamos ter pela frente e que vamos ter que os vencer na mesma porque também foi essa a nossa proposta de unir esforços para fazer.

Relativamente à Margarida Alves, as suas apreciações já são normais e a sua vontade de valorizar o partido pelo qual está eleita. Sempre defendeu e vou aprendendo consigo, sempre, estas coisas. Mas dir-lhe-ia uma coisa. Fiquei muito satisfeito pela sua disponibilidade, pelo trabalho que fez para falar sobre os desfibrilhadores. Faltou-lhe foi um assunto. É que eu gostava de saber onde é que estão as pessoas. Quantas vezes é que a Sra. Diretora da Escola falou comigo sobre este assunto? Quantas vezes é que o pessoal não docente falou comigo sobre este assunto? Quantas vezes é que os presidentes dos clubes falaram comigo sobre este assunto? Se estava tão bem trabalhado eu não percebi quem é que vinha falar comigo sobre isso. Eu acho que é uma preocupação sua e de mais alguém. Eu sei que o Sr. Vereador Tiago Lourenço já falou comigo sobre isso e já lhe dei as respostas. Espero, até ao final deste ano, dar a solução a um processo que, honrosamente, vou tratar com um Vereador que foi eleito nesta Câmara. E não gostei, vou-lhe dizer claramente, que a Sra. fosse tão minuciosa. Gostava mesmo que dissesse quais foram as pessoas que estiveram envolvidas neste processo todo. Também era engraçado nós sabermos. Mas ficamos por aqui porque estas coisas são bonitas para nós apreciarmos, chegamos a estes pontos com esta confiança toda, apresentamos estes processos, dizemos que envolvemos 80 pessoas, dizemos que o contrato está adjudicado, dizemos tudo isso e disse, no final, 'o dossier está pronto'. Não tenho dúvidas. Mas sabe que para a execução nós vamos precisar de pessoas. Eu ainda hoje tenho dúvidas se vou encontrar pessoas para aceitar esta situação. Tenho dúvidas. Mas, Margarida, prometo-lhe que vou concluir este processo. E também lhe digo que se isto carecer de alguma resposta da sua parte, não vai ter outra resposta da minha parte porque sinto que este assunto, trouxe-o aqui, e muito bem, respeito, mas vou-lhe dizer que assumirei todos os compromissos que outros colegas meus também assumiram para fechar estes processos. Se a Câmara já investiu, era loucura não fecharmos o processo. Mas, Margarida, vai ser difícil colocarmos estes 10 dispositivos e termos alguém que, depois, sinta que tem, verdadeiramente, responsabilidade sobre isto.

Este é um problema que não é só nosso. É um problema que está em muitas outras câmaras, em muitos outros projetos, e onde isto já foi implementado. Agora, eu não mexi, vou-lhe dizer. Tentei no final do ano; depois a nossa Chefe de Divisão, com quem trataram isto, foi de licença de maternidade e vai regressar agora. Nós temos este desafio e já o lancei na semana passada. Tive a oportunidade de falar nisto, até, na procissão do Sr. Jesus dos Navegantes ou na N. Sra. dos Navegantes com a eleita da Assembleia de Freguesia, a Enf. Paula, sobre este assunto. Percebi mais algumas coisas, a preocupação dela. Também me disse que o dossier está pronto e que não anda porque não quer. Tudo bem. Eu vou ver isso e vou tratar disso.

Quanto ao André Guimarães que refere a segurança do Município. Para lhe dar nota, nós tivemos a mudança de comando no nosso Posto Territorial da GNR de Ílhavo. Reuni com eles, aproveitei, já que veio também o Sargento Pereira, da Gafanha da Nazaré, para falar sobre estes assuntos e que é a segurança versus efetivos. Não temos efetivos. Não temos resposta. Na Gafanha da Nazaré está equilibrado, eles dizem que está equilibrado, mas se houvesse mais era melhor. Há qualquer coisa que tenhamos que fazer aqui com recursos a gratificados, temos depois algumas condicionantes noutras situações. Por exemplo, na procissão da Costa Nova teve que ir o corpo de Ílhavo lá socorrer. Houve três ou quatro acidentes e não chegam os efetivos. Não temos, muitas vezes, carros. Nós, como sabe, estamos a tentar resolver um problema que é o problema da Escola Segura em que as viaturas deixaram de ter operacionalidade. Vamos tentar repor essa operacionalidade também na GNR. Estamos a tentar resolver isso. O Fundo Ambiental ainda não nos deu resposta, mas vamos tentar pôr aqui duas viaturas elétricas ao serviço da nossa GNR para colaborar com a Escola Segura.

Em relação aos outros assunto relacionados com a segurança, já tivemos aqui um Município a manifestar o seu descontentamento, até de uma forma menos correta para comigo, nesta Assembleia. Não sei se esteve presente. Eu tenho deixado para as autoridades essas soluções. Temos outros indicadores da CPCJ e outros eu não podemos, por razões de sigilo, manifestar aqui. Ficamos um bocado tristes, mas fique tranquilo que não há nada de grave, nem há assuntos assim tão preocupantes. Houve uma vaga de assaltos a residências em Vale de Ílhavo, depois passou para a Gafanha da Nazaré. Na Gafanha do Carmo temos uma vaga de assaltos, mas as pessoas estão referenciadas. Acho que as coisas estão controladas, mas nós, Câmara, não podemos fazer muito mais sobre isto.

Relativamente ao Sr. Flor Agostinho. Esta situação das autocaravanas já anda comigo há alguns anos. Eu dou muito valor a este turismo itinerante, apesar de ter sido muito criticado fiz a primeira área de serviços para autocaravanas - as chamadas ASA - porque tínhamos no Parque da Barra e, na altura, o nosso hoje Presidente dos Bombeiros questionou se seria um bom ou mau investimento. Eu não consigo, agora, quantificar os valores referentes ao consumo de água e de descargas das cassetes de saneamento, mas acho que o Município, por todo o registo que tem, do número de autocaravanas que passam por aqui, pela utilização de duas estradas que é a antiga 109 e as estradas marginais da costa, por muitas utilizações que fazem das autocaravanas, em detrimento de apartamentos que têm, que colocam a render e passam a viver nas autocaravanas, por todas estas situações, houve um crescimento muito grande de autocaravanistas. E muitos deles até são daqui de perto, que aproveitam ir ao sábado, ficam lá e regressam ao domingo. Se for lá à segunda-feira não vê quase ninguém nas autocaravanas. Convido-o a fazer esse exercício e a observar isso. Mas dou também aqui um louvor ao nosso Presidente da Junta da Gafanha da Encarnação porque foi uma das coisas que ele manifestou naquilo que era o nosso protocolo de apoio financeiro - a concessão de apoio financeiro. Ele está a fazer esse trabalho que é o de alocar os caravanistas na Praia da Costa Nova num parque específico para os receber. Estamos a fazer esse trabalho, tem um financiamento nosso

e penso que já tem aqui um indicador de solução. Para o resto nós ainda não temos solução. Tivemos uma conversa com a GNR sobre este assunto e também não há grande solução para multar e tratar isto. Continuamos todos preocupados com isto porque o ano passado houve registo de incêndios, como sabe, autocaravanas que arderam. Este ano não temos referência, mas preocupa-nos. Eu digo-lhe, sinceramente, preocupa-me. Por exemplo, agora, na festa da Sra. da Saúde eram mais de 300 num microespaço. Eram mais de trezentas. O Presidente da Junta da Gafanha da Encarnação pode comprovar isso. Tudo cheio, tudo cheio.

Deixava estas notas sobre aquilo que os Srs. Autarcas referiram.

O meu Vereador está aqui a alertar para aquilo que a Margarida falou e que também colocou aqui um bocadinho de força relativamente à Marginal dos Bacalhoeiros. A Marginal dos Bacalhoeiros só vai ser possível quando os Fundos Comunitários poderem vir financiar essa obra. Independentemente daquilo que já referiu, essa obra tem também a possibilidade de ser valorizada a deslocação pelos modos suaves nessa marginal. E que a área de visitação do nosso Concelho, porque a malta gosta muito de fazer a chamada 'voltinha dos tristes' ao domingo e passar por ali, fique também confortável para essas pessoas, seja de bicicleta, seja a pé.

Hoje, até foi um dia em que aconteceu, com agrado da nossa parte, a visita do novo Presidente da Administração do Porto de Aveiro, que esteve aqui com a sua equipa e foi um dos assuntos que falámos. Vamos ver o que é que o Sr. Ministro das Infraestruturas tem para nos dizer. Já deveríamos ter tido essa reunião, foi adiada. Mas temos que pressionar para que, ou no PT2030 ou noutra solução qualquer, esta situação tenha luz verde. Realmente o projeto está feito, nós já o conhecemos. Temos esse trabalho na nossa Câmara. Tivemos um técnico a acompanhá-lo. Parece-nos que está bem. Há uma ou outra correção que podemos fazer. Não o apresentámos ainda a ninguém, nem ninguém ainda o viu, penso eu. A nós preocupa-nos outras coisas também ali que queremos ver resolvidas. Uma das coisas que nos preocupa é que esta obra só deve avançar com a opinião de todos os empresários que estão ali e do nosso Presidente de Junta também. Esteve envolvido na fase anterior, nesta teve uma participação de conversa, pelo menos. Tivemos duas reuniões, eu pessoalmente com dois empresários daquela zona. Não vou passar aqui a publicidade das empresas, mas que mostraram preocupação sobre isto e disseram que quando isso estivesse pronto que era importante marcar uma reunião com todos para vermos isso tudo, nomeadamente a Associação dos Industriais do Bacalhau que também referiu isto numa reunião que teve connosco. Estão preocupados com a situação e trouxeram mesmo fotografias da zona de alagamento até às suas portas.

É uma situação que muita gente se recorda dela em marés de três-quatro, três-cinco de antigamente. Hoje até é mais frequente nas de três-dois, três-três. Mas não posso referenciar porque os meus cinquenta anos não me dão para ver tão longe, mas temos essa situação.

Nós queremos resolver este problema, como também queremos resolver o problema a sul da Ponte do Juncal, com referências já feitas no PGRI para que essas coisas possam ser feitas, da marginal da Ria Mar na Praia da Barra e até uma revisão da cota do Caminho do Praiã que seria oportuna com as balboas de marés todas reparadas. Até nem sei se isso não poderia ser alvo, aqui, de um financiamento. Vamos ver o que é que conseguimos fazer. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:40':54")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Abria, agora, as inscrições para uma segunda intervenção. Eu pedia uma atenção especial aos tempos que restam para as intervenções.»

Sérgio Louro, CHEGA: (01:41':54")

«Sr. Presidente. Queria apenas reforçar o assunto da turbina. Estamos a caminho da descarbonização e isso é conseguido por substituir equipamentos por equipamentos mais eficientes, conseguindo obter equipamentos mais eficientes, conseguindo obter a mesma energia emitindo menos gases de efeito de estufa. Eu telefonei-lhe algumas vezes, não estou aqui a cobrar a não devolução das chamadas, precisamente para ir consigo aos Armazéns. Eu estou disponível para ajudar, mas a reposição da turbina e a avaliação quanto ao seu estado de funcionamento e conservação não me compete a mim. Compete aos técnicos da Câmara e aos Chefes de Secção dos respetivos departamentos que terão essa função. Obrigado.»

Diana Gandarinho, PS: (01:43':01")

«Sr. Presidente. Eu compreendo que a situação que apresentei não seja, para vocês, uma prioridade, mas tendo conhecimento porque não avaliar a possibilidade de intervenção, principalmente porque esta via resolve a questão da mobilidade ciclável e evita a Rua São Francisco Xavier que é uma rua, para quem conhece, com um tráfego muito intenso, é a principal via que nos conecta com a Gafanha da Encarnação.

De qualquer forma, é de lamentar que um compromisso assumido com uma série de municípios, como foi, fica agora dependente de uma iniciativa privada.

Eu queria só deixar uma nota rápida em relação à intervenção do Sr. Pinto Reis, visto que a minha foi anterior. Como referiu, e bem, nós temos muito para fazer. Eu lamento que esgote o tempo do plenário, principalmente em lugares de vitimização, que, na minha opinião, são até bastante questionáveis. O exercício de autoavaliação que veio aqui fazer, ainda que seja política, não representa muito de útil ao Município e à vida municipal. Com mais ou menos experiência eu acredito que todos conseguimos ultrapassar certas fragilidades do ego e intervir com contributos mais ricos. Muito obrigada.»

Sónia Fernandes, PS: (01:44':26")

«Sr. Presidente. Realmente eu devo ter um sentido de oportunidade espetacular. Lamento muito é saber que só lá foi uma vez, durante todo o nosso verão. Só tivemos a oportunidade de receber o nosso Presidente, na Praia da Barra, uma única vez. Mas não se preocupe porque eu percebo, eu entendo. Eu também se não morasse lá teria medo de lá ir, não iria gostar de estar naquela confusão, não saberia onde estacionar ou então punha em cima do passeio. Também não faria mal porque a nossa GNR é um bocadinho impune nestes casos.

Vou, no entanto, registar a sua preocupação, a sua vontade de mudar, de querer fazer, e para o ano cá estaremos para fazer uma nova avaliação. Tem dez meses, então, para demonstrar a sua preocupação pela Barra, a sua vontade de fazer mais e fazer melhor. Quanto ao transporte escolar, também aguardaremos pelo resultado. Espero que os alunos não tenham que esperar mais um ano para que o problema se resolva e que os nossos jovens, os jovens da Praia da Barra e os jovens da Costa Nova, que se deslocam para a zona da Gafanha da Nazaré para estudar tenham os mesmos direitos que todos os outros jovens que têm transporte escolar neste Município.»

José Pinto Reis, UPF: (01:45:56")

«Tenho tentado não alimentar discussões sobre intervenções, mas permitam-me que reponha alguma verdade naquilo que se passou na reunião para trabalhar a Assembleia Municipal Jovem. Porque é preciso rigor nestas coisas. Aquilo que propusemos foi que houvesse um representante de cada partido como observador e não no órgão de gestão, e não no órgão de gestão. Como observador e com uma participação muito limitada. Esta foi a nossa proposta não mereceu aprovação e que não foi acolhida pelas Diretoras dos Agrupamentos de Escolas, e foi, por mim, retirada. Isto é a verdade. E talvez porque esteja a ficar um pouco mais velho e porque esteja eu esquecido, aquilo que foi proposto era que as deliberações da Assembleia Municipal Jovem fossem aprovadas nesta Assembleia. E aquilo a que eu me opus era que elas não necessitariam de ser aprovadas uma vez que tinham legitimidade suficiente só por si. No fundo, era valorizar as decisões da Assembleia Municipal Jovem e não desvalorizá-las.

Mas provavelmente eu não percebo nada disto ou não percebi o alcance daquilo que se estava a tratar naquela reunião. Talvez o defeito seja meu.

Quanto à constituição e aos apoiantes do Unir Para fazer serem de vários partidos é, por definição, um Movimento Independente. É composto por quem quer dar a cara, por quem quer dar o corpo, seja de partido A, B ou C, abrangendo todo o espectro. É assim que somos e será assim que vamos continuar a ser. Obrigado.»

Margarida Alves, PSD: (01:48:16")

«Eu vou tentar cumprir os segundos que nos restam. É só para informar o Sr. Presidente da Câmara que creio que os líderes dos Agrupamentos de Escolas, os professores, devem estar extremamente satisfeitos pela sua intervenção, porque 80 inscrições terá, na sua mesa, a curto prazo. Tenha o arrojo de por em prática; chame as pessoas para falar consigo.

E vou-lhe pedir uma coisa, Sr. Presidente. Concretize. Concretiza. A mim não me intimida. Quando tenta fazer acuações, concretize. Como diz a Diana, isto não é uma situação de egos. Se calhar é do género feminino acharmos isso, que não é para nós. Mas tem que haver algum respeito. Concretize, não deixe a suspeição porque isto está a ser transmitido e as pessoas também o ouvem. E, se calhar, não sou que que fico mal. Muito obrigada.»

António Flor Agostinho, PSD: (01:49:34")

«Eu também vou seu muito rápido. É só para agradecer ao Sr. Presidente a manifestação de preocupação que tem para resolver o problema das caravanas. Sei que já está a resolver o assunto, como aqui apresentou.

Dizer ao Pinto Reis que estavam lá pessoas, as pessoas testemunharam, as três diretoras dos Agrupamentos testemunharam.

A palavra 'observador' foi utilizada a primeira vez por mim. Estavam lá testemunhas e sabem perfeitamente. As três professoras sabem e não custa nada conversarem com elas e perguntar-lhes. Elas conheceram, elas viram e elas sabem quem estava a falar. Tenho dito.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:50:14")

«Como a Sara e o Carlos António prescindiram das suas intervenções, passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Faça o favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:44':31")

"Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu não vou usufruir desse tempo todo. Só para dizer algo em relação a estas situações que a Sónia refere. Eu estive muitas vezes na Barra e estou muitas vezes na Barra. Eu referi foi ao estar na praia. Muito obrigado.»

Período da "Ordem do Dia"

Ponto 1. "Apreciação da comunicação do Sr. Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal no período compreendido entre o dia 1 de junho e o dia 31 de agosto de 2022".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:51':05')

«Muito obrigado. Houve aqui um erro técnico com a questão dos tempos. Vamos então entrar no Período da Ordem do Dia, no ponto 1, "Apreciação da comunicação do Sr. Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal no período compreendido entre o dia 1 de junho e o dia 31 de agosto de 2022". Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:51':31")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. O documento foi enviado a todos os autarcas e, portanto, aguardo os comentários.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:51':42")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Abria então as inscrições para a primeira ronda de intervenções neste ponto. O primeiro Grupo Municipal a intervir é o PS, seguido do 'Unir Para Fazer', depois o PSD e, por fim, o CHEGA.»

Diana Gandarinho - PS: (01:52':35")

«Face à atividade, exposta, do 23 Milhas e à recente divulgação de concurso para contratação de novo diretor artístico, gostaria de obter esclarecimentos do Executivo sobre a decisão de dividir a direção do projeto. Esta questão torna-se aqui particularmente relevante, pois na última sessão ordinária desta Assembleia foi um tema trazido a debate.

A eleita Cláudia Reigota, da bancada do Unir Para Fazer, convidou-nos à reflexão sobre o projeto cultural praticado, os custos implicados, real impacto, e a importância de promover a cultura local. À data, recordo-me, o Sr. Presidente da Câmara respondeu que estavam a ponderar todas essas questões no sentido de preparar o ano de 2023. Portanto, questiono se esta contratação é já resultado dessa ponderação. E se é eventual sinal de mudança na política cultural do Município.»

Sónia Fernandes - PS: (01:53:43")

«Sr. Presidente, vou começar por aquilo que eu esperava encontrar neste Relatório de Atividades, e muito surpreendentemente não encontrei, porque, realmente, acho que não consta. E estou a referir-me a qualquer contato ou atividade que o Senhor Presidente possa ter realizado no seguimento do encerramento da CGD na cidade da Gafanha da Nazaré.

A Gafanha da Nazaré, sendo uma cidade portuária com 15 mil habitantes, com o vigor sócio económico que apresenta, não só precisa, como merece mais respeito e mais consideração pelas diversas instituições, que tal como a CGD tanto divulgam a sua responsabilidade social. É nesse sentido, e já que não consta deste documento, que questiono o Sr. Presidente se teve conhecimento prévio, e se sim, o que foi feito pela nossa Freguesia?

Outro ponto que me deixou apreensiva foi o decréscimo verificado, este ano, no valor atribuído de apoio para material escolar, tanto para o escalão A e B, de 30 e 20 euros, respetivamente. Sim. Digo decréscimo, porque a manutenção do valor de 2021, tendo em conta a inflação de 2022 e o que se prevê para 2023, representa uma diminuição, de facto, do apoio da Câmara aos estudantes. Isto porque, Sr. Presidente, com os mesmos 30 e 20 euros, como deve compreender, as famílias não vão conseguir comprar o mesmo material escolar que compravam há um ano. O que esperava deste Órgão não era menos que um aumento do valor para fazer face à inflação que temos vindo a registar: 10 euros de aumento no valor atribuído a cada um desses escalões, seria um acréscimo apenas de 1950 euros que a Câmara teria de suportar, mas que pode fazer toda a diferença entre os alunos terem ou não terem o acesso ao material escolar que precisam durante o seu ano. Note que não estamos a pedir para melhorar, apenas estamos a pedir que não piore, porque é isso que vai acontecer com esta deliberação da Câmara Municipal de Ílhavo.»

Rui Rufino - UPF: (01:55:55")

«Ora, boa noite. Cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, restantes Membros da Assembleia, estimado Público aqui presente e também em cada uma das suas casas.

Eu venho falar, ao contrário do que já ouvi até agora, não do que não está no Relatório, mas do que está no Relatório.

Eu vou tentar mostrar um pouco do dinamismo e da variedade das iniciativas e atividades promovidas pelo Município, nos meses de junho, julho e agosto, e que estão mencionadas neste Relatório. Penso que é um Relatório muito rico e multifacetado e vou procurar enunciar aqui alguns tópicos que, a meu ver, merecem ser destacados, colocando, também, algumas questões ao Executivo.

Há momentos para tudo e o verão é especialmente propício aos festejos e às férias, vivendo-se um período de maior descontração e de lazer. Se isso tradicionalmente se costuma verificar no nosso país e na nossa região, este ano ainda se tornou mais visível com as pessoas ansiosas para saírem de casa e divertirem-se, regressarem, no fundo, à normalidade pré-pandémica.

A Câmara Municipal foi ao encontro desta vontade e promoveu uma série de espetáculos e atividades culturais e gastronómicas, múltiplas propostas, diversificadas, capazes de agradar a diferentes públicos, motivando todos a festejar e a conviver.

E o povo... saiu à rua! Os espetáculos repartidos por vários festivais, tiveram uma maciça e entusiástica adesão.

Foi o Festival Rádio Faneca, com 4 dias a "transmitir alegria", a promover o convívio e atividades para todas as idades; o Festival Mareato, com atividades desportivas, artísticas, científicas, muita música, não esquecendo o seu principal propósito que é o de ser um fórum de auscultação dos jovens, das suas inquietações, do seu sentir e do

seu pensar; e, claro, o Festival do Bacalhau, com cerca de 180.000 visitantes e 22.000 refeições servidas.

O Festival do Bacalhau foi um evento gastronómico, onde o nosso movimento associativo conseguiu servir os nossos pratos, as nossas iguarias, a nossa forma única de cozinhar o “fiel amigo” em inúmeras receitas e apresentações. Mas o Festival do Bacalhau não foi só - e já não seria pouco - gastronomia, pois esteve inserido em toda uma envolvência cultural, lúdica e desportiva, repartida por múltiplas atividades ao longo dos cinco dias em que decorreu, culminando sempre com uma oferta musical diversificada, abrangendo diferentes públicos e gostos musicais, havendo uma permanente preocupação de mostrar a quem nos visitou aquilo que somos e aquilo que produzimos, também, por exemplo, através da mostra de artesanato. O enorme sucesso deste Festival deveu-se a uma organização meticulosa, preparada ao detalhe, onde não faltou o cuidado com o ambiente, na forma como se tratou o lixo, destacando-se a introdução da recolha seletiva dos bio resíduos.

Gostaria de enfatizar este assunto e pedir ao Executivo se nos podia explicitar melhor alguns destes cuidados com o ambiente durante o festival e que levaram a considerá-lo como um ecoevento.

Sem termos a preocupação de quantificar o grau de adesão das pessoas relativamente aos anos anteriores à pandemia ou de saber se este ano decorreu ou não o melhor festival ou o melhor espetáculo de sempre, o que importa realçar é que, efetivamente, este ano, os festivais de verão realizados em Ílhavo correram mesmo muito bem e foram um grande sucesso junto da população. Isto é o mais importante: constatar que as coisas estão a funcionar e que o Município é liderado, neste momento, com competência.

Poderá mencionar-se ainda muitas outras iniciativas organizadas por clubes ou associações de Ílhavo ou da nossa região, e que o Município de Ílhavo apoiou, como o Festival da Sardinha e o Festival do Marisco. E ainda muitas outras atividades organizadas por pequenas associações locais, muitas vezes com alguns constrangimentos e dificuldades, como pode perceber quem habitualmente participa e está presente nestas atividades.

Aproveito, então, também para perguntar se a Câmara Municipal de Ílhavo, no futuro, pensa ajudar, de alguma forma, estas associações na logística e na organização destas festas, promovendo uma melhoria nas condições de trabalho e na qualidade dos serviços prestados.

O conjunto destas atividades realizadas neste verão não só valorizaram a nossa comunidade, como projetaram o Município para fora, na medida em constituíram um polo de atração para que as pessoas de perto e de longe viessem até à nossa terra conhecer os nossos produtos e a nossa forma de receber.

Nesta linha de preocupação em conseguirmos atrair visitantes de todo o país e do estrangeiro, merece referência também o facto da Gafanha da Nazaré ter sido o ponto de paragem privilegiado do Cruzeiro Inaugural do Caminho de Santiago, o que coloca o Município num roteiro de turismo náutico e religioso bastante promissor.

É esta dinâmica, esta procura por fazer do Concelho de Ílhavo um centro de atividades e acontecimentos capaz de trazer as pessoas para a rua, para o convívio social, que é fundamental para que a nossa terra se desenvolva continuamente e ganhe relevância perante os concelhos vizinhos.

E relevante foi o facto da Casa da Cultura de Ílhavo, entre 39 espaços que vão receber apoio da Direção-Geral das Artes, ter obtido a pontuação mais alta, o que significa um grande incentivo e uma grande responsabilidade para que possamos vir a ser uma grande referência cultural a nível nacional e internacional.

Importa, no entanto, salientar que, para lá desta vida social, não se podem descurar os problemas que vão surgindo e que necessitam de uma intervenção urgente. As

chamadas questões de 'lana caprina' que continuam a ter que ser resolvidas. Continuou-se a assegurar a manutenção dos edifícios, pelo menos naquilo que podia ser resolvido rapidamente, com pequenas obras pontuais. Limparam-se os passadiços nas praias e substituiu-se o passadiço principal na praia da Costa Nova.

A comunicação rápida e eficiente com os municípios continuou a ser uma prioridade. Nestes 3 meses (junho, julho e agosto) registaram-se 385 comunicações, sendo que 302 delas solicitavam uma resposta da Câmara Municipal de Ílhavo (entre alertas, pedidos de intervenção e reclamações). Mais de metade foram resolvidas rapidamente e o munícipe informado por carta; as outras comunicações foram enviadas para as respetivas unidades orgânicas para análise, de forma a se tentar encontrar uma solução. Sabendo do esforço por colocar a preocupação das pessoas em primeiro lugar, também gostaria de saber para quando se pensa avançar com a criação da figura do Provedor do Município e em que moldes irá funcionar.

Devemos também apontar para o futuro e para projetos maiores e financiamentos futuros de que possamos beneficiar e... para isso importa também resolver alguns problemas do passado.

No fundo da mochila ainda se vão encontrando algumas surpresas. A Câmara Municipal de Ílhavo tem mais de 300 imóveis não escriturados e mais de 1.800 casos de escrituras que não foram registadas. Isto significa que para regularizar esta situação vão ser necessários mais de 500.000 euros e isto é algo que urge resolver, sob pena de, eventualmente, não estarmos em condições de concorrer a determinados financiamentos. Gostaria mesmo de confirmar esta situação e sabendo-se que ela já causou algum prejuízo, pergunto pelos problemas que a Câmara Municipal de Ílhavo possa vir a ter, no futuro, caso não se resolva esta irregularidade.

Concluindo, nestes 3 meses, com equilíbrio, fez-se aquilo que é adequado a cada momento, não descurando o essencial, nunca perdendo de vista que tudo é feito para as pessoas. Trabalhou-se para que as pessoas pudessem recuperar a sua vida social, não deixando de responder aos problemas colocados e às urgências dos imponderáveis da vida. O horizonte do nosso trabalho tem sido e continuará a ser as pessoas. Sempre as pessoas. E todo o projeto ou obra que se venha a fazer terá como fim melhorar a vida das pessoas. Não somos de fazer por fazer, somos "Unir para Fazer" mais pelos municípios, contribuindo para que cada ilhavense se sinta cada vez melhor na sua terra.

André Guimarães - PSD: (02:04':25")

«Eu gostaria apenas por começar a dizer que também tenho muito orgulho em ser PSD porque, realmente, nós estivemos nesta Autarquia e liderámos esta Autarquia durante muitos anos e, realmente, o Município que temos hoje foi obra do PSD. Eu nem era para dizer isto, mas vendo uma expressão tão entusiasta também não pude conter o meu entusiasmo em dizer que 'sim, sou PSD' e 'sim, estou com as pessoas e também com os municípios'. E não sou só eu, é todo um partido que tem anos e anos de história.

E dito isto, venho ao assunto que trago cá. Numa análise a esta Atividade Municipal, num relatório riquíssimo, realmente rico, tem muitas páginas, 111, contei eu, que estava lá um assunto relacionado com uma questão jurídica sobre concessão de praias, Costa Nova. Um concorrente que colocou a Câmara em tribunal. Uma situação normal, não estou aqui para falar sobre o caso jurídico, porque eu não sou advogado, nem nada que se pareça, mas venho falar sobre o caso político, porque isso já eu sou. E o político serve, efetivamente, para transmitir as consequências e as implicações que advêm desses casos. Estamos a falar, em particular, da questão relacionada com a falta de vigilância na Praia da Costa Nova que teve implicação num caso jurídico. Ditou uma decisão pública que não houvesse a concessão a um segmento de praia na Costa nova. Um segmento que, cada vez mais, é mais visitado, inclusivamente por autocaravanistas - que já foi aqui falado hoje - e que deixou um segmento de praia sem vigilância. Isto é

um problema. É um problema porque se nós queremos ser um destino de turismo, se queremos ter mais visitantes, se queremos dar condições de segurança aos nossos munícipes, temos que assegurar essas condições. Temos que garantir que há praias vigiadas, que há mecanismos para que os nossos munícipes e os nossos visitantes possam usufruir de condições e não nos depararmos com notícias, como eu já tive oportunidade de consultar, de casos de morte que aconteceram em praia não vigiada. Eu não estou aqui a culpar ninguém. Estas questões acontecem. Não estou a imputar responsabilidades a ninguém, mas não posso deixar de salientar que se trata de um assunto grave, porque estamos a falar de situações de vida ou de morte, e de situações em que uma vigilância de uma praia pode fazer a diferença. À conta deste vazio e desta falta de decisão, tivemos, então, um segmento de praia que não foi vigiado. Aquilo que importa saber é que antes de partirmos para aquilo que seria o pico da época balnear esta situação já era sabida. Face a esta situação, o que é que a Câmara Municipal fez para que se pudesse ter melhores condições de segurança que não eram asseguradas pelos concessionários privados. Particularmente porque é que não foi reforçada a vigilância na praia quando isso podia ter sido feito. Após a verificação e um óbito em segmento de praia não vigiada, o que é que foi feito para reforçar a vigilância? Ou, pelo menos, o que é que foi feito para reforçar a sinalização? Eu recorro que nestes segmentos de praia - estamos a falar na parte sul da Costa Nova, em particular - ainda temos lá umas boias de uma marca de telecomunicações, o que dá a entender que aquela praia até podia ser vigiada - estamos a falar num posto de vigilância que, neste caso, vamos colocar assim, está abandonado - dá um sentimento de vigilância que é um sentimento falso, porque não há vigia. Há placas (sim, eu atestei), há placas de informação a dizer que a praia não é vigiada, mas não são placas visíveis, não estão, por exemplo, escritas em língua estrangeira. Se nós queremos ambicionar ser um Município em que as pessoas vêm, em que as pessoas se sentem bem em vir às nossas festas, às nossas praias, aos nossos atrativos, temos que ter condições para as receber e temos que ter condições para os nossos munícipes. Nós todos gostamos de ir à praia, mesmo que só lá vamos uma vez. Basta uma vez. E basta uma vez ter um desfibrilhador. Basta uma vez ter o nadador-salvador. Basta uma vez ter as condições de segurança para se evitar uma vez.»

Margarida Alves - PSD: (02:09:53")

«Boa noite, novamente. Eu era para começar por um assunto também na área daquilo que nos deve preocupar para o futuro, mas fico sensibilizada pela intervenção do Rufino porque estão satisfeitos; é só festas, festivais, festinhas, e, depois, quando nós temos coisas para apresentar aos professores, aos enfermeiros, aos médicos, portanto, do dia-a-dia do Concelho - e não dois meses do Concelho - está-se à espera que esses, que estão a trabalhar, venham ter com o Sr. Presidente da Câmara. Chegámos a isto. Mas é bom... e lá está, eu não me intimido. É bom porque o pano vai caindo e as pessoas vão-se apercebendo. E mais coisas virão, não tenho dúvidas. E sim... tenho muito orgulho em ser política, de estar na política, de servir as pessoas e de trabalhar sem estigmas, sem traumas. Nem preciso de sair do meu partido para fazer política. O Pinto Reis também já anda nisto há uns anos e também veio de outro partido. Sim... o Pinto Reis é declaradamente. O Sr. Presidente da Câmara, igual; como independente, é certo, mas veio.

Portanto, serviram-se dos partidos para terem algum protagonismo político para estarem aqui connosco. Ao contrário de outras pessoas que estão, de facto, de forma independente. E bem... dou-lhes os parabéns. É o caso do Pedro Cristo, uma pessoa por quem tenho muita estima e consideração e respeito, e nutro, da sua parte, esse sentimento também.

Acho que foi o único festival que não mudou de nome, foi o Festival do Bacalhau. Ou das poucas coisas que não mudaram de nome, com este Executivo.

Muda-se de laranja para encarnado ou de verde para azul, mas a consistência é a mesma.

A questão ambiental foi o Partido Social Democrata que trouxe. Fomos nós que começámos a implementar os copos de plástico, a sua substituição, fomos nós.

Que parangona é esta? Que coisa inédita é que trouxeram? Nem os ecopontos puseram à beira dos restaurantes, para tratamento dos lixos. Mas que inovação é essa? Nós quando falamos de questões ambientais temos que ter presente que não é aquilo que está visível. É aquilo que está operacional para quem está a trabalhar e possa prestar um bom serviço, que é prestar um bom serviço de turismo para receber bem quem nos visita.

Aquilo que eu notei... eu também só lá fui uma vez, ao Festival do Bacalhau, e verifiquei que os nossos restaurantes e os bares não tinham pontos de ecoponto à sua beira. Ou seja, todo o lixo que fosse papel, plástico, teriam que carregar ou, então, pergunta-se para onde é que foi esse lixo. Não foi para os ecopontos. Não vi ninguém que fizesse essa recolha ou tivesse essa preocupação. Aceite a minha sugestão de haver alguém que faça essa recolha no final e monitorize. Ponha um caixote, dividido por três, que era o que se fazia, à beira dos restaurantes. Porque não? Não é viável? Eu acho que é.

O que me trouxe mais aqui não foi essa questão do Festival do Bacalhau. O Festival do Bacalhau é uma festa que muito me orgulha de ter e onde o Partido Social Democrata teve o arrojo de levar de Ílhavo para a Gafanha da Nazaré, com aquelas guerras territoriais que existiam na altura, mas rapidamente as Associações perceberam que na Gafanha da Nazaré iriam ter outra fonte de receita, outra visibilidade, nomeadamente a da sua história que permitisse às pessoas visitar e não estarem só a servir refeições. As pessoas, com o festival na Gafanha da Nazaré conseguiram ter uma dimensão maior, e as Associações ganham com isso, naturalmente. Lamento é que tenha havido Associações que, por um motivo ou por outro, não se tenham feito representar. Outro, foi o convite. Temos que aguardar e esperar que as Associações não percam a sustentabilidade de servir as pessoas.

Aquilo que me traz aqui é mobilidade. No ponto 2.6., se não me engano, é muito engraçado ver postos para bicicletas elétricas, para trotinetes. Até hoje estão para me provar como é que vão reciclar as baterias, como é que as vão recuperar. Ainda não há um estudo que seja fidedigno, que diga como é que as coisas funcionam. A minha bicicleta é mecânica, não é elétrica, mas fico muito triste porque também gosto de andar de bicicleta e ando por aí, e não é só uma vez, e verifico que nós, Partido Social Democrata tínhamos uma empreitada de requalificação da Av. da Saúde, na Costa Nova, onde foi destruída uma ciclovia para se aceder a um parque de estacionamento. Quando falamos num estado em que devemos evoluir, nomeadamente a estimular a bicicleta, acho que sim... aliás, eu participo nisso. O meu carro para à sexta-feira e só sai para vir às Assembleias Municipais e depois só sai à segunda-feira, por norma. Eu faço todo o meu fim-de-semana a pé ou de bicicleta. Portanto, não é só dizer, é fazer.

Naturalmente que o Partido Social Democrata teve que reagir a isto, e reagiu, e muito bem, pelos nossos Vereadores, em agosto de 2022, com uma declaração de voto, porque é um escândalo o que foi feito na Costa Nova. Estacionamento para um mês é uma coisa, a ciclovia para um ano inteiro, para os seus utentes, para os seus moradores é outra.

Estava prevista a construção da pista ciclável que faria a ligação desde o Clube de Vela - vejam a importância desta ciclovia que foi destruída por este Executivo - até à escola Básica de 1.º Ciclo, com o principal objetivo de ligar a Praia da Barra à Praia da Costa Nova. Constatamos que as obras estão concluídas, bem como a sinalização horizontal nas estradas, pelo que concluímos que a referida pista não foi contemplada. E isto não

há dúvidas. Da mesma forma que existem as placas de 30 quilómetros por hora, em plena Avenida José Estêvão, na Gafanha da Nazaré, e que ninguém as vê - estão lá há alguns meses e só me apercebi delas porque fui alertada e eu tenho que ter cuidado porque se eu for a 50 quilómetros por hora eu vou perder pontos na minha carta e não tenho qualquer sinalização, a não ser uma placa que quase não é visível de que vai haver uma limitação de velocidade.

As estratégias para a mobilidade ciclável foram sendo sempre desenvolvidas no nosso território - é um facto - aproveitando as requalificações das vias para o efeito. Não o fazer, sobretudo quando estava projetado e definido, parece-nos insensato e compromete o futuro. A Avenida da Sra. da Saúde não oferece condições de segurança para que as bicicletas possam circular, pelo que as mesmas vão continuar a circular pelo passeio, dificultando a passagem aos peões. Dir-nos-á que esta ciclovía reduz, em muito, o estacionamento e causa constrangimentos. É um facto. Mas é, também, altura de tomar decisões e preparar o futuro. Este é um trabalho de fundo que tem que ser pensado e feito pouco-a-pouco. Relembramos que na aprovação do ENMAC 2030, que é a Estratégica Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável, foi publicada uma Resolução do Conselho de Ministros, no dia 2 de agosto de 2019, com o objetivo de que a utilização da bicicleta, como modo de transporte em Portugal, venha a convergir com a média do resto da Europa - para não falarmos na economia verde, que os grandes países estão a debater, e que não está a correr nada bem - e que a estratégia europeia para a descarbonização do setor dos transportes e de uma mobilidade mais sustentável passe por um aumento do uso da bicicleta. É nossa obrigação e dever continuar a trabalhar para que o nosso Município seja uma referência no uso da bicicleta. Para isso, teremos que estar comprometidos e investir seriamente na mobilidade ativa, por nós e, sobretudo, por todos os que virão depois de nós.

*Isto é *ipsis verbis* da posição dos Vereadores do Partido Social Democrata, em reunião de Câmara. É bom que as pessoas também tenham conhecimento disto. Os Vereadores do PSD lamentam que o atual Executivo da Câmara Municipal, em pleno século XXI, não olhe para a mobilidade ciclável como um objetivo fundamental para o caminho de um Município com mais e melhores condições de vida. O Município de Ílhavo tem condições para ser um modelo ciclável e sustentável, a nível nacional - Gafanha da Nazaré, capital da bicicleta - com os benefícios sociais, económico, ambientais, de qualidade de vida e de saúde pública para todos daí provenientes.*

Sim... é por isto que eu tenho orgulho em ser social democrata. É por isto que eu tenho orgulho em ser política. Disse.»

António Flor Agostinho - PSD: (02:20:38")

«Como aqui já foi dito, eu também só me vou cingir ao pano que nos foi apresentado. Começava por falar na limpeza dos passadiços. Agradecer ao Sr. Vereador João Diogo a intervenção que teve, na altura, depois de termos alertado aqui para o facto. Pese embora aquelas questões iniciais das máquinas que deviam ter intervindo ou não, reconheço que o trabalho, na altura, foi profícuo, foi bem feito. No entanto, passados alguns dias começaram a registar-se alguns parafusos, algumas cabeças de parafusos fora do sítio, algumas guardas de madeira a desaparecerem. Eu alertava o Sr. Vereador que, para o ano, com mais tempo, com mais antecedência, se for possível, para que nós possamos ter uma praia mais aprazível, mais recetiva, onde se possam tirar melhores fotografias, porque alguém se deu ao trabalho de tirar as fotografias negativas e não as fotografias positivas, e para que algumas pessoas possam andar descalças naqueles passadiços e não terem a preocupação, nomeadamente os mais pequenos, de andarem sempre calçados, pois poderiam ter alguma problema com mais um ou outro parafuso, que eram muitos. Mas, de qualquer maneira, agradeço e reconheço a preocupação que tem em resolver aquilo definitivamente. Nós sabemos que aquilo pode

ser um investimento elevadíssimo, porque o vai ser se tivermos que subir o passadiço mais velho. Mas merece... merece porque sabemos que há muitas pessoas, tanto de Ílhavo, como de Aveiro, com alguma idade, ou mais jovens, que já fazem aquele percurso diariamente, duas vezes por semana, três vezes por semana, porque é aprazível fazê-lo, porque é bom circular junto do mar.

Gostava de enaltecer o apoio que a Câmara conseguiu da Direção-Geral das Artes, para os próximos quatro anos, obtido por uma candidatura muito bem fundamentada que, como me foi referido, a mim, pelo antigo diretor da cultura, o Dr. Luís Ferreira, em conversa informal que tive com ele, resultou de um relevante e importante conhecimento e experiência que foi adquirindo ao longo dos anos que por aqui passou e que lhe permitiram conceber um conjunto de vivências e viventes culturais que depois foram transpostos para aquela que foi a candidatura vencedora. Ílhavo está de parabéns. Ílhavo com o Luís Ferreira, a quem nós devemos agradecer todo o trabalho que desenvolveu, foi projetado a nível nacional e mundial. Ele fez um trabalho excepcional, fez um trabalho que dignificou e projetou Ílhavo e que, depois culminou com toda esta experiência que ele teve com muitos jovens e com muitos de nós, com troca de informações de alguns acertos que fez com alguns projetos que desenvolveu ao longo dos seis ou oito anos que aqui passou. Gostaríamos que no futuro o cargo, esta responsabilidade vai ser deste Executivo, venha a ser desempenhado por uma pessoa que tenha qualidade e que tenha visão cultural para o Concelho e que tenha continuidade àquilo que ele desenvolveu. Sabemos que não vai ser fácil. Esperemos que tenham uma boa solução e esperemos que façam uma boa escolha, porque, se não, ficamos coxos. Infelizmente, como já vimos na última Assembleia, o futuro para aí aponta. Eu e muitos ilhavenses que certamente nos estarão a ver, ficarão preocupados com o que aí virá.

Terceiro, gostava de falar no Festival do Bacalhau. Aqui, enfim, não tenho que dar recados a ninguém - quem sou eu - mas só gostava que o Sr. Presidente fosse mais cauteloso e mais rigoroso naquilo que diz. O festival do Bacalhau decorreu entre 10 e 14 de agosto. Não me esqueço que a 3 de agosto de 2022 a Terra Nova dizia isto: dizia o Sr. Presidente na Terra Nova 'perspetivam-se 180 mil visitantes e 22 mil refeições'. Passados três dias de concluído o Festival, o SR. Presidente registou no Diário de Aveiro '180 mil visitantes e 22 mil refeições'. Na mouche. Perspetiva, conclusão. Foi na mouche. Isto leva a que as pessoas comecem a comentar, como é que é possível prever uma coisa e acertar talvez no Euromilhões. Eu hoje fui jogar no Euromilhões, nem sei o que me aconteceu depois de ter visto estes números.

Gostava de perguntar ao Sr. Presidente se já foi feita aquela reunião que costumava a haver com as Associações e com a Confraria do Bacalhau para fazer o levantamento da situação e o registo efetivo e concreto das refeições fornecidas. Eu tive conhecimento que até ao dia 24 de agosto o Etnográfico não foi ouvido, a Gafanha do Carmo não foi ouvida, o Grupo Desportivo da Gafanha não foi ouvido, o NEGE não foi ouvido, outras Associações não foram ouvidas. Como é que nós chegámos a estes números? É a tal história, prevê-se e acerta-se.

Aproveito para agradecer, tal qual está no relatório, e bem, no relatório feito pelos técnicos - não está com estes montantes porque os técnicos são mais comedidos, fazem apenas um pouco no relatório - na página 22 em que enaltecem, e eu também noto isso, o trabalho incedível dos jovens e de todos os funcionários desta casa que proporcionaram mais uma vez um espetáculo de excelência que é o nosso Festival do Bacalhau. Esperar que esta juventude continue empenhada no próximo ano em melhorar ainda mais, se possível, o desempenho naquele grande Festival. Recomendo que haja algum decoro ou mais realismo, melhores estatísticas, melhor estudo, mais reuniões, mais balanços. Aproveito para saber se o Sr. Presidente perspetiva realizar a tal reunião de balanço com as Associações e com a Confraria do Bacalhau.

Gostava também de falar do texto que diz, a determinada altura, 'sublinhe-se ainda a rapidez de resposta dos Serviços Municipais na resolução dos problemas aos pedidos associados a estas comunicações. Isto para dizer o seguinte. Eu não seria tão otimista. Isto parece o António Costa. Segundo alguns relatos que vou ouvindo e que me vão chegando de algumas pessoas próximas, e não só, estas respostas não estão a ser dadas com tanta rapidez ou com tanta celeridade. Era bom que houvesse também aqui mais algum cuidado na resposta que é dada e no que se escreve, porque depois, quem nos ouve, diz que afinal está ali escrito que há rapidez nas respostas e eu ainda estou à espera, há alguns meses, que me digam se posso construir aquela casa, se posso ocupar 15 ou 20 metros lá no terreno, se me despacham a minha viabilidade. Todos sabemos quais são os relatos. Ainda há pouco um munícipe veio reclamar de uma resolução que já colocou três vezes.

Relativamente à comunicação com os munícipes, dar nota que das 385 comunicações, 62% são reclamações e 6 são elogios. Eu não sei analisar estes números porque não tenho cá os documentos. Se eu cá tivesse os documentos era mais fácil. O que é uma reclamação? 'Ah, eu não gosto do Sr. Presidente', isso é uma reclamação? Não é, como é óbvio. 'O Sr. Presidente não fez isto', mas tinha que fazer? Isto não é assim tão fácil de analisar, mas que os números estão lá, estão: 62% são reclamações e 6% são elogios. Eu gostava de conhecer os conteúdos. O Sr. Presidente certamente saberá melhor que eu. Estes números valem o que valem apresentados, assim, a cru, deveriam ter sido mais afinados. E diz mais... 'igualmente referir, pelo conjunto dos alertas, pedidos de intervenção e das reclamações recebidas, que foram resolvidos 58%'. Mas se nós triarmos os alertas e os pedidos de intervenção, enfim, um alerta resolve-se rapidamente, um pedido de intervenção também me parece que sim, a questão das reclamações já só passa para 47%. Há aqui uma redução, há muitas reclamações que ainda estão por resolver. Hão-de ser resolvidas, pois... alguma vez hão-de ser resolvidas

Na página 24 é-nos dito que a Corrida Mais Louca da Ria, ou por outra... foi-nos dito, através da comunicação social, que a Corrida Mais Louca da Ria teve a participação de 15 mil pessoas. Eu vou à página 24, feita pelos técnicos, e não encontro o número. Não estão lá as 15 mil pessoas. Mais uma vez há aqui uma falta de rigor. Os técnicos não dizem nada... a propaganda aponta para 15 mil pessoas. Eu acho que esta maneira de fazer política não me parece muito correta.

Sobre os processos judiciais que aqui foram muito discutidos, estamos a confirmar aquilo que nós dizíamos. Uns aumentam, outros diminuem, aparecem novos, outros são resolvidos. Isto é dinâmico. E mais agora, como o Tribunal Administrativo e Fiscal, o especial, mudou para o Porto, a coisa demora mais tempo. Portanto, aquela preocupação inicial com os processos judiciais afinal está a reduzir-se a pó, porque alguns até estão a ser resolvidos e bem resolvidos. E outros estão a aparecer agora. Isto depende tudo, como sabemos, da Justiça e agora com os processos a passarem todos para o Porto a coisa é muito pior, sinceramente vos digo que é muito mais moroso. Eles agora especializaram tudo no Porto. Já não é em Aveiro, vai tudo para o Porto. A justiça, como sabemos, é devagar, devagarinho.

Não podemos deixar de falar da informação financeira. Temos uma receita cobrada de 63%. Isto é muito simples, 100% corresponde a 12 meses. Se dividirmos 100% por 12 meses dá uma média de 8%. 8% vezes 8, que são os oito meses que passaram, dá 64%. Ou seja, uma execução de 63% é o normal. São oito meses, a 8% por mês, lá está... dá nos 63 ou 64%. Os valores que nos são apresentados andam todos nesta ordem, 64, 63, 65, portanto, estamos a andar bem. Estamos a andar de acordo com o normal que é 8% ao mês. Mas temos uma revolução: o IMT cresceu mais 1 milhão e 300 mil, como disse o Sr. Presidente e muito bem. Houve aqui um acréscimo significativo, Vá-se lá saber porquê. Certamente porque, agora, estamos a comercializar

e a vender terrenos e propriedades, e ainda bem que é para dinamizar a economia. Mas há outra rúbrica, que é a rúbrica das taxas, multas e outras penalidades que também teve um acréscimo de 350 mil. Ou seja, só aqui, 1 milhão e 700 mil. A execução das restantes rúbricas anda tudo na ordem dos 66%. Portanto, está tudo dentro da normalidade.

Registrar, no entanto, um caso paradigmático que é a execução reduzida nas transferências de capital, fruto do valor arrecadado com os Fundos Comunitários, que são as obras participadas. Em 2021 recebemos 3 milhões e 100 mil euros. Este ano, 570 mil euros. Isto é preocupante em termos de receita, em termos de investimento, em termos daquela preocupação que o Pedro Cristo apresentou, e muito bem, e eu sou solidário. Começamo-nos a preocupar com a despesa e com a receita. Tem toda a razão.

A despesa está numa execução muito baixa, 49,96%, mesmo assim tem um comportamento muito idêntico ao do ano anterior. É evidente eu os pagamentos são sempre arrastados para o final do ano, portanto, é normal que isto aconteça. Até temos uma dívida a fornecedores que cresceu mais 200 mil euros. Isto é uma questão que pode ser resolvida rapidamente. Mas esta dívida de quase 900 mil a fornecedores leva a que esta despesa seja menor. A dívida bancária está a diminuir. NO final do ano prevê-se 2 milhões e 200 mil. Ou seja, está a ser seguida a política do PSD. Aquilo que nós defendíamos, está a ser defendido e muito bem. Congratulamo-nos por isso porque era um dos objetivos do PSD reduzir a dívida a números bastante baixos e razoáveis. Vamos chegar ao final do ano e a política do PSD será concretizada.

Volto a notar e volto a recordar, para que os munícipes não se esqueçam. Na página 60 é, mais uma vez, dito isto: 'assim e aliado ao bom desempenho financeiro do Município de Ílhavo, evidenciado pela poupança corrente no final do exercício de 21, no valor de 7 milhões e 800 mil euros, destaca-se ainda uma margem de 6,5 milhões de euros, obtidos através do saldo corrente deduzido das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo. O excedente verificado permite potenciar o investimento, a realizar pelo Município, numa lógica de equilíbrio orçamental', e por aí adiante. Ou seja, a nossa herança, a nossa mochila financeira, continuam a dizer os técnicos, é muito boa e que o Executivo - estou a falar na página 60 - tem condições para continuar a trabalhar e para investir, dentro da normalidade. Está lá escrito para que todos saibamos, para que todos possamos ler e ouvir.

Agora, voltando ainda a referir a questão do Festival do Bacalhau também era bom que o Sr. Presidente não dissesse que isto foi o ano de maior sucesso, porque se o Sr. Presidente for ver os números, houve outros anos em que tivemos muito mais adesão, tivemos mais refeições. Em 2017, 22.460 refeições, em 2013, em 2015, se for ver os números que foram publicados, que devem estar aí, nas estatísticas da Câmara, este não foi o ano de maior execução.

Sr. Presidente, acho que deveríamos ter mais cuidado, mais rigor, porque os munícipes não entenderão esta linguagem e não vão perceber muito bem o que é que está a ser dito.

Gostaria apenas de referenciar a parte técnica do Sr. Vereador João Diogo e como o Sr. Vereador é engenheiro, iremos mais para uma de pergunta e resposta, porque nós sabemos mais lidar com perguntas e respostas. Eu gostava de dizer ao Sr. Vereador o seguinte. Fala muito na questão das manutenções, das reparações, mas continuamos a ver o semáforo em Ribas destruído, foi cortado, houve lá um acidente e nunca mais foi repostado. Eu gostava de saber se a intenção é não repor. Para mim, aquele semáforo sempre foi complicado. Não estava a ver ali existente, mas também compreendo que existir ali o semáforo provoca a redução e a aglomeração dos carros aqui, no Centro de Ílhavo. Não sei se depois de termos construído a rotunda no Centro de Ílhavo o problema ficou resolvido e então está tudo resolvido. Mas ficámos com a Mota que ainda tem um

rail por resolver. Resolveram rapidamente aqui na Anitex, agradeço que tenham resolvido esse problema. Agradeço e enalteço as obras que estão a finalizar: o Pavilhão da Gafanha do Carmo - lá vamos nós para lá, no dia 5 de outubro, visitar aquilo; a Extensão de Saúde e Centro Cultural da Gafanha da Encarnação. Gostava de lhe perguntar como é que estamos de projetos PRR, se estão a avançar, se temos alguma candidatura aprovada, se já temos alguma em andamento. A questão do PDM, se tem alguma data definitiva para o PDM. Temos aqui muito texto sobre o PDM, muitas situações que pareciam já resolvidas, mas isto parece que parou um pouco.

Fico muito congratulado e agradecido com a realização das Juntas de Freguesia ao nível dos protocolos. Ao nível dos Fundos Comunitários voltava a perguntar-lhe se podemos saber qual é o montante global que se perspectiva em termos de candidaturas. São 5 milhões, são 10 milhões? É que lá onde eu trabalho só falamos em milhões. Aqui também temos essa noção de quanto é? 12 milhões para aqui, 8 milhões para acolá, 25 milhões para acolá. Gostávamos de saber.

Ficámos a saber que o plano para a Escola Secundária João celestino está a avançar, é uma boa notícia. Saudar também a ampliação do Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré. Ficaria por aqui.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:40:12")

«Passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:40:23")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Fico contente em ver esta atitude do Sr. Flor Agostinho e queria dizer a todos que não têm ou não puderam ter a Atividade, podem-na consultar no site da Câmara Municipal e, no espaço da Assembleia Municipal, no dia em que é disponibilizado a todos os Autarcas podem consultar este mesmo documento que este senhor, o deputado do PSD, acabou de ler, e tirem as suas conclusões.

É pena é que não diga algumas coisas que são interessantes. Como, por exemplo, no período anterior, e vamo-nos reportar apenas ao mês 6 deste ano e ao mês 12 do ano passado, onde também tenho alguma responsabilidade na gestão. Como percebo que o Sr. é um expert na área financeira... e reconhecido, porque conheço muitas pessoas que também o conhecem a si e sabem o seu valor nessa área (fico contente, espero na sua idade ter esses conhecimentos). Não sinto aqui que esteja a aprender alguma coisa consigo, mas sim algumas recomendações que ei terei de trabalhar muito mais para chegar a esse nível. Vou fazê-lo, a população deu-me essa oportunidade. Vou fazê-lo, hoje, em contacto com documentos. O Sr. anda aqui há anos. Vejo a transparência de um Executivo - também tive a oportunidade de ver o que é que eram as Atividades, no igual período, em setembro do ano passado - e vi que o nosso documento é mesmo diferente que dá para o Sr. explorar aqui durante 20 minutos. Aliás, uma coisa que nunca fez. O Sr. nunca fez isso. Eu fui aqui Autarca durante 8 anos, nunca fez isso, Não sei porque é que andou assim nessa posição durante tanto tempo. Andou fechado, alguma coisa se passava, estava muito grato pelo seu Presidente. Olhe, eu estava muito grato porque aprendi muito. O Sr. não estava. Hoje sente-se muito grato porque o Sr. tem a capacidade da oratória durante 20 minutos de avaliar, de dizer, porque isto se deve e porque isto foi.

Vou-lhe dizer e a quem nos está a ouvir que a liquidez geral da Câmara só tem um registo de dezembro de 2021 de 354% para 399%. A liquidez reduzida, tem a ver com aquilo que o Sr. conhece bem, os ativos correntes e os inventários menos os inventários sobre o passivo corrente, passou de 347% para 391%. É bom, é mau... o Sr. tirará as

suas conclusões. Eu acho que lê bem os documentos todos, acho. E a liquidez imediata, as disponibilidades sobre o passivo corrente, passou de 177% para 165%. E aquilo que fala da cobertura dos gastos financeiros, claro que aumenta. Se nós estamos a reduzir, é natural que aumente. Mas em relação aos outros, já não é natural, é uma gestão eficaz daquilo que eu acho que é uma gestão correta nas autarquias portuguesas. E todas têm o mesmo reflexo. Não somos imagem distinta, nem foram imagem distinta, no passado, vocês, naquilo que fizeram. Temos que dar um ato de confiança aos nossos colegas que estiveram aqui antes e que fizeram um trabalho bem feito. E nós vamos esperar que também honrem o trabalho que estamos a fazer também agora.

Dentro daquilo que a Sónia falou sobre a Caixa Geral de Depósitos. Apesar de serem questões que não estão na Atividade, mas o Sr. Presidente da Assembleia assim o permite e eu também permito e vou-lhe dar essa resposta. Eu soube, de manhã, às oito e mais da manhã, sobre o assunto, quando o Sr. Presidente da Junta também é contactado. Ambos nos preocupámos com o problema. Ambos fizemos as devidas diligências. Telefonei para outros autarcas e falei com outros autarcas sobre o mesmo resultado nas suas autarquias. E disseram 'vale-te zero. Não te preocupes com nada disso porque te vale zero'. Diligenciei com a diretora da Caixa Geral de Depósitos de Ílhavo, para onde passaram todas as contas. Não me valeu de nada. O Sr. Presidente da Junta fez as suas démarches. Teve uma visita do Sr. Diretor da Zona Norte da Caixa Geral de Depósitos, com a responsável da Caixa Geral de Depósitos de Ílhavo, que eu não aceitei fazer, nem aceitei que eles viessem cá. Permita-me, Sr. Presidente. Eu sabia que iriam falar consigo às dez da manhã ou onze da manhã e não consegui nada. E pressionou bastante e sensibilizou bastante esses senhores para o problema. Inclusive, saiu nas notícias, no Diário de Aveiro, num artigo de opinião, a sua preocupação. Foi isto que se fez. Ambas as autarquias lutaram por esse interesse comum das nossas comunidades. Se me perguntar, agora, se acho bem ou se não, vou-lhe dizer o seguinte e que foi a resposta que me deram: 'a Caixa Geral de Depósitos da Gafanha da Nazaré era das que tinha, em carteira, mais clientes digitais do que muitas outras no país. Mas havia um número importante de pessoas que não estavam encarteiradas digitalmente. Esse foi um dos argumentos que me deram. Se calhar ao Sr. Presidente da Junta também lhe falaram nisso. Por outro lado, muitas das vezes a atividade não era tão grande como nós esperamos que isso aconteça. Por todas as explicações, eu já sabia que iria sair de lá derrotado., pelas duas conversas que tinha tido. Também tive alguma pressão de municípios que me telefonaram a dizer que eu não me tinha preocupado nada com isto, que não saía uma notícia minha, nada público, nenhuma informação minha. Eu expliquei a essas pessoas o que lhe estou a explicar a si e fui um bocadinho mais longe com alguns argumentos que a Caixa me indicou. Segundo eles, hão-de resolver o problema dessas pessoas que ficaram limitadas para irem levantar as suas reformas ou para tratar de alguma situação. Ou seja, do seu relacionamento ainda com o papel e não com aquilo que se quer que é o digital.

Relativamente ao material escolar eu queria-lhe referir uma coisa. Estas coisas quando são manifestadas na Assembleia ou noutros momentos quaisquer, obedecem a regulamentos que foram aprovados nos órgãos e, portanto, esses regulamentos terão de ser revisto face à matéria que está em linha de conta com a sua apreciação ou o seu pedido de resposta. Portanto, neste momento, vou-me limitar a isso. Cumprimos aquilo que está e é o Regulamento. As pessoas solicitaram o apoio na devida altura, como está na página 92 do regulamento é a explicação clara do processo. Se quiser ir mais longe pode participar desse momento de alteração e solicitar, e nós vamos ver se o Orçamento pode responder e se há viabilidade para essa situação se fazer.

Relativamente ao Rui Rufino, eu deixaria para a minha Vereadora Mariana e para o Vereador João Semedo as respostas relacionadas com projetos e a regularização de imóveis, e com a Mariana a questão do Provedor do Município.

Quanto ao André Guimarães, eu deixaria duas notas importantes. Este assunto foi debatido pela Sra. Vereadora Fátima Teles, numa reunião de Câmara. Seguidamente, tive a oportunidade de transmitir à Sra. Vereadora aquilo que foi a informação da Resgat'Ílhavo que é a Associação que trabalha connosco este assunto.

Eu hoje escusava-me de referir algumas coisas, mas posso dizer que essa informação que o Sr. tem dos placares e tudo isso, é errada. Tenho aqui fotografias dos placares, com a dobragem noutras línguas. É errada.

Daquilo que eu conclui, pelo que me deram, a mim, a conhecer, perante estas evidências nem sempre me desloco aos locais. Se temos um parceiro, perguntamos a esse parceiro. A questão de não termos ali um nadador-salvador foi suprimida por outro nadador-salvador que nós colocámos mais a norte, pago pela Câmara Municipal de Ílhavo. E esse plano foi aprovado por nós e pelo Capitão da Capitania do Porto de Aveiro. Nós trabalhamos em conformidade com a lei. Podemos colocar lá mais 50, mas temos um problema. E peço-lhe, a si, pela sua idade e pelos seus relacionamentos - e vejo a sua atividade na juventude - que encontremos, então, uma solução, a partir deste momento, para candidatos, ou na Universidade ou nas nossas escolas, já com 18 anos, para serem, no futuro, nadadores-salvadores. Porque nós não conseguimos, possivelmente, atingir o número de elementos que vamos pedir para o contingente, no próximo ano. Esta é a preocupação real. Tudo o que referiu pode ser melhorado, mais informação. Estive aqui a ver uma placa que está colocada na rua que está a dizer "praia não concessionada", mas que estava vigiada, na mesma, no molho e tínhamos lá a nossa moto4, nessa mesma zona. E relativamente a esta situação, nós também temos aqui, que eu pedi um relatório, e era natural que também chegasse à Câmara todos os anos, dos 53 salvamentos que foram realizados, 35 na Praia da Barra e os restantes na Costa Nova. E na praia do Jardim Oudinot não registámos qualquer ocorrência. Também temos lá um nadador-salvador. Dos 35 salvamentos registados na Praia da Barra, 12 realizaram-se em zona não concessionada. Sendo que a maioria do número de salvamentos ocorreu em frente à concessão do Makai, devido ao agueiro que ali sempre se fez. Já seu deu toda aquela erosão e é um comportamento que o mar tem ali.

Dos 18 salvamentos realizados na Praia da Costa Nova, ocorreram 8 na zona não concessionada a sul, entre a concessão do antigo Assalam, que o Sr. referiu do bar, e a Avenida do Mar; 7 em frente à concessão do Prefácio, devido às correntes naquela zona, e 3 em frente ao Bronze, devido ao banco de areia. Isto são as justificações que nós temos. É um relatório que podemos partilhar consigo, não tenho problemas nenhuns, como autarca que é, se assim o desejar conhecer. Para o ano podemos comparar os resultados. Mas isto não depende, propriamente, dos nadadores-salvadores. É das pessoas, o risco que querem assumir quando põem um pé na areia e depois vão ao mar.

Lançámos, a tempo e horas, aquele vídeo que foi feito, e muito bem feito, pela Associação de Surf de Aveiro, que teve a colaboração do Sr. Vereador Tiago Lourenço, sobre os cuidados a ter em relação aos agueiros, para sensibilizar as pessoas para este problema que é real, nas nossas praias, nesses dois sítios, onde, normalmente, se registam estes problemas de salvamento. E tivemos, realmente, esse óbito, numa situação em que das 3 pessoas que iam perdendo a vida, ainda conseguimos salvar duas. Conseguimos retirar a pessoa da água, mas já sem vida. É muito aborrecido, lamento. Pensava que ia passar sem nenhuma situação dessas. Não teve o impacto mediático porque se o Sr. não aparecesse já o teria, mas é natural que tenha sabido. Não se soube realmente esta causa. Também ficaria triste se se fizesse impacto mediático sobre aquilo. Na altura, nós e a equipa de psicólogos do Hospital de Aveiro, tentámos acudir a toda a gente. A nossa equipa não interveio, mas o Hospital de Aveiro teve um papel preponderante neste ponto. Recebeu as famílias, tratou delas, porque

eles não eram de cá, estavam deslocados. Foi aborrecido. O rapaz até estava noivo. Foi esta a situação que se passou e penso que explica um bocadinho esta situação.

Relativamente à relação jurídica do problema da Costa Nova, se o meu Vereador lhe quiser dar alguma satisfação sobre isto, poderá dar-lha, mas eu acho que está tudo explicado no documento. Não vale a pena falar sobre isso.

Relativamente à Margarida, também deixava para o Vereador algumas notas sobre algumas das referências que fez.

Esta questão que nós evidenciámos, Sr. Flor Agostinho, até pode ter razão nalgumas coisas, mas achamos que, na questão das reclamações, as pessoas que estão a avaliar esta situação na Câmara Municipal, com a qualidade que têm de técnico superior, e pela experiência que têm ao longo dos anos, trabalhando, também, com o partido pelo qual o Sr. tem sido eleito, são isentas o suficiente para trabalharem bem, para continuarem a melhorar os seus registos. Não ponho em causa nada das reclamações que estão evidenciadas. Preocupa-me é que hoje damos nota disso e nunca vi isso no passado. Hoje deu para o Sr. falar sobre isso, no passado não deu porque nós não conhecíamos nada disso. Não havia registos, sequer. E muitas outras coisas que o Sr. esteve ali a referir. Foi o que eu disse, aconselho as pessoas que estão lá em casa a lerem o documento, verem isto, lerem, relerem e tirarem as conclusões daquilo que referiu. Se calhar quando fala dos 150 mil, são 150. Para quem esteve na Travessia a Nado eram 150, depois nem todos apareceram, porque havia uma referência num lado e noutra. Foi assim que eu entendi. Pronto. Ok. Peço desculpa se não entendi bem. Mas são 150, tenho o número presente, e não os 15 mil que disse. Ah... ok. 15 mil. É natural que haja aí um lapso sobre o número, mas estive lá e apanhei uma queimadela brutal, porque era para acabar às duas e saímos de lá às quatro da tarde.

Relativamente às transferências de capital e aos Fundos Comunitários. O Sr. toca num assunto engraçado. Eu quando apresentei o orçamento de 29 milhões e 900 mil, tive a dúvida se não devia ter apresentado 26 milhões, sabe?! Estive mesmo na dúvida. Mas tenho uma coisa que o Sr. conhece bem na Administração Pública que são os fundos disponíveis. E esse é um problema. E a manipulação daquilo que é a regra do equilíbrio orçamental. O Sr. já anda aqui há alguns anos. Quem lá está em casa não está a ver o Sr. a dizer que sim. Portanto, eu não percebo porque é que o Sr. faz essas referências. Fico um bocadinho doente, fico só um bocadinho doente, porque eu não as fazia, se estivesse no seu lugar. Sabemos perfeitamente a gestão que temos que fazer, temos um quadro com uma competência elevada na área financeira. Temos trabalhado muito esta situação, Sr. Flor Agostinho. Temos este problema de futuro dos Fundos Disponíveis. Não somos só nós, há outros municípios que têm o mesmo problema. Esta questão dos Fundos Comunitários, dos 3 milhões e 800 mil que estão evidenciados que devia ser de receita, o ano passado foi um ano extraordinário. Tivemos que fechar o quadro, tínhamos muitas coisas que vinham do PT2020, mas eu agora não tenho essa sorte. Eu se tivesse muita coisa que não tivesse entrado no PT 2020, estaria pronto para o PT2030, porque há muitas coisas que vão poder transitar. E na questão da reprogramação estamos a tentar tudo por tudo. Onde houver o que ir buscar, nós estamos lá. Já termos estes 500 mil já é bom, se conseguir ir buscar 1 milhão já é bom, se lhe der esse sinal no final do ano. Temos o IMT a compensar, temos mais 1 milhão de euros. Vamos tentar equilibrar isto para conseguir, pelo menos que os 29 milhões não fiquem muito distantes daquilo que era a minha perspetiva de receita. Portanto, não sei o que é que vem aí. Se se sentar um bocadinho a pensar no orçamento, pense e pode pensar comigo e vamos ver o que é que isto vai dar. É difícil, mesmo de gerir. É muito difícil. E não sabemos ainda onde é que o PT2030 vai-nos dar dinheiro, porque se ele vier para os PO [Programas Operacionais] Regionais, depois, vai ser dividido irmãmente por nós. Vamos ver o que é que isto vai dar. O nosso Presidente da CIRA está a fazer um trabalho exemplar, nessa matéria, como sempre fez. Vamos ver o que

é que nos vai tocar, a nós todos, nestas decisões. A CCDR Centro e a nossa Ministra da Coesão têm estado atentas a estes problemas das Autarquias Locais.

Relativamente à dívida de fornecedores, tenho a dizer que estamos a analisar um período. Pode haver aqui um desfasamento entre o que eram os pagamentos ontem, e hoje estar resolvido. Mas posso dizer que, na minha gestão, tudo o que será mais de 15 dias, 3 semanas, já estamos mal. Temos é um problema, passámos agora o período de férias, pessoas ausentes, e penaliza um bocadinho isto. Mas estamos a regularizar. Ainda ontem editámos 180 operações de pagamento. É isto que estamos a recuperar com aquilo que são, como sabe, os PMOTL, os professores das AEC, todas estas coisas que têm que ser regularizadas. Com clama, já passámos por isto tudo durante um ano, vai correr bem, de certeza absoluta.

Dava a palavra à minha Vereadora ou à nossa Vereadora e ao Vereador João Semedo.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (02:58':33")

«Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Membros da Mesa. A todo os Autarcas aqui presentes. relativamente à questão colocada pela Diana Gandarinho, embora não seja, efetivamente, um assunto da Atividade Municipal, eu tenho a referir, ao contrário daquilo que é habitual e que se vê muito nestas transições de executivos, assiste-se a uma destruição - inclusive nós, aqui, em sede de Assembleia já ouvimos a expressão 'rasgar' - assiste-se a uma destruição e a uma desvalorização de todos os recursos daquilo que é o investimento público no desenvolvimento de alguns projetos. No que concerne ao 23 Milhas, essa nunca foi a visão, a não ser tudo aquilo que é valorização da cultura local e daquilo que é a política da cultura local. É muito importante que essa visão seja implementada. Entendo que foram dados passos muito importantes no passado. Ainda há um caminho longo para se fazer e daquilo que me compete referir o trabalho que foi alcançado, durante este último ano, foi muito importante.

Referir também que é com alguma surpresa que assisto sempre à referência ao Dr. Luís Ferreira, por quem eu nutro um respeito e consideração enormes, relativamente ao trabalho desenvolvido, mas a saída dele do projeto 23 Milhas, já estava anunciada mesmo antes do período eleitoral. Entendo perfeitamente que todos nós, enquanto profissionais, tenhamos outros desafios, outras procuras de vida. Foi exatamente isto que aconteceu. Como é óbvio, o cuidado com aquilo que será o desígnio do projeto cultural será extremo, sem dúvida. Como sabem é público, existiu um Concurso Público para esta posição de direção artística e estamos a concluir os procedimentos associados ao mesmo.

Relativamente ao Festival do Bacalhau. A diversidade musical, ou seja, todo o programa associado não só à parte da música - nós temos muita programação cultural e desportiva associada a este evento, e toda a chamada mediação cultural também é aplicada - envolvente ao Navio-Museu, nomeadamente a parte dos bares, resultou num incremento significativo e muito positivo, reconhecido por quem lá esteve a trabalhar, nomeadamente as duas Associações que estiveram nesse espaço

No que diz respeito à recolha dos biorresíduos e do selo do Ecoevento, tenho algo a dizer no que concerne aos resíduos. Não se inventa a pólvora, mas a verdade é que já em 2018 se falava em biorresíduos, e nós, em 2022, estamos à procura de financiamento para aquilo que são projetos-piloto, que outros municípios, em 2020, conseguiram através do PO SEUR. Nós não tivemos acesso. Logo a partir daí existe um handicap brutal relativamente àquilo que é uma implementação de recolha seletiva e também poderá corresponder à valorização através da compostagem. O que me entristece é que acho que já podíamos estar noutra patamar com tudo aquilo que foi feito relativamente às embalagens e à separação das embalagens. Foi um projeto-piloto, efetivamente, a questão dos biorresíduos. A sensação de que por ser novo - esse é o report que também nos chega - por ser uma inovação acontece que ainda existe um

caminho muito longo a ser feito por todos nós, quer por quem sensibiliza, quer por quem opera, ou seja, por quem está no ato da separação.

Entendemos que foi um ponto de partida extraordinário. Estamos a falar de um evento que envolve uma produção de resíduos enormíssima. Por isso, isto ter arrancado como um projeto-piloto foi muito positivo. Nós estamos a falar de uma valorização de 3 mil litros, o que é significativo para a quantidade de falhas nessa separação e que existiram. Relativamente às embalagens, eu tenho que discordar porque estavam disponíveis os ecovex e os ecopontos, espalhados por todo o recinto. Tenho que discordar porque os números associados à recolha das embalagens foram muito positivos e foram altamente demarcantes daquilo que tinha sido o registo do último Festival.

Tenho aqui os números, mas eu não queria estar a bater e a ler essa referência.

Depois, naturalmente, nessa reunião, no encontro que haverá com todas as Associações participantes, estes números serão divulgados, inclusive todos os relatórios que nos foram chegando por parte das Associações.

Caminho Marítimo para Santiago. Foi um sucesso, para um primeiro momento. Foi o cruzeiro inaugural. Como sabem, nós temos alguns constrangimentos no que diz respeito a infraestruturas para poder receber eventos deste género, desta tipologia. O resultado foi muito positivo e a prova disso é que a Associação Nacional de Cruzeiros referiu o nosso acolhimento como de qualidade elevada, o que muito nos agrada. Isto foi um acolhimento conjunto da Região de Aveiro, mas a maior parte das embarcações e a caravela Vera Cruz ficaram no nosso Município.

Relativamente à candidatura RTCP - Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, à DG Artes, tenho a dizer que a equipa do 23 Milhas, toda sem exceção, colaborou e, nitidamente, orientada por quem já estava no exercício das suas funções.

Quanto ao Provedor do Município já foram encetados alguns contactos, mas sem sucesso. O perfil para esta pessoa tem que ser o mais indicado e o facto de funcionar como recetor daquilo que é a mensagem do Município e funcionar como ponte com o Poder Local não é apelativo a todos, neste exercício. Aproveito para deixar aqui a nota que se houver algumas propostas por parte dos presentes penso que todos temos a ganhar com o aparecimento desta figura no contexto político.

Relativamente às refeições, é importante referir que elas foram bem acima das 22 mil. Não nos podemos esquecer que, este ano, o exercício dos bares foi muito, muito, positivo e nós estamos com a referência das 29 mil refeições, na totalidade do Festival. Por isso, entendo que podemos assumir, do ponto de vista numérico e dos resultados, um fator muito positivo. No que respeita à faturação, estamos a falar de um valor 100 mil euros acima do que foi registado em 2019. Não estamos apenas a falar num ajuste de preços, nós estamos a falar de mais consumo, mais pessoas. Isto está retratado através dos relatórios que foram encaminhados. Muito obrigada.»

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (03:07:49")

«Boa noite a todos. Um cumprimento ao Sr. Presidente da Assembleia e nele a todos os restantes presentes nesta Assembleia.

O Sr. Professor Rui Rufino abordou a questão do património e o respetivo registo e a preocupação, no caso de conseguir registar, poder atingir valores na ordem do meio milhão de euros. Infelizmente o valor não está no meio milhão de euros. E vi, há pouco, quando o Dr. Rui Rufino falou neste assunto, algumas caras mais estranhas com o valor e com o que o Sr. professor estava aqui a referir, preocupa-me mesmo é a questão da regularização e essa possibilidade. Essa possibilidade é que me assusta, porque os 500 mil euros não nos irão, infelizmente, ser necessários dar resposta nos próximos dias ou meses, como gostaríamos. A dificuldade de poder regularizar este património é que me assusta profundamente. Ainda ontem por exemplo, foi feita uma escritura dos terrenos onde estão instalados os armazéns da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré. Ainda

anteontem, numa visita que fizemos em conjunto, uma pequena reunião, o Sr. Presidente da Junta me recordava o facto de, ao fim de 15 dias de tomar posse, foi ameaçado com uma providência cautelar e poder não utilizar aquele armazém e, com isso, causar problemas ao funcionamento da própria Junta. No seu terceiro mandato conseguimos, finalmente, três das quatro parcelas que constituem o terreno onde está o armazém. Não está ainda 100% regularizado, porque faltam os trâmites do fecho da primeira escritura. Terá de ser publicada num jornal, mas acreditamos que parte já vai ficar regularizada. Portanto, a preocupação está mesmo na dificuldade em poder regulariza-las. Infelizmente não vai ser fácil atingirmos os 500 mil euros, porque não conseguimos regulariza-las. Recordo que na última Assembleia o Dr. Flor Agostinho acabou por reconhecer, ao Executivo, essa vontade e que não seria tarefa fácil. De facto, não o é, mas estamos muito empenhados nesse assunto.

Relativamente à mobilidade e voltando um pouco atrás. Aquilo com que nós nos preocupámos este ano, foi mesmo criar soluções alongo prazo. Deixar as situações pontuais e falarmos na Semana da Mobilidade apenas naquela semana ou naquele dia, fecharmos umas ruas, criarmos mais problemas à população nesse dia, e pormos as pessoas mais avessas aos novos modos, em vez de estarem mais focadas em querer utilizá-los. A nossa postura foi realmente melhorar as condições das vias, em termos de segurança, reduzindo as velocidades nas vias. A observação que fez acerca da Avenida José Estevão, que tem uma placa e que não a viu corretamente, é normal quando uma placa é nova. Também informar que, muito em breve, iremos colocar passarelas sobrelevadas, nesse tramo. Aquilo que nós pretendemos é que seja mais seguro nessa zona de maior vivência. Procurámos também criar uma política para o uso da bicicleta e que seja vista desde pequeninos. Criar na EMER, para todas as idades, programas para ensinar a andar de bicicleta, deslocalizar a EMER, levá-la às Escolas e a vários pontos das Freguesias.

O assunto da Avenida da Nossa Sra. da Saúde, na Costa Nova, foi já discutido em sede de reunião de Câmara e já foi devidamente justificado, por mim, nessa reunião, mas volto a fazê-lo. Foi, de facto, uma decisão política, como teve que ser. Estranhámos o facto deste reparo apenas ter vindo do PSD e dos Autarcas que o representam porque, com toda a sinceridade, mais nenhuma pessoa, nomeadamente na comunidade, nos fez tal reparo. Inclusivamente tivemos reparos opostos pelas pessoas da Costa Nova. Discutiam, no Período de Antes da Ordem do Dia, o problema que existe na Costa Nova e na Barra, mas focaram-se apenas na Barra, e não foi falada a Costa Nova, sobre as limitações que existem. O território tem a área que tem e é impossível alojar mais carros. As observações que foram feitas é que colocavam em cima dos passeios e noutros sítios. Temos dificuldades e foi pesada aqui a decisão da N. Sra. da Saúde, não só pela limitação que há para podermos estacionar os carros, mas também por aquilo que são os trajetos feitos regularmente pelas bicicletas. No caso da Costa Nova, é como referiu. A ligação da Costa Nova à Barra já existe ao longo da Ria, com uma das melhores pistas que temos no nosso Município. Entendemos que essas ligações, desde a frente ria para a frente mar são feitas, essencialmente, pelas transversais. Decidimos anular essa pista até pela perigosidade que poderia ter, face às transversais existentes. Foi essa a nossa decisão e posso referir-lhe, uma vez mais, que as pessoas na Costa Nova estão satisfeitas, a via ficou mais estreita, uma vez que tem os carros, e também estamos certos que vai melhorara segurança da via porque os carros vão andar mais devagar com o estreitamento da via.

As estratégias para a mobilidade ciclável que falou estão em curso. É fulcral para este Município ter um plano de mobilidade sustentável. Temos que definir a estratégia para a nossa mobilidade a longo prazo. Fez-se muito, mas há muito mais a fazer. Há que ligar as pistas existentes e há que ligar o nosso Município aos municípios vizinhos.

Quanto à questão das perguntas e respostas, já não tenho muito tempo para responder ao teste que me quis fazer enquanto engenheiro. Na última sessão quis-me dar uma lição que não devia ser técnico, que deveria ser político. Hoje lança-me um desafio de perguntas e respostas. O semáforo das Ribas, estamos a diligenciar com a companhia de seguros e vai ser reparado. A questão do PDM termos novidades já na próxima semana, com a abertura da discussão pública, se for aprovada na reunião de Câmara. E as candidaturas ao PRR, será surpresa e, portanto, deixo isso nessa expectativa. Nos próximos tempos haverá novidades, até em função daquilo que forem os avisos que o Governo decidir abrir. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:15:09")

«Muito obrigado. Como o Executivo já não tem tempo disponível, eu abria a inscrições para uma segunda intervenção. Quem se inscreve?»

Sónia Fernandes - PS: (03:13:01")

«Sr. Presidente. Agradeço o esclarecimento que nos prestou. Deixo só uma nota que o protesto deveria ter sido público, deveria ter sido mais cedo e, mesmo quando nos dizem que é impossível, nós nunca deveremos desistir, e se tivermos que ir até instâncias superiores e junto de quem, efetivamente, manda deveremos assim fazer.

Querida também deixar outra nota aos nosso colegas do 'Unir Para Fazer'. É bom vangloriar-nos, faz bem ao ego e já sabemos que essa é uma característica que está bem presente na vossa bancada, mas também seria bom que houvesse uma bocadinho de humildade e deixar algum agradecimento à bancada do PSD porque todas essas festas, festivais, políticas que vocês seguem como se fossem uma coligação, são no seguimento do que os colegas fizeram nos últimos anos e que vos deixaram de presente.»

Rui Rufino - UPF: (03:17:41")

«E não há coligação. Imaginem se houvesse.

Eu venho dar duas notas e uma nota prévia.

A nota prévia é que não consigo perceber a necessidade que tiveram, hoje, de afirmar o orgulho no seu próprio partido. É natural, não vejo qual é o problema, compreendo perfeitamente e fico muito satisfeito com isso. Ao contrário do que sugerem, nós não demonizamos os partidos e a importância que tiveram e têm para democracia portuguesa. Nós temos um discurso pela positiva. O que eu não percebo é porque razão os partidos têm tanta necessidade de atacar os independentes quando não estão associados a um partido, mas antes a um Movimento Independente. Se calhar têm dificuldade em perceber que agrupa pessoas com várias sensibilidades e perspetivas, é certo, mas que tem uma causa e um propósito comum. E têm, se calhar, dificuldade em perceber que esta diferença torna-nos mais unidos e mais genuínos. Atenção... eu não estou a dizer que os outros não o são. Eu estou a dizer o que nós somos.

Primeira, nota. Não... não se falou só de festas e eu não falei só de festas. Mas é natural que, nestes meses, tenha destacado mais as festas, pela época em que vivemos - o verão - e pela importância de recuperarmos, este ano, a nossa vida social. E atenção... este ano, as festas tiveram uma importância acrescida para todos porque significaram o retorno à vida normal, de forma a se ultrapassar os traumas colocados pela pandemia. Portanto, forma muito mais que simples festas; foram o retorno à nossa vida do dia-a-dia como seres humanos.

Segunda nota, para finalizar. Eu tive o cuidado de dizer o que se passou, este ano, sem estar preocupado com comparações. Nós não entramos nesse campeonato, nem nessa obsessão as comparações. Nós falamos de nós e, falando de nós, regista-se apenas um facto: este ano, as coisas correram bem e foram um sucesso.»

Pedro Cristo Graça - UPF: (03:20':31")

«Boa noite a todos, novamente. Não sei se faça uma declaração de interesse a dizer que nunca fui membro de qualquer partido, nem sou. Por isso, estou à vontade para se for preciso, como vou dizer agora, fazer alguma crítica ao Executivo, faço sem qualquer tipo de problema. Não sou político, mas faço política, que é o que nós estamos aqui todos a fazer.

Querida falar de dois ou três temas, onde a palavra central é rigor. Hoje, já ouvi falar em rigor; há poucos dias ouvi, num programa de rádio, falarem muito em rigor. Há aqui coisas que nós temos que ver e temos de resolver. Penso que foi Sá Carneiro que dizia aos seus ministros que têm seis meses para dizer mal do governo anterior e, a partir daí, têm que andar para a frente. Se calhar, este primeiro ponto que eu queria falar, esta situação dos imóveis, é uma situação que me preocupa, como munícipe, mas também lançava um desafio ao Executivo: uma task force ou um plano integrado, o que fosse necessário fazer no sentido de ultrapassar. Se calhar teremos mais custos, se calhar a equipa da Câmara não será suficiente para resolver 1.8000 caso, não é. Alguma coisa tem que ser feita.

Ponto dois, também sobre rigor. O nosso colega de Assembleia, o André Guimarães e o Professor Flor Agostinho, quando falaram de processos, pensei sempre que iam tocar aqui num processo em que a Câmara foi alvo porque o Sr. Presidente despachou ou indeferiu 11 processos. Com tal, nebulámos um processo cível ou judicial, não sei como se chama tecnicamente, mas aquilo que me preocupa é que o Sr. Presidente indeferiu 11 propostas que estavam desde na nossa Câmara a aguardar despacho, partindo do princípio que a informação está correta.

Para terminar, não vou mudar de opinião só porque estou numa bancada que, teoricamente, tem que defender o Executivo. Nós defendemos quando tem que ser defendido, às vezes temos que calar, outras vezes também temos que levantar a nossa voz um bocadinho mais alto. Para eu ser coerente com aquilo que fiz nos outros anos mesmo no tempo do Eng. Ribau Esteves até ao Eng. Fernando Caçoilo, a mim sempre me meteu uma confusão os festivais serem muito lindos, as festas serem muito lindas fala-se em dinheiro previsível de gastos... e eu pensei sempre que era por eu ser analfabeto na questão do orçamento, não olhava nada para aquilo. Todos nós sabemos que um espetáculo, como o Festival do Bacalhau, como o Rádio Faneca, um palco é contabilizado numa coisa, um artista é contabilizado noutra, e, no final, nunca sabemos. E eu pensei que, neste momento, iria saber alguma informação. Não sei se o Festival do Bacalhau custou 500 ou 600 mil euros, não sei se o Rádio Faneca custou 90 ou 100 mil euros. Eu sei que estamos a cumprir escrupulosamente aquilo que a contabilidade manda fazer. Desculpem, mas eu sou um bocadinho mais curioso. Gostava de saber.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:20':40")

«Muito Obrigado. Ora, pela distribuição dos tempos restantes, eu convidava o Sr. Presidente da Câmara a usufruir dos seus 5 segundos, caso pretenda.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:23:31")

«Muito bem, Sr. Presidente. Só elogiar a participação de todos, neste ponto. E dizer ao Sr. Pedro Cristo que essas informações podem ser dadas. Logo que as peça, teremos todo o gosto em fornecer essa informação. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:23:54")

«Muito bem... é meia-noite e vinte, segundo o regimento nós temos que terminar os trabalhos há meia-noite e meia, ainda temos muito trabalho pela frente. Proponho que encerremos os trabalhos neste ponto e voltamos aqui no dia 7 de outubro para retomar os trabalhos. Antes de encerrarmos...»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:24:19")

«Sr. Presidente. Eu queria perguntar, se me permite, porque tenho a minha Vereadora que precisa de ter o seu tempo de férias e vou tê-la ausente nesse dia. É evidente que não há substituição.

Eu não sei se há assim tanto a discutir nos próximos pontos. Deixo ao entendimento do Sr. Presidente e da Assembleia, se assim o aceitarem, mas eu proponha que pudéssemos fazer um prolongamento de horário para resolver estes três pontos que faltam. De qualquer maneira, deixo à consideração.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:24:53")

«Deixe-me colocar à consideração de todos. Ainda temos quatro pontos da Ordem do Dia. Se quiserem fazer um intervalo de minuto e meio para decidirem. A Mesa tem o entendimento de terminar agora e voltar na próxima sexta-feira. Vamos fazer um intervalo de dois minutos.»

Retomados os trabalhos.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:35:09")

«Meus senhores, conforme decidido em reunião de líderes, vamos prosseguir com os trabalhos.»

Ponto 2. "Autorização de despesa plurianual para abertura de procedimento para implementação de Sistema de Gestão de Eficiência Energética com partilha de poupança no Edifício dos Paços do Concelho".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:35:14")

«Passamos ao Ponto 2 da Ordem do Dia. Apreciação e votação da "Autorização de despesa plurianual para abertura de procedimento para implementação de Sistema de Gestão de Eficiência Energética com partilha de poupança no Edifício dos Paços do Concelho". Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:35:14")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou passar a palavra ao meu Vereador, ao Vereador João Semedo. Relativamente a isso, todos nós reconhecemos o que é uma autorização de despesa plurianual. Trata-se de uma despesa que se vai diluir por 10 anos. O Sr. Vereador João Semedo dará as informações e explicações sobre o processo.»

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (03:35:58")

«Relativamente a esta proposta que trazemos hoje, já foi aprovada em reunião de Câmara, no fundo, poderá ser a primeira comunidade energética a envolver um Município. Numa forma muito breve e prática, será a instalação de painéis fotovoltaicos na cobertura do edifício da Câmara Municipal e, eventualmente, também no edifício da Casa da Cultura, e absorver essa energia produzida pelos próprios edifícios municipais. Contudo, nesta produção haverá sempre excedente, se não for nos dias úteis, será, certamente, aos fins-de-semana, assim que as condições solares o permitam e se produza energia. Dessa forma, o excedente pode ser vendido à comunidade, e daí ser uma comunidade energética, em que os elementos da própria comunidade podem vir a concorrer ou candidatar-se a esta comunidade para que também possam usufruir daquela energia que será produzida.

Trata-se de um pedido de autorização para uma despesa plurianual porque, ao longo de 10 anos, que é o tempo que durará esta comunidade, pelo menos será o tempo em que o investimento será abatido, teremos um custo de energia que terá que ser pago. No fundo, estamos a discutir uma despesa plurianual que será a da energia que a Câmara Municipal vai pagar. Trata-se de um investimento de valor zero para a Câmara, ou seja, não há qualquer investimento nos equipamentos, haverá sim um investimento da Câmara na compra de energia produzida, sendo que será um valor abaixo do valor atual do mercado e um valor que será fixo. Protegerá a Câmara, em termos orçamentais, porque o valor é conhecido. Haverá uma maior estabilidade de preços e, conforme aquilo que são todas as previsões, estará sempre abaixo do valor do mercado. Ao fim de 10 anos, os equipamentos reverterão para o Município e a Câmara. Nessa altura, poderá produzir energia e não terá que pagar qualquer uma. Portanto, terá custo zero nessa energia que irá consumir. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:38:42")

«Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara. Abria as inscrições para a primeira intervenção. Alguém se inscreve? Muito bem... neste ponto o primeiro Grupo a intervir é o Unir Para Fazer.»

Pinto Reis - UPF: (03:39':21'')

«Muito rápido. Só para referir que este é a materialização de um dos compromissos que tivemos e que expressámos no nosso compromisso eleitoral. Convidar a Câmara Municipal, o Executivo, a generalizar este tipo de aproveitamento noutras equipamentos, se tal for possível. Pedindo só que houvesse alguma salvaguarda, provavelmente estará previsto contratualmente, que a instalação, quando for entregue ao Município, tenha a eficiência que se pretende. Vaso, nessa altura, não esteja assegurada, que o fornecedor tenha a obrigatoriedade de repor na eficiência que está contratualmente prevista. Muito obrigado.»

André Guimarães - PSD: (03:40':26'')

«Estamos todos preocupados com o ambiente e somos um Ecomunicípio. O que nós vemos aqui é um retrocesso. Eu lembro-me de estar no mandato anterior e tínhamos uma bilha com água, nem que fosse água da troneira, a nossa água é excelente e hoje temos aqui uma data de garrafas de água. Fica só a nota para quem a quiser assumir. Mas vamos falar sobre a outra parte, sobre sustentabilidade e sobre energia limpa, e sobre estes projetos fascinantes que são as comunidades de energia. Isto, trocado por miúdos, eu sei que o Sr. Vereador já explicou, mas eu gostava de dar nota que isto trata-se de um modelo de negócio fascinante, porque permite que eu, que posso ter painéis solares, vender a minha energia, a preços superiores aos do mercado, aos meus vizinhos, e os meus vizinhos vão receber ou pagar por essa energia a preços de mercado inferiores. Isto é mesmo uma comunidade. A comunidade é esta troca entre agentes públicos e privados, de produtores e consumidores de energia, numa lógica limpa. Tudo o que está, aqui, nesta informação que nos foi prestada por escrito e também nesta Assembleia, tem tudo para dar certo e parece-nos bastante interessante. Naturalmente tenho que concordar. Acho que é muito bom termos uma Câmara que se presta a este tipo de iniciativas, porque é a caminhar que se faz o caminho. Agora, o caminho pode-se fazer mais rápido ou mais devagar. E é isso que eu venho aqui fazer; é exortar a Câmara para que possamos ser mais ambiciosos e podermos fazer o caminho mais depressa. Podemos envolver mais pessoas, podemos envolver mais entidades, e fazer muito mais. Se estamos a falar em colocar, apenas, uns painéis solares por cima deste edifício e juntar este edifício ao edifício do Centro Cultural, à Casa da Cultura, e vai ser isto a dita comunidade. A energia vai passar de um lado para o outro, entre dois edifícios públicos da Câmara Municipal, administrados pela Câmara Municipal. claro que depois pode-se dizer que no futuro podemos ampliar isto para os proprietários de negócios, dos residentes. Mas porque é que não envolvemos já esses proprietários, porque é que não envolvemos já a infraestrutura necessária para acrescentar mais parceiros E se realmente se trata de um projeto piloto, que é isso que me poderiam dizer, que é só para nós experimentarmos e depois conseguirmos expandir isto para a comunidade... então, porque é que não se aposta nos edifícios que consomem mais energia, como, por exemplo, o Museu Marítimo, como, por exemplo, as piscinas. É aí que está concentrada. É aí que são edifícios públicos onde vão os visitantes que poderiam perceber e sere educados pedagogicamente na questão de aderirem ao meios limpos. É isto que eu e nós no PSD criticamos a Câmara. É esta falta de ambição. É, pura e simplesmente, isso.

Deixou só uma pergunta, porque gostava de saber qual é a intervenção da Junta de São Salvador neste projeto, e porque é que as Juntas de Freguesia da Gafanha da Nazaré, da Encarnação e do Carmo não foram acolhidas neste projeto, que se queria, e se quer, mobilizador e que permite uma transição para uma energia mais limpa em todo o Município.»

Margarida Alves - PSD: (03:44:28")

«Eu não vou ser tão exigente como o André Guimarães, mas ambição nunca me faltou e temos que começar por algum lado. Naturalmente que fico satisfeita quando já estamos a dar este passo e que a curto prazo possamos avançar também para as outras Freguesias, nos edifícios públicos que lá temos, para que possamos fazer várias redes de acesso a esta energia que é mais limpa. Que este contrato, e aqui concordo com o Pinto Reis, permita que daqui a 10 anos nós tenhamos a garantia que iremos ter a mesma eficácia dos equipamentos. Não sejam os mesmos, obsoletos, porque nós aqui estamos à vontade, temos muito sol, felizmente, temos muita luz e vamos fazer disso usso. Também as eólicas deviam ser mais bem aproveitadas, nesta zona, e ainda não houve um investimento claro sobre isso, mas isso seria o próprio Governo a tomar essa decisão.

Sr. Presidente. Sim senhor... vamos nessa. Avancemos. O caminho faz-se caminhando. Venham mais. Muito obrigada.»

Sérgio Louro - CHEGA: (03:46:13")

«Ora bem... 6 minutos. É que neste tema sinto-me muito à vontade e estaria aqui, se fosse preciso, 40 minutos a falar. Fico muito agradado por ver que estamos, finalmente, a fazer investimentos, ou a pensar fazer investimentos no sentido de reduzir custos de operação da Câmara, e, com isso, também melhorar a sustentabilidade financeira da Câmara. Fico é muito triste de me ser apresentado um documento tão pobre e com tão pouca falta de informação. Por ser uma pessoa que domina bastante estas áreas, começo logo por ver umas projeções sem saber, de início, qual é a potência contratada que este edifício tem, sem saber qual é a distribuição de consumos que este edifício tem e parece-me, para uma pessoa bastante especializada nesta área, que uma potência instalada de 117 kW vai servir os interesses de toda a gente menos da Câmara. Há-de servir, com certeza, os interesses da EDP. Esta história das comunidades de energia já não é nova. Para os que estão mis atentos devem-se perguntar 'então, mas agora a EDP, a GALP energia, andam a promover fotovoltaica. Então, eles em vez de venderem energia elétrica, agora querem que nós deixemos de comprar energia elétrica?'. Desenganem-se... o modelo de negócio da distribuição de energia mudou. A EDP, como vocês sabem, há pouco tempo vendeu as barragens todas a um grupo francês, porque não quer saber mais das barragens, nem quer perder a energia toda que se perde a transportar essa energia da barragem para o consumo, em média e em alta tensão, comas perdas. O negócio da EDP e da GALP energia é comprarem energia ao preço da uva mijona, os excedentes que foram falados, e com 117 kW de potência de pico vai ser fantástico comprar estes excedentes a 2 ou 3 cêntimos e vendê-los, em horas de cheio, a 30 ou 40 cêntimos à indústria na Zona Industrial aqui ao lado, da Mota, por exemplo. Há alguns cuidados que devem ser tidos em conta, nomeadamente começando por fazer um estudo sobre qual a distribuição do consumo de energia neste edifício.

Depois, isto de ser o último aqui a falar sobre o que me vai na alma, é au porque tinha exatamente a propor o que o André Guimarães propôs. Temos que olhar para onde é que temos a ferida mais aberta. E a ferida mais aberta, pelos preços de energia que temos, hoje, em dia é precisamente nas Piscinas, o Museu que tem lá os aquários dos bacalhaus que devem ser um sugador de energia fantásticos. Para os que não sabem, aquilo tem água que tem que ser arrefecida e consome bastante. Portanto, há qui muito a fazer.

A proposta é muito pouco ambiciosa e já devia ser mais lata.

Querida dar mais uma nota. Estes investimentos são investimentos que se pagam a eles próprios, são estes investimentos que a Câmara, em primeiro lugar, devia olhar porque são estes que vão reduzir os custos de operação, e, a médio prazo, permitir que a

Câmara possa ter mais liquidez para investir noutras coisas. Assim sendo, não devem ser estes modelos de 'escos'. Ou seja, a própria Câmara é que deveria comprar os painéis. Não é ir recorrer a umas entidades externas que vêm cá por os painéis gratuitamente, dizem eles porque não há almoços grátis, mas parece que algumas pessoas ainda não aprenderam essa lição dos almoços grátis.

Sim, a Câmara deveria ter um projeto ambicioso para todos os edifícios, sobretudo os edifícios que são utilizados durante o dia, que são a maioria deles estarem dotados do fotovoltaico que for possível e for adequado às necessidades energéticas daquele edifício. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:50:23")

«Obrigado. Passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:50:31")

«Muito obrigado. Também teria aqui algumas coisas a dizer. Parece-me um bocadinho exagerado, aqui dos dois Membros, o Sr. André Guimarães e o Sr. Sérgio, esta situação de estar a lembrar o que é que temos que pensar. É muito giro quando nós sabemos o que pagamos todos os dias, real. Até temos, neste momento, um estudo para apresentar com todos os pontos de consumo de água e de luz e saber o que é que as pessoas nos vão ajudar a reduzir. Esse é um trabalho que já está preparado para começar a ser lançado. E depois, daí, fazer algum trabalho com o Sr. Sérgio. Já partilhei consigo estas matérias, em alguns momentos. Aprendi muito sobre aquilo que o Sr. sabe, aquecimento de águas sanitárias. Aliás, agradecia que nos chegasse essa informação, por escrito, porque é muito importante. E também é importante ter lido o documento e os flyers que temos feito. E não nos esqueçamos nunca das outras Juntas. Fique descansado. Começámos por um princípio e não acabamos no mesmo. Muito obrigado. Passo aqui ao nosso Vereador.»

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (03:51:38")

«De forma breve. Ainda bem que há aqui um reconhecimento entre todas as forças políticas. Ficamos contentes, não obstante não existirem almoços grátis. Felizmente que temos qui alguém que pode estar connosco a investir porque não temos essa capacidade.

A limitação da nossa ambição está muito condicionada por aquilo que temos. Não podemos ser mais ambiciosos e acho que, num ano, até mostrámos aqui qualquer coisa, apesar desta nossa limitação. Recordo que as Piscinas de Ílhavo já têm painéis fotovoltaicos, mas é para o próprio edifício. Recordo que as Piscinas precisam de uma obra; já está um projeto desenhado há alguns anos, nesta Câmara, mas que aguarda por financiamento. Recordo que o Museu Marítimo, já foi falado aqui, em várias sessões, tem um grande problema nas suas coberturas. Não podemos instalar painéis fotovoltaicos num equipamento cuja cobertura não está preparada para os receber. Certamente que depois de uma intervenção poderemos fazer. Temos ainda melhor, digo-vos, desde já, so nosso Mercados. Temos um Mercado de Ílhavo com uma área muito grande e com uma exposição solar muito rentável. Temos também o Mercado da Gafanha da Nazaré. Temos algumas Escolas. Sim, estamos a pensar nesses edifícios e foram todos ponderados. No final, acabámos por decidir executar este projeto. O Sr. Presidente está aqui a corrigir-me... também os Pavilhões, que também poderão estar preparados. Não nos podemos esquecer, e o Sr. Sérgio Louro saberá muito melhor que nós, a questão de todos os esforços nas coberturas, porque elas não estão pensadas

para tal. Ao instalarmos um painel fotovoltaico podemos criar esforços muito grandes, sobretudo devido aos ventos. Mas todos estes fatores foram ponderados. Decidimos optar pelo Edifício da Câmara Municipal porque é aquele que tem um maior consumo, de segunda a sexta-feira. Não obstante, a Casa da Cultura, quando em utilização, tem um consumo maior, mas não tem uma utilização tão intensiva ou em mais dias.

Aquilo que o André Guimarães dizia, que passava de um edifício para o outro, estamos meso enganados. Não passa de um edifício para outro. Não é isso que estamos aqui a discutir. Estamos a discutir produzir no edifício da Câmara Municipal, aproveitar aquilo que é produzido para ser utilizado na Câmara Municipal e aquilo que for excedente poder ser cedido à comunidade, portanto, à tal cooperativa, na qual a Câmara é um dos elementos e qualquer elemento da comunidade pode-se juntar a esta cooperativa. Contrariamente ao que disseram que isto já existia, não existe. Não está formalizada nenhuma cooperativa, nenhuma comunidade de energia renovável. Aquilo que existe são modelos de negócio estanques, em que uma ou duas empresas se unem e, entre elas, fazem uma parceria. Agora, um modelo destes não existe.

Esperamos conseguir executar este modelo, que seja um sucesso e que as pessoas estejam interessadas.

A questão que foi falada das Juntas, e abordou a questão da Junta de Freguesia de São Salvador. A Junta de Freguesia de São Salvador só teve aqui uma intervenção, neste momento. Foi ceder as suas instalações para uma sessão que houve, no passado sábado, para a qual toda a comunidade foi convidada, em que todos podiam lá estar, onde foi esclarecido todo o projeto. Inclusivamente, as restantes Juntas também foram convidadas a estar e a poderem divulgar pelas suas comunidades. E foi também no armazém do 'Faz Tudo' da Junta de Freguesia, por ser encostado ao complexo do Mercado e ser sábado de manhã, dia de mercado, com o objetivo de podermos ter mais interessados.

Caso esta proposta seja, hoje, aprovada, promoveremos mais sessões para explicarmos melhor este projeto.

Contudo, também tenho a informar que este projeto, sendo um investimento na cobertura do edifício da Câmara Municipal, está limitado apenas a um raio de 2 ou 3 quilómetros do centro de produção. Só em redor do edifício municipal é que poderá ter elementos desta cooperativa. Mas estamos cá para pensar em mais edifícios, em conseguirmos promover um investimento desta natureza com uma comunidade de energia renovável ou, eventualmente, com outros investidores que queiram também utilizar as nossas coberturas e serem nossos parceiros na produção de energia, e, dessa forma, minimizarmos os nossos custos. Não só minimizarmos, como estabilizarmos os nossos custos mensais. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:57:20")

«Muito obrigado, sr. Presidente. Pergunto se há alguém que queira fazer uma segunda intervenção? Muito bem.»

Sérgio Louro - CHEGA: (03:57:48")

«Sr. Vereador João Semedo. Hoje, aqui, o Pedro Cristo falou muito no rigor, e parece que estamos aqui a fazer um exercício de pouco rigor. Relativamente às comunidades de energia eu gostaria muito de as ver a funcionar. Para sua informação, recorro que a legislação entrou em vigor há uns quatro anos, mas depois houve uma trapalhada, aquelas trapalhadas habituais do PS, do faz e desfaz, e a verdade é que não existem comunidades a funcionar. Nesse aspeto o Sr. tem rigor. Agora, deve-se é questionar o

porquê delas não funcionarem; deve-se questionar porque é que a EDP e a GALP estão tão interessadas neste negócio. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:58':34")

«Muito obrigado. Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:58':33")

«Não temos nada a referir. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:58':41")

«Muito bem.

Concluído o período de apreciação, vamos proceder à Votação do Ponto 2 da Ordem do Dia: "Autorização de despesa plurianual para abertura de procedimento para implementação de Sistema de Gestão de Eficiência Energética com partilha de poupança no Edifício dos Paços do Concelho". Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

*Foi aprovada por **Unanimidade** a autorização de despesa plurianual para abertura de procedimento para implementação de Sistema de Gestão de Eficiência Energética com partilha de poupança no Edifício dos Paços do Concelho."*

Ponto 3. "Transferência de competências no domínio da Ação Social".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:59':27")

«Passamos ao Ponto 3 da Ordem do Dia: Tomada de conhecimento da assunção da "Transferência de competências no domínio da Ação Social", em vigor desde o início deste mês. Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentação do documento.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:59':41")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Dar só 3 ou 4 notas e, depois, a nossa Vereadora Mariana Ramos se quiser fechar terá a palavra.

Foi um processo que hoje se fechou com duas IPSS relevantes no nosso Município, a Santa Casa da Misericórdia e o CASCI, com duas equipas compostas por cinco técnicas e dois adjuntos. Estas equipas vão dividir o seu trabalho pelo Município. Achamos que este modelo de duas equipas irá funcionar bem. Dependerá de todos os envolvidos e das novas contratações que irão ser feitas para trabalharem nesta área tão importante do SAS e do rendimento Social, e que envolvem um valor em recursos humanos de 249.890,76 euros e de funcionamento de 7.457 euros. Dentro disto, até outubro, ou de outubro a dezembro, nós temos uma perspetiva de despesa de 64.338,42 euros, e em

2023 de 257.353,67 e em 2024 manteremos este valor. Isto quer dizer que nós temos um acordo que irá durar 27 meses e que terá um custo de 579.047,76 euros. Isto decorreu de todas as negociações que tivemos com estes parceiros e com o parceiro fundamental de financiamento pela descentralização que é a Segurança Social. Daria uma palavra final à Sra. Vereadora».

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (04:01:31")

«Apenas acrescentar à informação que já foi veiculada pelo Sr. Presidente, de que este modelo adotado, modelo híbrido, ou seja, ambas as equipas realizam os atendimentos para as duas respostas sociais - o RSI e o SAS. Irão decorrer atendimentos em todo o território. Inclusive, nas Gafanhas teremos esses atendimentos a serem desenvolvidos nas Juntas de Freguesia, com os seus apoios.

A coordenação do núcleo local de intervenção é da Câmara Municipal, é um técnico da Câmara Municipal que vai desempenhar esse papel de coordenação, que vai efetuar a ponte continua, constante, entre todo o serviço que irá ser desempenhado, prestado pelas equipas e, por sua vez, pelo Instituto da Segurança Social. Irá funcionar como um pivot muito importante nesta monitorização para se alcançarem os objetivos pretendidos.

Aproveitar para reforçar a informação do Sr. Presidente que estes protocolos assinados preveem o suporte do custo com os recursos humanos das duas equipas, bem coimo um pagamento associado a custos de funcionamento, neste caso, do ponto de vista das deslocações e de alguns custos relacionados com material associado a esta função.

Entendemos que era muito importante receber o histórico destas IPSS, o trabalho que já tinha sido desenvolvido em todo o território, embora com um modelo distinto. No entanto, entendemos que seria a forma mais correta de intervir de uma forma incisiva, com o conhecimento que já existe, por parte destas equipas, do território.

Neste momento as equipas já estão completas, já estão os cinco técnicos, em ambas as equipas, para completar estas composições.

Prevê-se um trabalho em áreas como a psicologia, da educação social e da ação social. Temos a expectativa e estamos a trabalhar nesse sentido, que o trabalho irá resultar num efeito muito direto naquele que será o trabalho de proximidade que estas equipas irão desenvolver. É esse o desígnio. É esse o objetivo.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:04:47")

"Muito bem. Abro então as inscrições para as primeiras intervenções. Não há inscrições? Então, concluído o período de apresentação do ponto 3, a Assembleia Municipal **tomou conhecimento** do processo de "Transferência de competências no domínio da Ação Social".

Ponto 4. "1.º e 2.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:05:19")

«Passamos então para o Ponto 4: tomar conhecimento dos dois Relatórios de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia. Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (04:05':31")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Dava a palavra ao Sr. Vereador João Semedo.»

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (04:05':37")

«Relativamente a este assunto também não há muito a referir. As propostas de deliberação que forma levadas às reuniões de Câmara também são claras e resumem aquilo que são os relatórios. Os relatórios são objetivos e espelham o que tem sido o trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia, aquilo que tem sido o esforço dos Executivos das Juntas de Freguesia, encabeçados pelos Srs. Presidentes, com os quais temos procurado alguma proximidade, ou a máxima proximidade, para ultrapassar as dificuldades que as Juntas de Freguesia têm atravessado para conseguirem aprovisionar materiais, encontrar parceiros, encontrarem mão-de-obra e executarem as suas obras.

Pouco mais temos a referir, para além daquilo que tem sido o trabalho relativo ao Protocolo com vista à transferência para a execução destas diferentes obras. Também estamos a estudar uma nova forma de transferência de competências. Procuraremos apresentar a esta Assembleia, muito em breve, um novo plano para essa transferência que trabalharemos com os Srs. Presidentes de Junta, para podermos dar uma melhor resposta e para que as Juntas tenham outra capacidade muito impulsionada por esta Câmara.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:07':28")

«Abro então o período de inscrições para as intervenções.»

Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, Luís Diamantino: (04:07':56")

«Boa noite. Eu vou ser rápido, mas tinha que vir cá. Já muita gente venceu, hoje, o amor ao partido, ao Movimento e eu venho vincar o meu amor à minha Freguesia. Perante isso, pedia que no próximo relatório - eu sou muito bem recebido na Gafanha da Nazaré, nós somos muito bem tratados na Gafanha da Nazaré - constasse o Brasão da minha Freguesia. Era o que eu pedia.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:08':35")

«paço a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (04:08':40")

«Não tenho nada a referir, Sr. Presidente. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:08':57")

«Concluído o período de discussão, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do "1.º e 2.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia".»

Ponto 5. "Proposta para a extinção da taxa de resíduos sólidos urbanos no Município de Ílhavo", apresentada pelo Grupo Municipal do CHEGA.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:09:10")

«E chegámos ao último ponto, o Ponto 5: apreciação e votação da Proposta para a extinção da taxa de resíduos sólidos urbanos no Município de Ílhavo.

O ponto foi, de acordo com o que o nosso Regimento (e a legislação) prevê, na alínea b) do número 1, do artigo 14.º, e do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 34.º, que possam ser incluídos, na Ordem do Dia, assuntos propostos pelos Membros da Assembleia Municipal.

A Mesa recebeu esta proposta de agendamento do ponto e aceitou. No entanto, gostaria de deixar aqui algumas notas.

De acordo com o artigo 14º, 1, f) da Lei das Finanças Locais - e peço desculpa por ser um texto assim um bocado maçudo, mas acho que é importante - (Lei 73/2013) constituem receitas dos municípios: f) O produto da cobrança de taxas e preços resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços pelo município, de acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º. Ora a alínea c) do nº 3, do artigo 21.º da Lei das Finanças Locais diz que "os preços e demais instrumentos de remuneração a cobrar pelos municípios respeitam, nomeadamente, às atividades de exploração de sistemas municipais ou intermunicipais de: c) Gestão de resíduos sólidos.

Por sua vez a Lei n º 75/2013, de 12/09, prescreve que é da competência da Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre fixação do valor: i. da taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI); ii. bem como sobre a taxa para o lançamento da derrama (alínea d) do n º 1 do artigo 25.º); e iii. e a aprovação de taxas municipais (alínea b) do n º 1 do artigo 25.º).

Por outro lado, o artigo 24.º determina que a Assembleia Municipal tem ainda as demais competências estabelecidas noutras leis (primeira parte dessa norma) e entre essas competências estão as estabelecidas na lei das finanças locais.

Tal significa que a iniciativa destas propostas é da competência da Câmara Municipal, competindo a sua aprovação à Assembleia Municipal.

Por outro lado, a Assembleia Municipal só não pode alterar as propostas que a Câmara Municipal lhe apresentar respeitantes às alíneas a), i) e m) do n.º 1 e l) do n.º 2 do artigo 25.º, de acordo com o prescrito no n.º 3 do mesmo artigo da Lei n º 75/2013, de 12 de setembro. Tal significa que nas demais competências a Assembleia Municipal poderá alterar as propostas que lhe forem apresentadas pela Câmara Municipal. Mas só as que lhe forem apresentadas pela Câmara Municipal.

Mesmo assim, considerando este enquadramento, e atendendo que foi uma proposta de um Grupo Municipal a Mesa decidiu colocar à apreciação esse mesmo ponto, nesta Sessão da Assembleia Municipal. Mas era importante a Mesa ter feito esta introdução.»

Pedro Cristo Graça, UPF: (04:12:31")

«Apenas uma interpelação à Mesa. Sr. Presidente tirou-me as palavras da boca. Não conhecia aprofundadamente a Lei, mas quando leu o artigo o n.º 1 do artigo 34, faltou ali um bocadinho porque diz 'desde que sejam da competência da Assembleia Municipal'. A minha questão é: se aprovarmos qual é a consequência e se estamos a fazer uma situação legítima. Se recusarmos nada se coloca. Mas se aprovarmos, é legítima a decisão?»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:12':57")

«Não, não é. Por isso é que vamos apenas apreciar a proposta. É, na observância, destes princípios que se coloca à discussão este ponto proposto pelo Grupo Municipal do CHEGA.»

Neste caso, o Sérgio Louro irá dispor de 10 minutos para a apresentação da Proposta, sendo que apenas voltará a intervir no início da segunda ronda de intervenções. Lembro que estas duas intervenções têm, para o CHEGA, o tempo limite de 6 minutos, de acordo com o Regimento.

Ou seja, de forma mais linear e simplista, o Sérgio Louro fará a apresentação do ponto, intervêm os Grupos Municipais e o Sr. Presidente das Câmara, volta a intervir o Sérgio Louro, seguindo-se, de novo, os Grupos Municipais e o Sr. Presidente da Câmara.

Como a rotação fica, neste caso, "quebrada", mantemos o princípio, sem o CHEGA. Ou seja, começamos pelo PS (que já seria o primeiro Grupo Municipal a intervir), UPF e PSD. Sérgio Louro... por favor.»

Sérgio Louro, CHEGA: (04:14':05")

«Quero, em primeiro lugar, agradecer o esclarecimento. Eu tinha algumas dúvidas, de facto, se seria possível, ou não, votarmos a extinção. Sendo assim, pergunto à Mesa, tendo em conta a minha experiência nestas lides, se é possível alterar os termos da proposta, em lugar de extinção passar a redução.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:14':35")

«Em termos práticos teria o mesmo efeito nulo. Vamos apenas apreciar o ponto.»

Sérgio Louro, CHEGA: (04:14':38")

«Muito bem. Vou então falar sobre o assunto. Como é do conhecimento de todos nós, os custos têm aumentado brutalmente, a nível da energia, a nível do petróleo. O que faz com que estes produtos que vamos colocar nos ecopontos sejam, cada vez mais, valorizados.»

Parece-nos que há aqui um desequilíbrio no sistema. E o CHEGA é bastante conhecido por falar no sistema. O sistema é o poder instituído, sejam as empresas, sejam outras instituições. Há um grupo de intervenientes nesta questão do tratamento destes resíduos e são os únicos a ganharem com isto, o que é perfeitamente injusto para com o cidadão.»

Qualquer um de vocês que se desloque à Alemanha, que é tido sempre como o país exemplo dentro da Comunidade Europeia, se forem beber uma cerveja, quando devolvem a garrafa, acontece o que acontecia há muitos anos: a garrafa de vidro tem valor. Se já no passado tinha valor, quando íamos aos supermercados e se depositavam as garrafas, hoje em dia esse valor subiu de uma forma super exponencial. O vidro será, por ventura, das coisas que mais proveitos está a gerar para os intervenientes na reciclagem. É um produto infinitamente reciclável. Quem produz vidro não quer, de maneira nenhuma, produzir vidro com areia ou outros materiais necessários para fazer vidro porque o ponto de fusão é muito superior ao do vidro produzido com material reciclado. Como todos sabemos o preço do gás está a um preço proibitivo. Portanto, a indústria do vidro é um exemplo de uma indústria que mais ganha com isto, porque reduz brutalmente o consumo de gás em comparação com ter que fazer vidro novo.»

Algo semelhante aconteceu em Aveiro.

Antes tínhamos em Aveiro a SUMA a tratar da recolha e tratamento destes resíduos. Fruto da substituição da SUMA pela nova empresa contratada, que é a VEOLIA, gerou proveitos à Câmara que permitiram reduzir, de forma considerável, a taxa de resíduos sólidos urbanos aos municípios de Aveiro.»

Parece-me que este Executivo 'Unir Para Fazer', que se apresentou ao eleitorado como uma força diferente e em querer ser diferente, tem a obrigação de estudar o assunto e avaliar se consegue por em prática algo igual ou melhor. Eu diria que tem condições para fazer melhor, atendendo que, hoje em dia, estes produtos têm mais valor do que na altura em que aconteceu essa renegociação na Câmara de Aveiro. Obrigado».

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:18':21")

«Muito obrigado, Sérgio. Quem é que se pretende inscrever? Muito bem, vamos começar pelo Partido Socialista.»

Diana Gandarinho, PS: (04:19':08")

«Na questão da valorização dos resíduos, a proposta está muito bem formulada. Efetivamente, a eficácia da taxa como ação pedagógica para reduzir o indiferenciado ela deve ser questionada. Outras soluções mediante investimento apropriado mudam tudo, como o sistema 'pay as you throw'. Estávamos a falar, há pouco, na Alemanha, onde há separação de resíduos e as pessoas pagam conforme separam, e depois depositam os seus resíduos em sistemas apropriados. Isto requer, obviamente, investimentos elevados. Mas, de qualquer forma, seria mais justo do que o cálculo pelo consumo de água, porque cada pessoa pagaria pelo que produz. Se queremos um Município evoluído no que concerne a esta matéria, é algo a pensar. Não sei se é possível implementar, mas é algo que deve ser pensado para o futuro. Pelo menos.»

José Pinto Reis, UPF: (04:20':16")

«Em primeiro lugar, é complexo estarmos a debater algo que, depois, não terá consequência, uma vez que não haverá nenhuma determinação, nenhuma recomendação que saia desta Assembleia. A proposta, apesar de voluntariosa, peca por não ter cabimento legal. Eu compreendo a boa intenção da proposta. É legítimo pensar que se pode diminuir. Eu posso dar o meu exemplo pessoal, em que faço compostagem, separação de todos os resíduos que são passíveis de valorização, provavelmente faço produção, com quatro pessoas na família, de menos de 30 litros por semana, e pago pelo consumo de água. Também não considero justo. Era importante que encontrássemos mecanismos, mas esses mecanismos, neste momento, são complexos, e são de investimentos elevados que julgo não estarmos em condições de os poder fazer. Seria uma boa opção que o PRR englobasse este tipo de metodologia e este tipo de investimento de forma altamente participada pelos Fundos Comunitários. Isto sim, poderia ser uma utilização muito positiva dos recursos, e passarmos para um outro nível, para outra dimensão que é aquilo que se pretende.

Todos nós sabemos que, hoje, a taxa de resíduos que nos é cobrada não corresponde à totalidade daquilo que é o custo efetivo da entrega à entidade gestora. Por isso, é possível que existam estes ganhos de eficiência, estes ganhos contratuais, com a valorização dos reciclados. Mas, provavelmente, terão que ser utilizados para compensar este défice que temos, neste momento.

Acho que seria útil esta proposta ser apresentada, se tivesse cabimento legal, com valores que nos permitissem, também, analisar quais seriam os impactos negativos e positivos na gestão camarária. E também seria importante medir qual o alcance que esta medida poderia ter. Não temos nenhuma dessas informações. Pensamos que faz parte da agenda do CHEGA, compreendemos, mas não temos condições para participar neste tipo de discussão, de uma forma mais informada.»

Margarida Alves, PSD: (04:23':52")

«Tendo em conta que não temos competência para tratar, eu só queria dizer ao Sr. Sérgio Louro que não foi só Aveiro. Que eu saiba, o contrato com a SUMA também foi

renegociado em Ílhavo. Temos é que fazer um forcing com a SUMA porque a SUMA também faz as suas matreirices, mas também é nossa responsabilidade alertarmos os presidentes em exercício e eles exercerem a sua força e, naturalmente, serem eles a renegociar

Relativamente a esta situação dos resíduos sólidos, temos é que renegociar com a AdRA. Temos que chegar lá e dizer 'meus amigos... vamos então fazer aqui uma situação que é, por cada habitante é 'x' de resíduos sólidos'. Porque eu também tenho pena que a areia que vai nos nossos contentores, que não somos nós que a produzimos, nem a depositamos nos nossos contentores, também se contabiliza como taxa para o quantitativo dos resíduos sólidos. Isso é que eu lamento. Seria curioso era que, no tratamento do lixo, verificassem que aquela areia não tem a ver com os habitantes, nem com os comerciantes ou as empresas. Nós não produzimos areia, nem colocamos areia dentro dos resíduos. Há qui certas situações que também era bom que o critério de avaliação e de peso da taxa de resíduos sólidos seja de forma transparente e clara, apresentada aos nossos Presidentes de Câmara, nomeadamente os da CIRA.

Isto são taxas, meu amigo. Infelizmente, nós quanto mais lixo produzimos, mais pagamos. Por caso no PSD defendemos o princípio do 'utilizador pagador'.

Devíamos era chegar aqui a um consenso e todos os Presidentes de Câmara, e não olharmos a partidos, nem a questões partidárias. Não.

Aqui, devia haver, de facto, uma separação de que tipo de resíduo estamos a falar, para depois podermos chegar ao verdadeiro valor e ao impacto que a taxa tem na nossa fatura da água.»

António Flor Agostinho, PSD: (04:26:47")

«Eu só venho aqui para dizer que não sei se a minha proposta vai no seguimento do que estava a dizer a Margarida, mas a minha ideia era só esta. Hoje, o vidro está a ser muito valorizado. Hoje já se fala em estabelecimentos que para trazer garrafas cheias temos que levar as vazias, como se fazia antigamente. Já começam a pedir a garrafa, traga a vazia para levar a cheia. O vidro vai ter um aumento substancial e estar a ter, como nós sabemos. O papel também. Por isso é que nós temos, hoje, o problema do papel. Hoje, o preço de uma resma de papel não é fixo. O preço é à hora, no momento que nós o compramos. Varia com uma velocidade louca. Eu estou a tentar fazer um concurso de fornecimento de papel para um ano e não consigo porque não há ninguém que me fixe o preço, nem o prazo de entrega. Isto está a acontecer.

Nós câmaras, devíamos ser ressarcidos pela seleção que fazemos dos lixos. Se nós, pelo menos aqueles que o fazem, separamos o vidro, o papel e o plástico, deveríamos tentar renegociarmos contratos com as empresas no sentido de obter alguma receita pelo vidro, pelo papel e pelo plástico que lhes entregamos. Isto em função dos valores que estão hoje a aparecer.

Eu não proponho, porque não é possível, já chegámos a esta conclusão em relação àquilo que o Sérgio pretendia, mas pretendo alertar os presidentes de câmara para a necessidade de começarem a pensar nas quantidades de papel, de vidro e de plástico, e tentarem renegociar os contratos. Ou seja, por tanto papel que levam, tem que dar 'x'. isto face ao que aí e vem, que já não tem retorno como estamos a ver, com a guerra, com a inflação. Isto não tem retorno.

Agora, se nós pudermos recolher, aqui, alguma receita para o Município e, depois, se ela for significativa induzi-la numa redução aos munícipes, isso seria o ideal. Mas também não sei de que valores podemos estar a falar.

Acho que as nossas câmaras deveriam começar a pensar nesta lógica. Penso eu.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:29:25")

«Muito obrigado. Passo, então, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (04:29:31")

«Muito bem. Eu acho que falámos aqui muito sobre esta questão da taxa de resíduos e temos que ver os elementos reguladores para esta taxa. Não podemos estar a falar de cor sobre isto. E também não nos podemos esquecer que o Município de Ílhavo poderia esfregar as mãos, penso que não vou dizer aqui nenhum erro, mas os autarcas mais antigos poder-me-ão dizer isso, porque vendeu a sua cota na ERSUC. E poderia hoje estar a receber receitas sobre isso. Era importante, hoje, estarmos a valorizar isso, mas foi um exercício que todos os meus colegas fizeram. Eu tenho que partilhar a gestão na forma em que a encontro.

Deixar aqui uma nota importante e que é isto: nós do que estamos aqui a falar é de uma Taxa de Gestão de Resíduos - TGR - que poderá evoluir nos próximos anos, de forma acentuada e pode chegar aos 35 euros em 2025. Nós, quando cá chegámos, estávamos a cobrar 16 euros por tonelada. Era aquilo que tínhamos negociado. Portanto, o nosso utilizador, o nosso munícipe tinha um prémio dado pela Câmara e nós corrigimo-lo para 22 euros. Mas, se calhar, já deveríamos ter corrigido para um valor mais acima porque isso nós vamos pagar e sai dos cofres da Câmara.

Aquilo que é a operação da SUMA que o Sr. disse e que a Margarida também disse, e muito bem, tem a ver com uma operação diferente. Nós estamos a falar é de todo o resíduo sólido urbano que nós recolhemos e vai para aterro, para um proprietário que é a ERSUC, e que nos cobra à tonelada. É disto que estamos aqui a falar.

Depois temos outra operação, que é a operação de recolha, lavagem, desinfeção, dos equipamentos que suportam tudo isto. E que nós no contrato também disséssemos 'ponham lá novos e queremos x contentores'.

Depois temos aquilo que é o lixo separado, os nossos ecopontos. Temos uma empresa, que é a ERSUC, que recolhe. E essa recolha tem custos de operação. Quando nós podemos, eles dizem assim 'temos lá mais dois ou três ecopontos para vos premiar'. Nós, no outro dia, metemos um sistema destes na Costa Nova ou na Barra e o equipamento custou-nos dois mil e tal euros. É caríssimo. Muitas das vezes podemos ter dois ecopontos ou dois contentores cheios de vidro que não pagam nada, nem a operação. Só um montante muito grande, independentemente do valor do cartão. E o Sr. falou muito bem em relação aos cartéis que há neste mercado; o cartão usado para misturar com matérias virgens e que, neste momento, nem uma nem outra há no mercado. E por isso é que não se encontra. Isso já acontecia no meu tempo com aquilo que eram as embalagens; o preço já era brutal. Estas são as preocupações.

Na CIRA tentamos também que este valor que é cobrado aos munícipes esteja muito próximo, porque há algumas diferenças de município para município, cada um aplica uns valores diferentes.

Eu acho que o mais importante hoje, independentemente da decisão que todos tomarem aqui, é dizer que o Município de Ílhavo ao longo de muitos anos tem investido nesta matéria. Não só naquilo que é o projeto das Ecoescolas, sensibilizar para a separação e temos conseguido e vamos conseguindo, com privados e com público, fazer esse trabalho. Também temos conseguido colocar 224 equipamentos no nosso Município para separação e lixos. É preciso é que se reduza aquilo que colocamos em contentor. Nós só estamos a fazer 20% daquilo que vai para aterro. 80% do material que nós estamos a por no contentor verde precisávamos ainda de reduzir 30 a 40% desses 80%. São as embalagens de iogurte, sacos plásticos, coisas que achamos que estamos a separar, mas não estamos e precisávamos de separar. Aí é que está o trabalho e aí é que podemos ter uma inversão. Aí é que podemos chegar à ERSUC e dizer que está na altura de ressarcir a Câmara.

Para já, a operação não compensa. Temos que ir andando com isto. Tem sido feito um trabalho, e fizemo-lo no ano passado, com a introdução de oleões e eu tive a oportunidade de visitar, no outro dia, a PRIO. Fiquei estupefacto porque nós não conseguimos arranjar matéria-prima para um dia, para a PRIO trabalhar e fazer biocombustíveis. São navios, mega navios que entram no nosso Porto de Aveiro e por isso é que queremos aumentar o calado e aboca dos navios que possam entrar, para ser rentável para estas empresas que estão a opera no nosso Município, para poderem produzir biocombustível através do ciclo da reciclagem. É difícil, isto. Nós temos algum sucesso na recolha e temos também o EcoCentro Municipal que é um trabalho de há anos, mas que não se torna rentável. Há custo pagos à SUMA para a gestão desse processo. Ainda temos um passo muito grande para dar e começa pelo utilizador pagador. Não temos hipóteses se for de outra forma. Se não mudarmos de comportamentos vai subir a taxa e nós vamos ter que a cobrar porque é como a Margarida diz, é uma taxa. Por outro lado, temos sistemas de recolha de roupa usada que pode ter outros fins na sua utilização. No outro dia fomos ao projeto Transformar, do Lidl. Tivemos esse projeto na praia da Costa Nova e na Rua do Banho e fiquei admirado. 40 garrações de água dão para fazer uma t-shirt. 40 garrações de 5 litros de água. É uma coisa brutal. Aquilo dá um volume enorme, mas, depois, não dá para fazer uma t-shirt que eles nos ofereceram. Incentivámo-los para que, para o ano, tragam mais equipamentos desses, porque tivemos um comportamento razoável da nossa comunidade a depositarem os lixos. Mas este é um trabalho que tem que ser feito para depois se pensar no resto, ou numa amortização do valor a pagar ao nosso município. Caso contrário, para você perceber, a Câmara tem 1 milhão e 800 mil euros já diretos daquilo que vai para aterro. Fora todos os custos que temos que pagar à SUMA que estão contratualizados, não numa renovação, foi um novo contrato, por 8 anos. Em Aveiro a SUMA poderia lá estar, mas perdeu para a VEOLIA. Aqui também foi novo. Foi uma renegociação dos equipamentos. Ainda esta ano andamos a por papeleiras que faltavam por. Eu acho que é muito cedo para se falar sobre isto. Acho interessante vir este tema. A Câmara pode explicar melhor sobre estes fatores que condicionam esta taxa, mas eu aconselhava-o a ler tudo aquilo que a Agência Portuguesa do Ambiente tem e ponha também nos motores de busca porque é que os Municípios pagam isto, o que é que é cobrado, o que é o artigo 58. Eu ficaria contente que o Estado nos arranjasse uma linha de financiamento para isto. Olhe, não consigo uma linha de financiamento sabe para quê? Nós temos estes desafios dos biorresíduos. Temos uma ideia e fizemos uma candidatura para colocarmos, em 130 locais, para a receção destes materiais. Estes custos vão superar quase os 200 mil euros. Veja o que é quando nós instalarmos isto em toda a nossa comunidade. Se as pessoas não tiverem um comportamento fica vazio. Eu acho que poderá haver um recuo até 2024. Eu espero que não, vou já dizer. E espero não voltar a dizer isto. Espero que para o ano diga 'calma, depois da nossa conversa na Assembleia Municipal, já tenho 24% ou 25% e já só tenho 70% a ir para RSU e 30% já entra no Ecoponto. Isso era muito importante para nós. Se conseguíssemos 50-50 era o ideal. Então o modelo que falou da Alemanha e de outros países seria praticável. Mas estamos muito distantes no comportamento de cada um. Muito obrigado a todos.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:38:54")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Sérgio Louro tem a palavra para a sua primeira intervenção, finalizada a primeira ronda.»

Sérgio Louro, UPF: (04:39':14")

«Sr. Presidente. Permita-me discordar um pouco consigo. Deve haver alguma coisa bastante mal. As empresas que têm muito cartão, processam cartão, têm máquinas próprias para enfardar o cartão e vendem o cartão. E o cartão tem valor para as empresas. Eu diria que há aqui uma oportunidade por parte do Poder Municipal de melhorar a sua gestão. Na verdade, o que está a acontecer é estes resíduos com valor estão a ser dados gratuitamente a estas empresas e não lhes é pedido nada em troca. Isto para não falar noutros resíduos como o metal. O metal tem um valor elevadíssimo. Eu gostaria, e se calhar os colegas também gostariam, de obter a informação dos montantes das toneladas recolhidas no Concelho de Ílhavo. Se esses valores estiverem disponíveis, o que já tenho dúvidas. Isto é sempre mais do mesmo. É engraçado falar-se sempre no princípio do utilizador pagador e é engraçado ver que não há vontade para haver mudança.

Tudo parece impossível até estar feito. Tem que haver um bocadinho de vontade para haver mudança. Realmente. Há aqui muito dinheiro envolvido e assim não incentivam o cidadão ainda a reduzir mais a quantidade de resíduos que vão parar aos resíduos sólidos urbanos. Assim não há incentivo rigorosamente nenhum.

O futuro será o da economia circular. O cidadão que nos está a ouvir, lá em casa, provavelmente vai dizer que vai deixar de reciclar. Não tem problema nenhum. Vai tudo parar ao mesmo sítio. Eu vou deixar de ter o trabalho de separar porque o que o Sr. Presidente está a dizer é que não tem vontade nenhuma de apertar com as empresas envolvidas neste assunto e obter alguma receita com isso. Obrigado.»

Margarida Alves, PSD: (04:41':52")

«Eu vou deixar aqui a garrafa. Eu sei que se a deixar aqui ela é tratada. Se as pessoas deixarem de tratar o lixo é que as taxas sobem. Cada um de nós tem que contribuir para que isto se reduza. É a responsabilidade individual para a responsabilidade coletiva. Isto é como a pandemia. Se não houvesse uma responsabilidade individual e um processo de vacinação, se calhar muitos de nós não estávamos aqui a falar, neste momento. Também há quem acredite que não há pandemia nenhuma. Para mim, enquanto a OMS, que é uma organização credível, disser que sim, é suficiente para mim. Obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:41':53")

«Não havendo mais inscrições... Sr. Presidente, faça o favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (04:42':42")

«Eu vou-lhe dizer, Sr. Sérgio Louro. Eu estou um bocado perdido consigo. E olhe que não esperava dizer-lhe isto. Olhos nos olhos, caro amigo. O Sr. ou não percebe ou não está a entender o que eu lhe disse. O Sr. está-me a dizer que é porreiro olhar para um sistema que está instalado e, agora, ganhar dinheiro com ele. Mas eu não o montei. Eu agora só vou pegar no cartão e sei que ele vale dinheiro, mas esqueço o dinheiro que investi para chegar até aqui. Não o percebo, desculpa lá,

Nós estamos a falar num sistema que tem anos de sustentabilidade para chegar até este processo, como a empresa que o Sr. tem e que a forma. Eu não vou desvirtuar uma coisa... olhe, eu podia, agora, criar uma empresa municipal para a gestão de resíduos. É o que o Sr. quer. Já vi, já vi. Os outros vão-se embora, mas deixem ficar os contentores, o Ecocentro como está, os ecopontos também não os podem levar, tudo

isto. E eu agora só vou lá recolher. Compor dois camiões, ou três; gasto, num camião, 150 ou 200 mil euros, compro 3 ou 4 varredoras. A Câmara já passou por isso há muitos anos e depois percebeu-se que esta prestação de serviços teria vantagens. E continuamos a fiscalizar este trabalho todos os dias. Eu percebo-o. O Sr. chega ali à Ilhavense e vê lá montes de cartão porque ele vai amealhando e espera que o preço suba no mercado. E depois diz assim ' agora estou preparado para encher dois barcos'. Nós não temos resíduo ferrosos, a não ser as cargas que possam por num sítio errado. Eu percebo o que o sr. diz, hoje o ferro vale muito dinheiro.

Eu acho que deve procurar mesmo na Agência Portuguesa do Ambiente a Taxa de Gestão de Resíduos, algumas informações de outros municípios. Há municípios que não têm a recolha. Não subcontrataram ninguém. É por conta própria. Se tivesse chegado aqui ao Município de Ílhavo e ainda tivesse esse sistema, tentava otimizá-lo e tentava fazer economias de escala em todo o processo. E teria os conhecimentos com a minha equipa para o fazer.

As campanhas de sensibilização estão a ser feitas. Em 12 anos, nós entregámos 24 mil sacos reutilizáveis e vamos continuar a entregar, em parceria com estas empresas que estão a trabalhar connosco. É preciso é que as pessoas os usem. Que vamos ao supermercado e continuamente pagamos 10 cêntimos para levar um saquinho, com sacos reutilizáveis que não usamos. E depois vamos a um contentor, eu já fiz esse exercício, e vemos que não está lá um saco preto, azul ou amarelo, nem nada. Está lá um saco do supermercado ou de um hipermercado a servir para o lixo. É aí que nós temos que melhorar, Sérgio. É depois da aquisição. É ir ao pão e levar, outra vez, o saquinho de pano tradicional. Temos os projetos das escovas dos dentes e das cargas, nas Escolas. Portanto, já fazemos muito trabalho. Mas já viu que não chega a representar 20% do trabalho que nós pretendíamos que seja 100%. Está tudo dito, Sr. Presidente. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:47:15")

«Muito obrigado, sr. Presidente. Eu não sei se o Sérgio, que ainda tem tempo, quer utilizar da palavra? Prescinde.

Muito bem. Não havendo mais intervenções, considero que foi apreciada a "proposta para a extinção da taxa de resíduos sólidos urbanos no Município de Ílhavo".»

Conclusão

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:47:40")

«Muito bem... antes de encerrar a Sessão, peço ao 1.º Secretário da Mesa que proceda à leitura da Ata em Minuta, para que sirva de suporte legal e prova factual para a elaboração do Edital com as Deliberações.»

Depois de lida, não se verificando quaisquer intervenções, a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata. (04:47:53")

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 01:53 horas do dia 01 de outubro de 2022.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O funcionário redator

Assinado por: **MIGUEL PEDRO DE NORONHA E
ABREU ARAUJO DA SILVA**
Num. de Identificação: 07260530
Data: 2022.11.21 23:07:38+00'00'

Miguel Pedro Araújo

